



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 212

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	4100
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	4101

TAQUIGRAFIA

ATA DA 36ª SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO DIA DO PERITO CRIMINAL

Em 07 de dezembro de 2017

Presidência do Sr.
LÉO MORAES - Deputado

(Às 09 horas e 56 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores bom dia, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia após aprovação em plenário Requerimento do Excelentíssimo Sr. Deputado Léo Moraes, realiza nesta data Sessão Solene em homenagem ao Dia do Perito Criminal.

Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo Sr. Léo Moraes proponente desta Sessão Solene de homenagem. Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado de Rondônia, Daniel Pereira. Excelentíssimo Senhor Secretário, Subchefe da Casa Civil, Waldemar Cavalcante Albuquerque Filho. Sr. Dr. Edilson Almeida de Souza, Presidente dos Peritos Criminais do Estado de Rondônia – SINPEC. Dr. Sandro Micheletti, Diretor Geral da Polícia Técnica e Científica – POLITEC.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, nós iniciamos essa Sessão Solene que tem a finali-

dade de homenagear nossos peritos do Estado de Rondônia em alusão ao Dia Nacional do Perito, realizado no dia 4 de dezembro, sejam todos muito bem-vindos, sintam-se em casa e é uma honra recebê-los.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia. Letra de Joaquim de Araújo Lima, e música do Dr. José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Muito obrigado, podem sentar. Queremos apenas retificar Dr. Edilson Almeida de Souza, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Rondônia, e registrar a presença da Senhora Valquíria Maia Alves Almeida, Gerente de Convênios, representando a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania.

Antes das palavras iniciais de Excelência Sr. Deputado Léo Moraes, vamos ler um breve histórico do Dia do Perito Criminal oficial. O Dia do Perito Criminal Oficial é comemorado anualmente em 04 de dezembro no Brasil, a data homenageia a atividade dos profissionais que executam a perícia criminal, uma ferramenta essencial para ajudar no processo de investigação e busca pela verdadeira justiça. O perito criminal trabalha sempre em prol da Justiça. O dia do perito criminal também serve para conscientizar a sociedade sobre a grande importância que este trabalho técnico possui para resolução dos crimes, as provas recolhidas pela equipe da perícia criminal têm tanta importância que não são descartadas nem quando o réu, confessa o crime. O perito criminal, ele é responsável pelo levantamento de evidências que possam solucionar a cena de um crime como impressões digitais, exames de provas laboratoriais específicos em objetos encontrados, reconstituição da cena do crime, análise das armas utilizadas, exames do corpo da vítima, entre outras investigações.

Origem do Dia do Perito Criminal. O Dia do Perito Criminal em 4 de dezembro em homenagem ao Patrono da Perí-

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

cia Criminal do Brasil, Otacílio de Souza Filho que nasceu neste mesmo dia. Otacílio Filho morreu tragicamente em 1976 após cair de um penhasco em Minas Gerais, enquanto participava de uma investigação sobre duas mortes que haviam ocorrido naquele local. A Associação Brasileira de Criminalista - ABC, aprovou a data 4 de dezembro como Dia do Perito Criminal Oficial durante o 4º Congresso Nacional de Criminalística.

E antes mesmo Excelência, da fala de Vossa Excelência, vamos assistir a um vídeo institucional sobre o perito criminal oficial.

(Exibição de vídeo)

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mais uma vez bom dia, bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o nosso Vice-Governador, Excelentíssimo senhor Daniel Pereira, que vem prestigiar este evento em deferência e respeito aos nossos peritos criminais que muito fazem pelo nosso Estado de Rondônia. Sr. Waldemar Cavalcante Albuquerque Filho, Secretário Subchefe da Casa Civil, sempre presente também, atuando e muito próximo desse Poder Legislativo. Dr. Edilson Almeida de Souza, Presidente do Sindicato, do SINTEC, dos peritos criminais do nosso Estado, meu amigo particular e que apesar da sua baixa estatura é um gigante para lutar em defesa intransigente de todos vocês, podem ter certeza. Lógico, que a passada é menor e ele tem que se esforçar mais, mas, diariamente nós estamos aí lutando por melhorias de trabalho, condições, dignidade, infraestrutura e também garantias legislativas. Sandro Micheletti, que é também incansável ao seu jeito, sempre com muita discipulação, mas com muita garra, gana, fibra, que eu tenho observado nesses últimos meses constantemente vai a Casa Civil, vamos ao Palácio do Governo e a gente não pode deixar de destacar aqui publicamente. E temos tido avanços e sei que podemos ter ainda mais se mantermos do jeito que vocês sempre foram unidos. É um prazer muito grande ser o proponente de um ato solene em homenagem aos peritos criminais, eu aprendi a gostar da perícia de todos sem sequer ter mandato eletivo e foi uma afinidade inserida por uma ligação familiar, meu pai por muito tempo conviveu no metiê no meio político e sempre muito bem respeitou aos peritos deste Estado, lógico, que não era a intenção acho que de nenhum agente político ter a unanimidade, mas, a luta incessante por melhorias sempre aconteceu, e eu fico muito à vontade, me sinto em casa, sou sempre muito bem recebido quando vou ao ambiente de trabalho de todos vocês, sou acolhido de forma calorosa quando também desloco para alguma confraternização no sindicato e eu tenho esse compromisso moral, tenho esse compromisso familiar em defender todo o tempo enquanto aqui estiver a toda classe com muito prazer, com muito orgulho. Porque é uma atividade difícil, nós temos rotineiramente o interesse de retirada de direitos, de esvaziar e empobrecer a própria atividade profissional, nós não podemos deixar de falar isso em evento público e eu fico muito satisfeito, honrado de alguma maneira fazer parte para que esse brasão que foi apresentado agora, ele seja sempre tremulado em todo Estado de Rondônia. A POLITEC, a Polícia Técnica Científica com autonomia administrativa financeira era um pleito antigo, histórico de muito tempo que hoje é realidade, lógico, que temos ainda que melhorar muita coisa e

estamos avançando com várias situações, a gente pode falar da modelização, não é Sandro? Estamos numa conversa longa, intensa com o Governo do Estado através da Casa Civil, nós podemos falar do direito ao perito a trabalhar no seu contra-turno e já existe um compromisso feito com o Governo juntamente com o Secretário-Chefe da Casa Civil Emerson Castro, com o próprio Governador Confúcio Moura e eu tenho certeza que ele será honrado, pois, palavra dada é palavra cumprida, nessa maneira eu sou à moda antiga no fio do bigode ainda, Sandro, quando a gente compromissa alguma coisa a gente tem que ir até o final e exigir o cumprimento integral dessa demanda, dessa lide, eu sei, eu tenho certeza que isso vai acontecer. Então gostaria de convidar vocês a participarem de forma muito descontraída, solta, sincera, se porventura algum colega mesmo sendo uma sessão solene queira falar que fique à vontade, o nosso Cerimonial vai colher os nomes para se manifestarem. Porque a Perícia POLITEC é reconhecida pela unidade, pela união, pelo interesse mútuo de todos a alcançarem um denominador comum, isso que faz vocês avançarem, isso que faz também vocês terem representante que vocês podem cobrar porque eu me sinto representante da Perícia, mesmo sem exercer atividade profissional, é um prazer muito grande recebê-los, fiquem à vontade. A gente vai aqui dá seguimento ao nosso protocolo de cerimônia e convidar, em ato contínuo, o nosso Vice-Governador Daniel Pereira para que faça uso da palavra. Muito obrigado.

O SR. DANIEL PEREIRA – Quero saudar o Deputado Léo Moraes que ora preside a Mesa e proponente desta justa homenagem, saudar o nosso Subchefe da Casa Civil Waldemar Cavalcante Albuquerque Filho, agradecer o companheirismo do dia a dia, saudar os nossos dirigentes sindicais Dr. Edilson Almeida de Souza, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Rondônia e o Dr. Sandro Micheletti, Diretor Geral da Polícia Técnica Científica do Estado de Rondônia. Também quero saudar aqui três pessoas que tenho um bom convívio com eles há muito tempo que é o meu querido Jorjão que está disfarçado ali no fundo, quase que ele veio com a camisa do flamengo, meu querido Eduardo Damião e Dr. Sena, em nome dos quais eu quero saudar a todos os senhores e senhoras que se fazem presentes aqui neste momento. É uma justa homenagem a um dos segmentos importantes da Segurança Pública e Segurança Pública essa que talvez seja hoje uma das grandes preocupações do país, sem sombra de dúvida que é. Não tenho a menor dúvida que o debate presidencial do ano que vem o tema central vai ser a questão, não da segurança pública, mas, da insegurança pública, não tem como fugir dessa agenda, tanto é que agora há pouco mais, aproximadamente um mês, dos 27 Governadores do Brasil, 22 se reuniram no Estado vizinho do Acre, Rio Branco, juntamente com 04 dos principais Ministros da República que cuidam dessa pauta de segurança. E o Estado de Rondônia tem tido uma preocupação especial com relação a essas demandas da Segurança, que é algo que afeta a todos. Tanto é que o Governo do Estado promoveu recentemente eventos para unir mais de 300 pessoas, entre profissionais que atuam na área de segurança pública, e pessoas da sociedade para desenvolver o que agora, ontem foi lançado aqui na Assembleia, apresentado aos senhores Deputados, inclusive com orçamento para 2018, pre-

vendo as ações nesse sentido, que é o Rondônia Mais Segura. Um Estado ou uma comunidade segura é responsabilidade de muita gente. Os senhores que estão aqui são responsáveis por funções extremamente importantes. Funções que fazem a diferença entre a Polícia da Idade Média e a Polícia do Século XXI. Mas esse elemento segurança pública depende de todo mundo, ele depende do cidadão. Se o cidadão limpar o quintal dele, ele está fazendo segurança pública, e ali ele está fazendo saúde pública também. São duas ações numa só. A comunidade pode dar a sua contribuição, nós temos procurado desenvolver uma série de trabalhos, inclusive nos bairros aqui de Porto Velho e precisamos intensificar isso. E o Estado tem a parcela de responsabilidade dele e fazemos isso nos diversos segmentos que nós temos. Mas, nesse momento nós estamos vivendo uma situação absurda, mas talvez nós estejamos vivendo a pior crise que esse país já viveu, embora eu tenha 52 anos, e todo o ano da minha vida alguém me falou que a gente está vivendo numa crise, eu prefiro não ter isso como padrão mental, mas, eu cito isso aqui, apenas para a gente fazer uma pequena reflexão, porque geralmente os países quando passam por crises, aconteceu lá um vendaval, aconteceu um terremoto, aconteceu um fenômeno natural que causa anomalia ou eles tiveram uma crise de doença, febre amarela, cólera ou algo do gênero ou se entraram em guerra e, por algum motivo tiveram sérios problemas. E os nossos problemas quais são, tem algum fenômeno natural causando dano que nós não tenhamos conhecimento dele? Porque a seca do Nordeste não é novidade, há 40, 50, 60 anos ela já era registrada pela Raquel de Queiroz e todo mundo sabe que ela é secular. Aconteceu alguma, até mesmo a malária que era um problema sério nosso, hoje é controlada. Tivemos alguma guerra por acaso? Bom, declarada não, mas guerra nós temos, porque um país que morre 60 mil pessoas assassinadas por ano está em guerra. Então, é mais para fazer uma reflexão, das obrigações que as pessoas públicas têm, aqui nesse momento duas especiais delas que exercem mandato público eu e o Deputado Léo, mas, uma reflexão para toda a sociedade.

E essa confusão toda que o país atravessa que é eminentemente de natureza política e aí afetando a área econômica, ela chama todo o mundo para..., se faz um bruto sacrifício, principalmente àqueles que são mais prejudicados. Nós que estamos aqui nesse momento e não sou diferente de nenhum dos senhores, somos servidores públicos.

Nesse momento estão decidindo lá no Congresso Nacional a mudança da Previdência. Quando eu entrei no serviço público a minha expectativa de aposentar era com 47 anos, é verdade, eu era muito novo para me aposentar com 47 anos. Mas eu já cheguei aos 52, já contribuí 37 anos para a Previdência, eu tinha uma perspectiva de me aposentar pela legislação atual daqui a três anos, ou seja, vou contribuir 40 anos para a Previdência, mas o Governo Federal ainda acha que é pouco, ele quer mexer nisso sabe lá Deus quanto tempo que vou ter que fazer isso. Mas estamos dentro de uma conjuntura e não temos como fugir da realidade. Por outro lado, devido às confusões e os desajustes do país, grandes unidades da federação não conseguem sequer honrar os seus compromissos salariais com os servidores. "Mas, isso é obrigação!". É obrigação de todo mundo, agora você só cumpre obrigação quando você tem meios para fazer isso e o Estado de Rondônia tem

adotado da sabedoria suficiente liderado pelo Governador Confúcio Moura, para que a gente possa não ter o constrangimento de chegar aos dias finais de cada mês e não ter condições de pagar o seu pessoal. Agora, isso também exige um enorme sacrifício, seja de não poder melhorar aquilo que nós servidores temos por direito, seja não poder contratar mais gente. Porque se o Governador fosse contratar todas as reivindicações que são colocadas sobre a Mesa, nós estaríamos num Estado inviabilizado e nós geraríamos uma situação igual ao Espírito Santo, que àqueles que são pagos para proteger se tornou o problema do Estado, e tem justificativa, porque os salários que os policiais militares do Espírito Santo ganham é um dos piores salários de policiais militares no país, ou seja, e quando eu contrato alguém, eu tenho que pensar que eu tenho que pagar e tenho que pagar aquela pessoa, porque se não eu gero dois problemas: um problema para aquela pessoa e um problema para o próprio Estado. Então, administrando isso com muita sabedoria o Governador Confúcio Moura e os nossos Secretários, nossos colaboradores, dos quais a POLITEC está dentro dela, nós somos hoje o Estado melhor preparado, porque esse vendaval vai ter que passar, os agentes políticos deste País vão ter que criar vergonha na cara e vão ter que olhar e falar: "vem cá, mas o que é que está acontecendo neste País?". Este País, o problema é dos caras que dirigem este País. Nós não temos justificativa externa com isso. E nós acreditamos que isso vai acontecer e aí a boa notícia que a gente tem é: o Estado de Rondônia é o Estado melhor preparado no Brasil hoje, para crescer, para empinar, para desenvolver. Não tenho a menor dúvida disso. E como demonstração desse compromisso do Governador Confúcio Moura é com todos os segmentos da sociedade, mas, aqui neste momento, com relação à POLITEC, que é o filho mais novo da Segurança Pública ou o irmão mais novo da Segurança Pública. É uma criança que ainda não tem 03 anos, foi aqui pela Lei 828/2015, que foi criada recentemente. Agora, o tempo de criação não significa que já não tenha todas as condições para prestar os seus serviços tais quais as outras instituições, porque no nosso Estado tudo é novo, a Polícia Militar fez 42 anos essa semana. Acabei de vir de um evento aqui do Batalhão, do 1º Batalhão da PM, hoje está comemorando 35 anos, então tudo é novo, mas, os senhores são a Polícia do Século XXI. Porque até, durante muito tempo a Polícia era o mero ato de bravura, era pegar o cidadão a força, empurrar num determinado local e se vira para lá. Mas, o mundo todo avançou e nós precisamos fazer segurança pública com segurança jurídica e segurança jurídica só tem com perícia. Porque quando eu faço as coisas a força, e milhares de oportunidades ao longo da história, as injustiças foram cometidas. E os senhores, a Polícia Técnica é uma garantia que a gente tem de que a injustiça não seja permitida, de punir alguém por um crime que ele não cometeu. Eu me lembro, por exemplo, quando há alguns anos, em Cerejeiras, aconteceu um homicídio e o rapaz que era o namorado da menina foi acusado. E essa menina tinha sido vítima de violência sexual antes de ser morta. Hoje, os senhores garantiriam uma certeza, que ele foi o praticante da violência, que deveria ser punido pelo Estado, mas também poderia dar 100% de certeza que ele era inocente. E esse rapaz, talvez ele tenha sofrido em demasia e não tinha condições de pegar e dizer se ele era culpado ou era inocente.

te. Só ele e a consciência dele sabem disso. Então, os senhores representam essa possibilidade, a possibilidade de a gente ter certeza. Agora, como os senhores são ainda uma Instituição muito nova, a que tem 42 anos ainda não está com todas as condições que precisaria ter; a Polícia Civil que tem, que os senhores, da qual os senhores fizeram uma costela dela, vamos dizer assim, ainda está muito longe de ter a estrutura ideal e necessária, porque nós somos um Estado muito novo, não é? E eu queria terminar aqui, meu querido Presidente, lhe parabenizando pelo seu dia a dia de luta, de ajudar o pessoal mesmo, é necessário fazê-lo. E a gente trabalhar para que a gente possa aprimorar todos os instrumentos de segurança pública que a gente tem e repito: os senhores e as senhoras são a Polícia do Século XXI. Então vim para cá, peço desculpa porque não vou poder permanecer e ouvir as demais falas porque eu sou uma pessoa, fui treinado, fui educado para compreender que você tem que enfrentar os rigores da vida, mas têm coisas que a gente não está nunca preparado para isso. Eu estou com o meu pai na UTI aqui em Porto Velho e já faz 15 dias e todo dia que eu vou lá, a impressão que eu tenho é como se ele fosse uma vela e aquela vela está sendo acossada pelo vento e essa vela está se apagando. Então é algo muito difícil para mim, então por isso eu peço licença aos senhores e às senhoras, vou sair daqui, vou lá para o hospital que é o horário de visita. Mas faço questão de estar aqui, trazer um abraço ao nosso Governador, que pela iniciativa política de trazer para a Assembleia Legislativa um projeto de lei para criar a POLITEC, eu acho que dispensa maiores apresentações e palavras, que o gesto concreto é muito maior do que a mera retórica. Sei que os senhores ainda estão muito longe de tudo aquilo que aspiram, mas, um longo caminho começa com os primeiros passos e convenhamos, passos gigantes foram dados. Parabéns a todos, que Deus nos abençoe e parabéns aos senhores e repito, muito obrigado pelo trabalho de cada um dos senhores e senhoras.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece as falas, as palavras do Vice-Governador Daniel Pereira desejando muita saúde ao seu pai, boa recuperação, plena recuperação, Deus está com toda família nessa situação tão difícil, que a gente também espera essa concretude aí dos fatos. Também concordo que a retórica, ela é apenas a ponta do iceberg, a gente precisa melhorar a Polícia Técnica Científica, a gente nunca vai se aproximar dos seriados hollywoodianos como o CSI, mas, eu não tenho dúvidas que a perícia ela é feita através de Ciência Técnica e Inteligência desses profissionais e que nós precisamos explorá-los, não tenho dúvidas que gestão, Segurança Pública, se faz exatamente nesse tripé bem vinculado às atividades primárias dessas pessoas que estão a nossa frente que é: tecnologia, boa gestão e efetivo de pessoas trabalhando de forma valorizada, inclusive, o Vice-Governador teve que se ausentar, mas, tem uma boa nova que a gente cobrou e me parece que nós vamos ter aí mais alguns Peritos Criminais a ingressarem na Academia de Polícia para melhorar o efetivo. E isso só acontece porque a gente é provocado, porque o SINPEC juntamente com a direção da POLITEC vieram ao nosso encontro falando, a nossa colega estava presente, que precisávamos de mais profissionais. Quando anunciaram a Academia de Polícia, a segunda, a previsão se não

me engano eram 15, 18, depois reduziu a nada, ficou zero, nós fomos, fizemos o convencimento, apresentamos a exposição de motivos da necessidade, ampliou-se para 8, 8? 11 e 8, vai, volta, 11 e 8 e agora se tudo der certo nós vamos conseguir aí convocar mais alguns peritos para servirem a sociedade que é o que mais importa.

Nós vamos passar a palavra para o Waldemar, nosso Subchefe da Casa Civil para que ele também se manifeste e é um prazer muito grande recebê-lo.

O SR. WALDEMAR CAVALCANTE ALBUQUERQUE FILHO – Bom dia a todos! Quero cumprimentar e parabenizar o Deputado Léo Moraes, proponente desta solenidade e parabenizar vocês um pouquinho atrasado, foi dia 04 não é? Se fosse um crime a gente já estava enrolado, não é Deputado Léo?

Parabenizar vocês, cumprimentar, que já saiu, mas, eu deixo registrado aqui o Daniel Pereira pelo excelente trabalho que vem fazendo à frente do Governo do Estado, pela postura ética dele, respeitosa.

Cumprimentar o Sr. Edilson Almeida, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Rondônia; Dr. Sandro Micheletti aqui, Diretor Geral da Polícia Técnica.

Bem, falar sobre vocês não é fácil não, quem me dera ter esse conhecimento técnico especializado e essa postura rígida, às vezes, fria de se colocar por muitas vezes na situação das pessoas acometidas por acidente ou um óbito inesperado. Se colocar no lugar de vocês na condição de familiares dessas pessoas que, às vezes, vocês estão avaliando, que eu sei que por vezes vocês precisam fazer isso, numa condição empática até para tentarem além da técnica, entender e desenrolar o que aconteceu. Eu diria que o Governo numa condição de gestão, Deputado, ele trabalha para tentar diminuir a quantidade e o volume de trabalho. Com a implantação da Lei Seca, se Deus abençoar com câmeras de monitoramento que podem ser municipais e pode diminuir o trabalho de segurança, porque a gente observa um crescimento da criminalidade, do roubo seguido de morte, isso aumenta muito o volume de trabalho e causa uma extrema insegurança na população. Consequentemente parece fácil, mas não é. Então, a gente acaba trabalhando, algumas pessoas que gostam de assistir eu não gosto muito não, mas está virando uma realidade, começou lá no Big Brother, não é? Quando a gente vê tudo que acontece dentro de uma casa e está acontecendo nas nossas cidades, acontecendo nos nossos Estados, o melhor mecanismo de segurança que a gente tem, são os nossos presídios, os nossos presídios particulares, nossas residências com muros de três metros de altura, às vezes, um condomínio, nossas cercas elétricas, nossas câmeras, principalmente, quando a gente viaja e deixa, às vezes, a mulher um filho em casa e fica extremamente preocupado se vai voltar e encontrá-los novamente. Determinado dia, às três horas da madrugada eu havia feito o meu filho dormir, não dêem risada por gentileza, que o meu nenê tem sete meses, cabeça branca. Mas, esse meu nenê, o Arthur, ele veio roubar a vaga do meu ex-caçula de 28; eu o fiz dormir e minha mulher muito cansada, estava dormindo antes de mim. E eu escutei um barulho, eu tenho rottweiler, mas, ele estava preso da metade da casa para o final. Eu abri a janela do meu quarto e olhei, no portão da frente tinha um homem agachado, meu portão de ferro estava entreaberto,

olha, eu tenho câmera, tenho todo o sistema; entreaberto e outro homem em pé. Os dois de calça preta e camisa preta, eu não tenho uma arma em casa e o meu receio era a segurança da minha família; eu tenho uma faca, que eu não sei nem como usar, mas, eu deixei ali em cima. Aí, eu peguei e fui ao meu quarto, minha varada é toda de vidro, todos os ambientes da minha casa dão para a varanda. Eu pensei: “minha casa está toda escura, lá fora tem uma claridade, não vão me enxergar”. E abri só um pouquinho, minuscilmente, tinha um homem na frente da minha porta, aqui. Eu arrepiei do pé a cabeça, porque com tantos ambientes, ele estava na frente do meu quarto. Eu fui, peguei a faca e vim caminhando, a minha mulher ligou o alarme, todos correram. Mas, eu fiz essa descrição da sensação, porque se eu não tivesse na minha casa, se eu não tivesse o alarme, se eu não tivesse o cachorro e ainda com tudo isso eles estavam lá dentro. Imagino como é que vocês viajam na análise dos crimes. Parabenizo vocês pela sensibilidade, pela dedicação e pela não absorção disso como sendo de vocês; porque senão estava todo mundo fazendo tratamento psicológico, não ia suportar. Parabenizar vocês pela transparência, pelo sigilo da segurança, pela ética, pela responsabilidade, mas, principalmente pela entrega, pela entrega na resolução de todos os casos que podem. Por vezes faltam recursos técnicos, agora com a POLITEC, é claro que avançamos um pouco. Mas, a gente sonha mais, a gente sonha com uma cidade big brother, infelizmente, a gente não queria. Mas, a pouco eu estive em São Paulo, em São Sebastião, na época foi em 2005, implantou-se nesta cidade um sistema de monitoramento, eu estava lá junto com o Prefeito e hoje com a modernização, ela é a primeira cidade de São Paulo, toda monitorada. Então, você não consegue nem pegar um celular dirigindo que te pegam rapidamente, você recebe multa em casa de qualquer jeito. Você está numa faixa dupla, você não consegue passar porque te pegam. Eu me senti muito mal andando lá; mas também me senti extremamente seguro, porque diminui o índice de criminalidade e a gente consegue viver melhor. Quem dera se vocês não tivessem que analisar os crimes que saem da normalidade, quem dera. A gente pede a Deus que a humanidade tenha uma quebra de paradigma, não sei de que forma e que a gente comece a viver da forma como nós nascemos, com aquela inocência e com aquela beleza que tem na criança. Enquanto isso não acontece e a velocidade está nas ruas, que Deus abençoe vocês pelo trabalho de vocês, pela continuidade do trabalho de vocês e que a gente enquanto Governo, enquanto gestão consiga cada vez mais amparar vocês com os equipamentos para as análises técnicas. Um beijo no coração de cada um de vocês. Parabéns Deputado Léo Moraes, pelos reconhecimentos que você tem feito ao longo da sua legislação, desde vereador e agora como Deputado Estadual. Parabéns Deputado Léo Moraes, em nome da sua hereditariedade que sempre brigou nessa luta, nesta causa e que não esmorece não. Eu gosto desse jovem, porque ele não tem freio, porque ele avança e porque ele luta. Então, nessa condição, em nome do Dr. Confúcio, em nome do Daniel Pereira, eu parabenizo vocês com muito carinho, abraço cada um de vocês. Estamos na Casa Civil para ajudar na medida do possível, para que as coisas aconteçam de acordo com a Procuradoria Geral, o Controle Geral do Estado para não onerar, mas, para atender as necessidades do Estado. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito bom, a gente agradece ao Dr. Waldemar pelas palavras e por prestigiar e também pelo carinho tido conosco. A gente queria parabenizar a turma de 87, em nome da Dra. Alda Palheta. Está ali, pelos 30 anos parabéns. 30 anos de serviços prestados por Rondônia. Muitas vezes o servidor público é exatamente a memória do nosso Estado, da administração, nós somos passageiros e para saber que estamos avançando, temos que lembrar, do nosso passado. Essa confusão, essa bagunça entre gerações, ela é muito importante porque muitas vezes colegas chegam há pouco tempo, mas devem lembrar tudo que foi construído, pavimentado outrora em tempos de dificuldades, tempos de vacas magras, que eu tenho certeza nós vamos ter aí um futuro glorioso fruto do trabalho de vocês que lá atrás fizeram e prepararam isso para a gente, muito obrigado e parabéns a toda turma de 87.

Vamos passar a palavra para o Sandro Micheletti, para que ele faça sua explanação a respeito da POLITEC e também dos Peritos Criminais. Nosso Diretor Geral pode fazer uso da tribuna por gentileza.

O SR. SANDRO MICHELETTI – Primeiramente bom dia a todos! Eu gostaria de cumprimentar Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Sessão Solene, o Senhor Waldemar Cavalcante, Secretário Subchefe da Casa Civil; e o Senhor Edilson Almeida de Souza, Presidente do SINPEC. Primeiramente também eu queria agradecer aqui a iniciativa do Deputado Léo Moraes, em prestar essa homenagem ao Dia do Perito Criminal através desta Sessão Solene, que é muito importante esta lembrança do Perito Criminal no Estado de Rondônia. E gostaria de registrar aqui também como ele acabou de citar a Dra. Alda, aqui entre nós, se você for fazer uma conta rápida aqui, tem mais da metade dos peritos criminais do Estado aqui hoje, nós temos hoje somente 94 peritos na ativa. Como o Deputado Léo Moraes, falou, foi uma luta para a gente conseguir trazer mais peritos nesse curso de formação, que é um remanescente do concurso da Polícia Civil ainda que todos nós somos da Polícia Civil ainda, cedidos através de uma Lei, que passou por esta Casa de Leis, que é a Lei 847, que complementou a Lei 828, como o Vice-Governador falou aqui, que foi a criação da POLITEC em julho de 2015. Para ratificar, e afirmar, e confirmar que todos nós continuamos policiais civis cedidos a POLITEC, foi feita essa Lei 847, que mantém as nossas prerrogativas de policiais civis com todos os direitos de policiais civis trabalhando na POLITEC. Não são só peritos criminais não, são todos os policiais que estão cedidos hoje trabalhando na POLITEC do antigo Departamento de Polícia Técnica. E através da Ivaneide, a nossa Gerente Administrativa Financeira, cumprimentar os demais presentes aqui na Mesa.

Eu gostaria de registrar também, já foi citado aqui, nós temos entre nós aqui além dos ativos, alguns inativos para não falar aposentados, os inativos, a Alda já foi citada aqui; o Jorjão já foi citado aqui e temos o Gilmar de Oliveira Chaves, que está aqui na ponta, que também já está aposentado é um dos mais recentes aposentados desde fevereiro, se faz presente aqui prestigiando esta Sessão. Tem o Tenani aqui também na porta, o Sebastião Alcídio Tenani, que era de Rolim de Moura, mas, está na Capital, colega nosso também. E regis-

trar a presença também dos diretores dos nossos Institutos, tem o Pedro Carvalho, que é o Diretor Adjunto da Polícia Técnica; o Adairton Fortunado, Diretor de DNA, que é um Instituto Criminal; o Francisco Clayton, Diretor do Instituto Laboratorial Criminal e o Fernando Otílio Ciraulo que é o Diretor do Instituto de Criminalística. Temos ainda a presença do nosso Corregedor que é o Dr. Waldohitler, que também se faz presente. E foi homenageada a turma de 87, na pessoa da Doutora Alda, que é inativa, mas, nós temos um de 87, que está ativo ainda, que está presente aqui que é o Dr. Ênio, que está atuando na nossa Corregedoria também.

Quanto a reivindicação que o Deputado Léo falou da Academia, de início a gente pleiteou os 18 remanescentes do concurso, teria saído uma decisão em relação a discussão junto a MENP, que seriam chamados 11 peritos, desses 11 reduziu para 8, desses 8 reduziu para zero, depois voltou para 8 de novo e acabaram chamando 9 para a Academia de Polícia. Chamaram 50% dos remanescentes que eram os 9 e os únicos 3 agentes de criminalista que tinham sido, ainda estavam aguardando serem chamados. Desse 9, tiveram 2 que não tiveram interesse em se matricular na Academia, aí chamaram mais 2 dos remanescentes ficaram 7 ainda, e são esses que o Deputado Léo Mores, falou que vão ser chamados agora e vão concluir espero com êxito a Academia para serem contratados e a informação que eu tive ontem que até o dia 3 de março todos estarão nomeados, a informação que me passaram ontem numa reunião na Academia. E espero que todos concluam com êxito para a gente ter mais um reforço na nossa POLITEC, por que de um levantamento feito recentemente pelo Sindicato e eu confirmei também, nós temos 32 peritos criminais aptos a aposentadoria em 2018. Então esses que estão entrando, se todos resolverem aposentar, já com a possibilidade que tem, a gente vai ter uma defasagem muito grande o ano que vem, e não é só de peritos criminais não, é o pessoal de apoio também. Com a criação da POLITEC como Daniel Pereira falou, é o filho mais novo do Governo do Estado, a gente já teve boas melhorias, principalmente no Instituto de DNA Criminal, que em fevereiro desse ano começou o funcionamento efetivo mesmo do DNA. E a gente está com aproximadamente 90 laudos já emitidos no Estado de Rondônia, que todas as perícias de DNA a gente fazia o pré-DNA aqui, a coleta de material aqui e fazia exames ou no Amazonas, ou no Mato Grosso, ou ia para Manaus ou Cuiabá para fazer esses exames. E eles também encontram as mesmas dificuldades que a nossa em relação a insumos, materiais, inclusive recentemente teve um problema lá que a gente ficou 3 meses para entregar um laudo, mas, o problema é que eles também não tinham insumos para complementar os exames. E a partir de que começou a fazer aqui, definitivamente, o desenvolvimento dos trabalhos passaram a ser bem mais rápidos. Tem o projeto de modernização, que seria a estruturação da Polícia Técnica, está em andamento, à gente apresentou a minuta do projeto de lei, foi encaminhado a Secretaria de Segurança Pública, passou pela assessoria jurídica está em análise, é isso que a gente está querendo fazer tramitar com uma celeridade maior para a gente poder pleitear um concurso da POLITEC. Espero no máximo final de..., 2018 acho que vai ser impossível por que é período eleitoral, mas, já em 2019 já ter um novo concurso para a POLITEC. Tem uma indicação conforme o Depu-

tado Léo Moraes falou, que seria alteração na Lei 76 da Polícia Civil que inclui um parágrafo no artigo 96, que trata sobre a dedicação exclusiva. Que hoje é permitido ao perito criminal, ao policial civil ter um cargo acumulado de Magistério. Então está querendo estender esse tipo de atribuição para um cargo técnico e regulamentado, por exemplo; um farmacêutico, um bioquímico, um engenheiro. Desde que regulamentado na sua categoria, na sua classe, ele possa exercer outra atividade desde que não prejudique e acúmulo de cargo assim, incompatibilidade de horário. Então isso aí está em tramitação, é indicação do Deputado Léo Moraes e isso é um pedido da categoria ao Sindicato e decido em assembleia sobre essa necessidade, e o Deputado Léo Moraes está a frente disso também. Eu vou falar alguns números aqui só para alguns colegas e para conhecimento da Mesa, eu não estou com a estatística desse ano de 2017, só de 2016. Só para ter uma noção, com o quadro nosso hoje que é reduzido, no ano 2016 nós atendemos mais de 40 mil solicitações de perícia no Estado, isso não significa que são 40 mil exames, são 40 mil solicitações. Para vocês terem uma ideia do que corresponde, o Instituto Laboratorial Criminal recebeu e fez 4.071 laudos, só que isso gerou 13 mil exames. Então se for fazer uma projeção de 40 mil solicitações a gente deve ter feito uns 120 mil exames no ano de 2016. E mais de 40% está concentrado na Capital as solicitações, os demais nas 8 Coordenadorias Regionais que a gente tem no Estado. E o Estado de Rondônia é um dos poucos Estados que está interiorizada a perícia, a gente atende todos os Municípios do Estado através das Coordenadorias Regionais. Então estão distribuídos nas 8 regionais e a Capital que tem um perímetro de atuação aqui, se for verificar o limite de Município com Ariquemes e vai até a divisa com o Acre. Então esse deslocamento ele chega a dá quase 500 quilômetros, se você considerar o limite com Ariquemes e a divisa do Estado do Acre, a extensão territorial só Porto Velho tem o tamanho do Estado de Sergipe. Então a área de atuação de Porto Velho é muito grande, a nossa dificuldade de atendimento é deslocamento que todas as regionais, o deslocamento é muito grande para realizar o trabalho da perícia. Ma encerrando aqui, volto a agradecer a iniciativa do Deputado Léo Moraes, e quero parabenizar a todos os peritos criminais pelo dia nosso. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Nós temos aqui a nossa indicação e foi conversado com o Governo do Estado, eu vou passar em mãos para que a gente faça o acompanhamento e amanhã vá lá, "Acrescenta o Parágrafo 3º no artigo 96 da Lei Complementar 76, de 27 de abril de 1993, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

Art. 96...

Parágrafo 3º: Os Peritos de Natureza Criminal do Estado de Rondônia poderão exercer outra atividade técnica ou científica autônoma remunerada, desde que ocorra compatibilidade de horário e a não acumulação de cargo público, sendo permitida a cumulação com cargo público desde haja compatibilidade de horários nas seguintes hipóteses:

- a) com cargo de professor;
- b) com cargo técnico ou científico;

c) com cargo ou emprego privativo de profissional de saúde, com profissão regulamentada.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

E nós esperamos ansiosamente que seja colocada em prática, que tragam o projeto lá do Executivo, haja vista que existe vício de inconstitucionalidade se nós apresentarmos, e vai ser um grande avanço, uma grande conquista assim como a modelização que precisamos regulamentar a nova atividade sem desvincular das prerrogativas da Polícia Civil. É isso que nós precisamos para trazer segurança ao ambiente de trabalho de todos vocês.

Vamos passar a palavra para o nosso Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais o Dr. Edilson, é um prazer e a gente convida para que faça uso da palavra, está franqueada ao senhor lá na tribuna.

Vamos aproveitar e passar aquele vídeo que estava sem o áudio aqui para todos assistirem.

(Exibição de vídeo institucional).

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Pessoal, pedimos já para interromper até porque vocês já sabem o que o Perito faz, isso era muito importante mostrar para os meus colegas Deputados para que eles valorizem também a atividade do Perito Criminal, e aí a gente vai ter outro desafio é apresentar esse vídeo dentro de uma sessão ordinária, a gente apresenta uma Comissão Geral, suspende a sessão e apresenta para que eles comecem também a gerar essa afinidade, essa ligação com a perícia que é muito difícil, porque é mais gente puxando para baixo do que tentando levar para cima vocês, vocês podem ter certeza que a luta não é fácil em relação à perícia criminal dentro do Estado de Rondônia, é fato, senão eu falaria aqui, é muito difícil. Porque outras instituições detêm uma proximidade maior com o Poder central, tem também o trabalho que é mais visto por terceiros, então a gente tem que se unir para fazer essa defesa aí com os nossos colegas Deputados que eu tenho certeza que muitos ficarão impressionados, não é porque não querem, é porque não faz parte do universo deles mesmo a questão da perícia criminal. Então a gente tem que convencer através de argumentos e de fatos, então a gente vai suspender, o vídeo é muito bacana, o nosso apresentador parece o Sérgio Chapelin genérico, não é Engel, e foi muito bacana, muito legal esse vídeo.

Vamos passar a palavra para o nosso Presidente do SINTEC, o Edilson para fazer as suas considerações, entregarmos os certificados e confraternizarmos aqui no Salão Nobre.

O SR. EDILSON ALMEIDA DE SOUZA – Bom dia nobres colegas, bom dia senhores e senhoras. A festa é nossa, 04 de dezembro, mas, nós não podemos deixar de agradecer particularmente a dois personagens que tem se dedicado, tem nos ajudado, o Exmº Sr. Governador Confúcio Moura e o Deputado Léo Moraes, não iria adiantar nada as proposições das emendas se o Deputado não tivesse um relacionamento com o Governador, era chover no molhado, ele podia propor bilhões, milhões para a POLITEC, mas, se não tiver afinidade com o Governador do Estado não resolveria, e isso ele tem e isso tem demonstrado, um exemplo clássico disso foi a criação da

POLITEC, ele assumiu o compromisso, levamos o Governador em duas reuniões, ele também oriundo da Polícia Científica assumiu esse compromisso e hoje a POLITEC é uma realidade. Não tem sido fácil, os senhores têm acompanhado o dia a dia a nossa luta, como bem frisou o Deputado, tem mais gente puxando do que tentando alavancar. Mas, nós não somos de desistir, ao longo da minha vida eu não conheço fracasso, os desafios costumo levar até o fim e eu tenho fé em Deus que até eu colocar o boné terei de ver a POLITEC consolidada cada vez mais. Eu tenho certeza, Sr. Deputado, esteja V.Exª nesta Casa ou na Câmara Alta do país, o senhor não nos abandonará porque pai responsável, um pai de caráter, um pai que ama seu filho jamais o abandona e o senhor é pai da POLITEC, o senhor assumiu esse compromisso com a nossa categoria e nós agradecemos e pedimos a Deus que lhe dê longa vida e saúde para continuar sendo esse parceiro que tem sido até hoje. Em nome de todos os peritos do Estado de Rondônia e particularmente eu, pelo apoio que o senhor tem me dado, pelo carinho, pelo respeito profissional que o senhor tem me dedicado, agradeço de público e espero continuar merecedor da sua confiança. Mais uma vez, em nome dos Peritos, muito obrigado pela oportunidade de trazer os colegas aqui para que ocorresse esta solenidade. Uma solenidade que certamente marcará minha vida e a dos nossos colegas. Meu muito obrigado e parabéns pelo nosso dia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Registramos a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Renato Morari, Delegado Morari, Câmara Municipal de Rolim de Moura.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Registramos a presença do Vereador Pedro Rabelo, de Cacoal; Vereador Mão, também de Cacoal, que estiveram conosco durante este evento. Delegado Dr. Morari, nosso amigo, Vereador em Rolim de Moura, que faz um belo trabalho naquela cidade, trabalho com independência, autonomia e com conhecimento técnico. Que devemos ter não somente conhecimento de causa, batendo a poeira, mas devemos ter tecnicidade, conhecimento de processo legislativo, administrativo, direito, porque querer não é poder e meu velho já me ensinou, lá atrás, que a pior pessoa é o esforçado incompetente. O cara se esforça, se esforça, mas não sai do lugar. Então, a gente tem que destravar muitas portas aí, outras, derrubar, porque senão as coisas não avançam.

A gente vai agora fazer as homenagens para os nossos colegas e depois vamos para a nossa confraternização.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes de convidar Sua Excelência aqui, é comum o histórico a todos: “A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em Sessão Plenária, realizada no dia 28 de novembro de 2017, atendendo Requerimento 1412/2017, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, aprovou nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, Voto de Louvor em alusão ao Dia Nacional do Perito Criminal, como reconhecimento ao relevante papel desempenhado no exercício de suas funções”. Convido Sua Excelência Senhor Deputado aqui à frente, para que possa conduzir a entrega dos Votos de Louvor.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Poderia quebrar o protocolo, convidar também os nossos colegas aqui da Direção e do Sindicato para concederem também a entrega.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Então os senhores são convidados, com o Deputado Léo Moraes, para fazer a entrega dos Votos de Louvor.

VOTO DE LOUVOR

- Alda Palheta Medeiros.
- Alexandre Alves.
- Ana Júlia Frazão Paiva.
- Andressa Teixeira de Souza Guedes.
- Adayrton Fortunato de Figueiredo.
- Adalgisa Patrícia Miranda Fortes.
- Antônio Jorge dos Santos.
- Carlos Alberto Holanda.
- Carlos Antônio Claudino de Pontes.
- Carolina Matias Diniz.
- Cícero de Souza.
- Clayton Guimarães Cova dos Santos.
- Cristiane Behling Aldrighi.
- Daniel Nogueira Lustosa.
- Darwin Barreto Zanata.
- Edilson Almeida de Souza. É o Presidente do Sindicato

dos Peritos Criminais do Estado de Rondônia, também recebe uma homenagem ao Sindicato e a todas as senhoras e senhores Peritos Criminais.

- Edison Rigoli Gonçalves.
- Edmundo Machado Neto.
- Eduardo Allemand Damião.
- Engel Medeiros Costa.
- Ênio de Oliveira Bento de Melo.
- Fernando Otílio C. Santos.
- Flávio Ricardo Leal da Silva.
- Flaxman de Souza Almeida.
- Francisco Clayton Ferreira.
- Geraldo Sena Neto.
- Gilmar de Oliveira Chaves.
- Gustavo de Oliveira Neves.
- Ivaneide Soares da Silva.
- Jemímia Valéria Santos Barbosa.
- João Dias de Oliveira Junior.
- Leomar Pereira da Silva.
- Leonardo Barreto Cunha.
- Marcos Antônio Marinho.
- Maria da Guia Rodrigues da Costa.
- Pedro Carvalho. Diretor Adjunto da POLITEC.
- Ronei Plácido Ribeiro.
- Sandro Micheletti. Diretor Geral da POLITEC.
- Sebastião Alcídio da Silva Tenani.
- Taciano Madeiro Nogueira.
- Valdemir Ferreira do Carmo.
- Valney de Lima e Silva.
- Waldohitler dos Santos Barros.

Alguém aqui presente não foi chamado ainda? Os demais serão entregues ao Sindicato que fará a entrega.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem meus amigos, nós estamos encerrando esta Sessão Solene, lembrando de todos os personagens, os atores que fizeram chegar à criação da

POLITEC, o tanto que nós precisamos ainda melhorar. A luta é muito grande, a POLITEC é conhecida dentro do Governo do Estado e eu posso falar desse porque é o que eu convivo, por ser uma categoria de qualidade, unida; pessoas politizadas, e, que na hora que precisam todo mundo se reúne e faz valer o mesmo discurso e é por isso que nós avançamos em relação à criação da POLITEC. Eu agradeço ao carinho do Presidente do Sindicato, foi uma luta muito grande, nós temos outras pela frente e vocês podem ter certeza que nós estaremos aqui na ponta de lança, como eu costumo comentar, com a arma que me entregarem, eu vou pelear, eu vou brigar e eu vou defender aos peritos criminais do Estado de Rondônia, vocês podem ter certeza. O Governador, o Governador Confúcio, especialmente, ele tem muito carinho, toda conversa que tenho com o Governador, ele é favorável as nossas investidas. Mas, lógico que temos dificuldades em outros, em outros níveis de Governo. Quando chega à Secretaria correspondente, temos dificuldades, a gente não precisa deixar, esconder, esse não é o momento de ser politicamente correto, nós temos que avançar, nós temos que construir. Dentro da Secretaria tem sido difícil, às vezes, dentro da direção da polícia tem sido difícil, eu não sei por que cargas d'água não querem reconhecer o avanço da Polícia Técnica Científica. Mas, não tem problema não, nós continuamos na luta e vamos mostrar que com união, com resiliência, com perseverança e com capacidade de todos vocês, nós vamos colocar a perícia criminal no panteão que ela merece e que não deve sair jamais. Portanto, a gente finaliza esta Sessão Solene, agradecendo imensamente a todos, a dificuldade de reunir tantos peritos num evento, nós sabemos que é imensa, nós temos um déficit de profissionais, nós temos colegas que precisam correr para os seus plantões e mesmo assim vieram aqui prestigiar e reconhecer que vocês são importantes e valorosos, não somente na elucidação dos crimes, mas, como uma boa política pública de segurança, que deve e visa atender a todos, inclusive, no momento de maior dificuldade, que é no esclarecimento dos crimes. Por isso, nós agradecemos a todos, a direção, ao Governo do Estado que tem sido sensível a todos os nossos colegas, amigos. Entendemos que devemos chamar novos peritos, vários dos nossos colegas que estão aqui, já estão em vias de se aposentar e Waldemar, o déficit vai ser maior ainda, portanto, precisamos valorizá-los na prática como disse o nosso colega Daniel Pereira. Muito obrigado, agora será servido um coquetel no Salão Nobre para nós confraternizarmos.

Invoco a proteção de Deus e encerro esta solenidade. Muito obrigado e parabéns a todos.

(Encerra-se esta Sessão Solene às 11h27min)

ATA DA 47ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A LEI HARFOUCHE.

Em 07 de dezembro de 2017

Presidência do Sr.

ANDERSON DO SINGEPERON - Deputado

(Às 15 horas e 38 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores boa tarde! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson do SINGEPERON,

realiza Audiência Pública com objetivo de debater sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 813/17, que dispõe sobre a implementação de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar do Estado de Rondônia, denominada Lei Harfouche.

Convidamos para compor a Mesa, Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson do SINGEPERON, proponente desta Audiência Pública. Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Vice-Governador do Estado de Rondônia. Coronel PM André Luiz Glanert, Representando a Secretaria de Segurança Defesa e Cidadania. Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Marcelo Lima, de Oliveira, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia. Excelentíssimo Senhor Dr. Sérgio Harfouche, Procurador de Justiça/Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul – 23ª Procuradoria Criminal. Professora Irany de Oliveira, Coordenadora Regional de Educação de Porto Velho. Tenente Cel. PM Lima, Diretor do Colégio Tiradentes Unidade 1 – Representando o Comando Geral da Polícia Militar de Rondônia; Senhor Joelson Chaves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Professores no Estado de Rondônia – SINPROF. Senhora Eliete Cabral de Lima, Coordenadora do Núcleo Psicossocial do 1º Juizado da Infância e Juventude. Professor Clemildo Sá, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Invocando a proteção de Deus em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência com objetivo de debater sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 813/17, que dispõe sobre a implementação de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar do Estado de Rondônia, denominada Lei Harfouche. Uma boa tarde a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima, e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado, podem sentar. Antes das considerações iniciais de Sua Excelência, Deputado Anderson do Singeperon, proponente desta Audiência Pública, registramos e agradecemos as presenças do Sr. Osmar Oliveira dos Santos, assessor técnico representando a SEMED; Sr. Luciano Pinheiro Torres, Conselheiro, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social 23ª Região de Rondônia; Sra. Ana Paula Souza Maia, Gerente de Formação, representando a SEDUC; Sr. Lucas da Conceição, Diretor representante da União Estadual do Estudante de Rondônia; Sr. José Augusto Neto, Diretor de Imprensa, representando o SINTERO; Sra. Maria José Ferreira Souza, Assistente Social do Ministério Público; Sr. Luciano Pinheiro Torres, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social; Professora Silmara Nunes, Diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mundo Mágico; Professora Eliete Nascimento Lopes, Diretora da Escola Estadual Dr. José Otino de Freitas; professor Mábio Garcia dos Santos, Diretor da Escola Estadual Daniel Nery; professor Alberto Rocha, Vice-Diretor da Escola Estadual Marcos de Barros Freire; professor Reinaldo Mosquini, representando a Escola Estadual Bela Vista; Professor Benedito da Silva Franco,

Diretor da Escola Estadual Araújo Lima; professora Ana Lúcia Cardoso, Vice-Diretora da Escola Estadual Abnael Machado de Lima; professor José Ailton Farias, Vice-Diretor da Escola Estadual Sebastiana Lima de Oliveira; senhoras e senhores professores, senhoras e senhores pais, alunos aqui presentes. Também a senhora Mirla Mota, estudante da Escola Técnica Somos Brasileiros e o senhor Germano Soares, Presidente da Federação Brasileira de Sindicato da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal – FEBRAFISCO. Lembrando como dissemos agora a pouco de que caso queiram fazer uso da palavra, ergam os braços que o Cerimonial vai anotar o nome e passar para Sua Excelência Deputado Anderson do Singeperon, que a partir desse momento coordena toda a dinâmica da Audiência Pública.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Boa tarde mais uma vez a todos os presentes nessa Audiência. Essa audiência é para tratar de um projeto de lei de minha autoria que tramita na CCJ desta Casa, projeto de lei de nº 813/17. Esse projeto eu buscava quando assumi o mandato, já atuei na educação não como professor, mas, como agente administrativo e como aluno também na educação pública do nosso Estado, e eu procurava algo que desses subsídios para o que hoje a gente não tem nas salas de aulas das escolas públicas, não só do Estado, mas, também do Município. E ouvindo, conversando com alguns professores, eu pude perceber qual além da questão da valorização, da questão salarial, das condições do professor, existe uma questão que afasta muito professores da sala de aula que é a autonomia para educar na sala de aula. Então encaram dificuldades devido à indisciplina dentro das escolas, isso acarreta várias e várias ocorrências e dificuldades que eles encaram. Então eu tive a oportunidade através da Frente Parlamentar que faço parte em nível Nacional, da FENACRIA de conhecer esse projeto que alguns Estados, alguns municípios já adotaram e tem dado certo. E foi então que apresentei o projeto, quando eu conheci o Dr. Sérgio Harfouche, Procurador de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, foi um dos mentores desse projeto e ele se dispôs caso apresentasse, abrisse a discussão no Estado de Rondônia, de vir até o Estado, como hoje ele está vindo. E já quero agradecer essa disposição dele está aqui gente aqui com a gente, dessa vontade de fazer educação no Brasil, de fato funcionar. E eu sei e tenho conhecimento disso, se a gente fortalecer a nossa educação, nós vamos ter um índice de evasão bem menor, nós vamos também diminuir a incidência de jovens ingressando no sistema penitenciário, no sistema Socioeducativo que lida com os menores infratores. E a grande maioria que está lá no sistema prisional como também está no Centro Socioeducativo saiu das escolas, saiu de da falta também de estrutura familiar, de questão social deste País e algo tem que ser feito, o que se sabe é que esse modelo não está funcionando, o professor pede socorro e esse socorro é que a gente quer dá. E hoje vou abrir esse debate com a apresentação que o Dr. Sérgio vai fazer para todos nós e em seguida, após a apresentação, a gente vai abrir para discussão do projeto. Hoje pela manhã nós tivemos uma discussão bem produtiva, uma reunião com o Ministério Público, SEDUC, a SEMED também representando o município, foi bastante produtiva, gostei bastante, todos nós gostamos, o próprio sindi-

cato, SINTERO, esteve presente aqui, a Presidente justificou a ausência que hoje é a posse deles lá no sindicato, mas, foi produtiva a discussão e agora a gente vai ampliar esse debate aqui. Agradecer a presença de nosso Vice-Governador Daniel Pereira, nosso amigo sindicalista que hoje está aí ajudando o Governo do Estado Confúcio Moura a administrar a máquina pública do Estado de Rondônia, e agradecer a presença de todos aqui, a Secretaria de Segurança, Secretaria de Educação, SEMED, a Promotoria que está aqui junto, os professores, todos que estão presentes, os amigos sindicalistas que se fazem presentes nesta Casa.

Passo a palavra ao Dr. Sérgio Harfouche para fazer o início da sua palestra falando a respeito do projeto. Porque o projeto de lei em si é bem seco vamos dizer assim, mas, como toda lei, ela precisa de regulamentações, precisa de decretos, precisa de normas posteriores, mas, o que a gente puder melhorar do projeto com este debate a gente vai melhorar, inclusive, em discussão com o Governo do Estado também para que entre como medida de política pública do Governo do Estado. Já existem algumas que eu pude tomar conhecimento hoje, muito importante, e essa vai agregar, vai fortalecer o que já existe o que o Governo do Estado já fez, então ela vem para somar, então a nossa ideia é isso, fazer uma junção do que já existe e do que está chegando para a gente ter um resultado melhor, é essa a nossa vontade.

Dr. Sérgio pode fazer o uso da tribuna. O vídeo já está preparando?

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto estamos preparando um PowerPoint, primeiro uma explicação e depois temos vídeo. Enquanto isso eu vou registrar, com a permissão de V.Ex^a registrar a presença do Ruslan Magalhães, Conselheiro representando a Guarda-Mirim/Rondônia, e Maria Regina Azevedo representando o Conselho Regional de Psicologia do Estado de Rondônia.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Exm^o Sr. Deputado Anderson do Singeperon, proponente desta audiência pública a quem eu quero agradecer a oportunidade de vir compartilhar um programa que tem ocupado os últimos 20 anos da minha vida; Exm^o Sr. Daniel Pereira, Vice-Governador deste Estado que já nos deu a boa recepção deste Estado também em nome do Sr. Governador, obrigado pela presença de V.Ex^a; Exm^o Sr. Promotor de Justiça Marcelo Lima de Oliveira, representando o Ministério Público deste Estado; Sr. Coronel PM André Luiz Glanert, representando a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania; Sra. Professora Irany de Oliveira, Coordenadora Regional de Educação, Porto Velho, já estivemos durante a manhã; Tenente-Coronel PM Lima, Diretor do Colégio Tiradentes; Sr. Joelson Chaves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia; Sra. Eliete Cabral Lima, Coordenadora do Núcleo Psicossocial do 1º Juizado da Infância e Juventude; Professor Clemildo Sá, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; em nome desta Mesa eu peço permissão para cumprimentar todos os presentes e aqueles que nos assistem pela internet.

Eu sou Sérgio Harfouche, sou Procurador de Justiça Criminal do Estado do Mato Grosso do Sul, porém, nos últimos 25 anos atuei como Promotor de Justiça da Infância e Juventude,

meu Estado não tem o mesmo privilégio de Rondônia de ter um promotor especializado em educação lidando com esse assunto, portanto, junto com a questão dos atos infracionais me vi necessariamente obrigado a me debruçar sobre assunto educação desde o começo de minha carreira, e foi em Ponta Porã, uma Comarca que divide uma fronteira seca de uma avenida com o vizinho país, Paraguai, através da cidade de Pedro Juan Caballero, são duas cidades cada uma delas com 60 mil habitantes, mas, com aqueles conflitos naturais da fronteira, mais ainda de uma fronteira que basta atravessar uma avenida para que você esteja em outro País. Fui Promotor lá há 20 anos, e de imediato me vi bem preocupado com a questão da infância e juventude, Deputado, pelo que, então, pedi a Deus sabedoria e direção para os parceiros no desenvolvimento do meu trabalho. E o primeiro elemento dessa parceria foi o profissional da Educação. Conversando, então, com gestores daquela cidade, me orientaram a reunir essas principais expressões da administração escolar da fronteira, ou seja, do Estado, seja municipal ou das escolas privadas e, já de antemão apresentei qual era a minha proposta, eu disse: eu preciso saber o que está acontecendo em Ponta Porã e qual a resposta que temos para dar. De imediato já me disseram sobre a violência naquela região, professores dizendo que já reconheciam tão logo um aluno entrasse na sala de aula ao colocar a sacola, ao colocar a sua mochila sobre a mesa, pelo baque da mochila ele sabia, ele sabia, o professor já sabia se ele estava com uma pistola, com um revólver ou com uma faca, se estava carregada, descarregada, e isso parecia comum ali, uma vez que ao interceptar um aluno com uma Magnum 357, instauramos um procedimento e chamamos o pai, eu achei que aquele pai ia ficar perplexo, até chamamos uma psicóloga para estar perto, mal sabia eu que a psicóloga estava lá para me atender, porque eu que fiquei estupefato quando o pai disse: “não, doutor, fica tranquilo, fui eu que dei a arma para o menino, mas, fique tranquilo, ele sabe usar”. Essa banalidade com adolescência, arma de fogo e drogas, fragilizava ainda mais o professor e qualquer profissional da escola, porque quem vai discutir com um aluno que acabou de bater com a sacola na mesa mostrando: “eu tenho uma arma aqui”. Por isso, eu duvido que nós tenhamos situações de violência em escolas mais graves, podemos ter situações iguais, mas, mesmo numa cidade como àquela, por estar na fronteira eu me vi, assim, já envolvido com a questão. E qual foi a resposta que nos deram: os professores, os gestores queriam apenas segurança, nós queremos entrar numa sala de aula e ter a segurança de que não seremos ameaçados, que não seremos amedrontados. E foi a partir destas situações em que colhemos as informações sobre quais os problemas, pedi também que dessem as soluções, as sugestões. Há vinte anos, instaurei um inquérito civil, para resolver essas questões propostas em dez itens, àqueles profissionais me deram os dez fatores mais urgentes, para a solução da invasão escolar e violência ali naquela região.

O que me surpreende é que vinte anos depois, eu já estive em várias Capitais brasileiras, os mesmos problemas se repetem com um agravamento, hoje nós temos um número muito maior de adolescentes envolvidos em atos infracionais. Temos um número muito maior de adolescentes envolvidos com a dependência química e o abuso de drogas. Temos um número muito maior de meninas grávidas antes dos 16 anos

já no segundo filho, sendo que nem elas mesmas tiveram a referência de pai e mãe ou qualquer tipo de autoridade sobre suas vidas. Imagino que aquilo que enfrentamos há vinte anos em Ponta Porã, sirva para os nossos dias. Resolvi, então assim, abraçar essa questão e de lá para cá venho ouvindo continuamente, não só os profissionais da educação, mas os pais e também os adolescentes. Esse programa, Programa de Conciliação Para Prevenir a Evasão e a Violência Escolar é produto desses vinte anos de escuta, de trabalho, de realização, de lá para cá otimizamos, implementamos e chegamos agora obter as benesses do Legislativo em referendar, reforçar esse elemento de ambiente escolar. Todos sabem que a escola tem sido muito útil para a realização de pleitos eleitorais, porque lá é que se instalam as urnas, campanhas de vacinação, enfim. Eu imagino que em Rondônia não deva ser diferente dos outros Estados do Brasil, mas é só. Muito pouco se oferece à escola para respaldar aquele que está tete a tete com o produto de todo empenho da educação nacional, que é a formação de um aluno, que é o ensino. O artigo 6º do Estatuto da Criança e Adolescente diz que: o ECA deve ser interpretado com base em fim social; bem comum e direitos e deveres individuais e coletivos. Hoje de manhã, na nossa mesa de conversação, perguntei: qual é o fim social da escola? A resposta foi: ensinar. Parece-me que isso é indiscutível. E quem é o profissional sobre quem pesa essa atividade *stricto sensu*? Se ensinar é o fim social da escola, qual é o profissional que realiza de perto essa tarefa? O professor. Parece-me então que se o professor passar o ano inteiro cuidando de ferida de aluno, cuidando de intriga e brigas, cuidando de asseio e afeto, se ele conseguir dá afetividade, atenção para os alunos durante o ano inteiro, mas, ele não deu aula, ele não esgotou seu conteúdo programático, não só esse professor, mas, o fim social da escola também faliu; se frustrou. Daí então a necessidade de preservarmos essa atividade do professor de dar a aula que ele preparou. E para isso, então, precisamos tirar de sala de aula todos os desvios dessa finalidade, especialmente o da indisciplina. Esse programa se destina a trazer os papéis, seja do professor, seja do gestor, dos pais e do aluno, no manto da responsabilidade que cabe a cada um. Dentro da sala de aula quem responde por qualquer situação que aconteça? A resposta: o professor. Na escola, quem responde por qualquer coisa que aconteça? O gestor, o diretor. Nesta Casa, neste momento, quem responde por qualquer coisa que aconteça aqui? Quero crer que seja o Presidente Proponente desta Sessão. O que nós temos, que qualquer um de nós que desempenha uma função útil na sociedade tem uma responsabilidade. Por isso é que a condução desta Audiência Pública está sobre os ombros do Deputado Anderson do Singeperon. Ele é a autoridade aqui, ele é quem diz: acabou seu tempo; quem é o próximo; onde vamos falar; está encerrada a Sessão ou não. E por que é que a autoridade está sobre os seus ombros? Porque ele é quem responde. Isso vale dizer que a autoridade dentro da sala de aula está sobre os ombros de quem responde na sala de aula, e quem é esse profissional? É o professor. A autoridade dentro do ambiente escolar, a escola como um todo está sobre os ombros do diretor, por quê? Porque é ele quem responde. Por isso nós precisamos direcionar esta geração dentro desse ambiente da responsabilidade. E o que é que nós temos feito com essa turma? Quero dizer claramente que todo

meu empenho da minha carreira como Promotor de Justiça foi para o cumprimento do artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é a proteção integral. Tenho um compromisso com esse princípio e acredito que todos aqui que têm envolvimento com a infância e a juventude sabem também do seu compromisso com a profissão integral. Contudo, nesses últimos 27 anos de Estatuto, o que eu vejo é que esse princípio foi mal compreendido, porque no lugar de promovermos a proteção integral, nós temos promovido a tolerância com a irresponsabilidade. Porque em nome dessa proteção integral nós evitamos que o adolescente responda. Então, se ele fere, se ele ofende e se ele agride até mesmo outro adolescente, ele não responde. Na escola, o que é que tem para ele responder? Uma advertência? Nos últimos 27 anos qualquer coisa que um aluno faça dentro da escola, ele recebe apenas uma advertência. A advertência tem a sua oportunidade, advertência tem a sua utilidade, qual seja, dizer: você está violando uma norma de convívio social, você está ferindo o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto ao bem comum, você está ferindo as normas dessa escola quanto ao seu Regimento; por isso você está advertido de que essa conduta não é bem-vinda e pode ter consequência mais grave. Se ele desrespeita mais uma vez, se ele apronta mais uma vez, ele recebe outra advertência e se ele faz isso novamente, outra advertência, mas, lá pela 10ª vez, ele também recebe outra advertência. Isso pelas pesquisas que eu realizei em nível de Brasil é o responsável por essa cultura do “dá nada não”. A gurizada cresceu dizendo: “Ah! Dá nada não”. E eu já ouvi isso em uma Audiência Judicial, um infrator ao receber uma Medida Socioeducativa do Juiz dizendo: então, você está condenado pela prática de ato infracional de lesão leve contra um professor. Bateu no rosto do professor e eu aplico agora a medida de advertência. Ele deu de ombro e falou: “dá nada não”. Na frente do Juiz.

Nós estamos mentindo para essa geração quando na primeira eu digo que ele tem uma advertência e daí para frente eu só dou advertência. Ah! Não. Tem a suspensão. Prêmio. Três dias em casa, mesmo que seja na escola. E o que acontece? Essa falsa ideia de responsabilidade quando chega ao Judiciário e o Juiz diz lá: “você está recebendo uma advertência”. Ele acha que é assim. “Dá nada não”. Mas, lá no Judiciário, a Medida Socioeducativa de Advertência vincula esse adolescente como infrator, e na sequência ele vai responder por uma liberdade assistida, talvez, depois uma Medida de Semiliberdade e até a internação. O problema que essa geração está chegando aos 18 anos pensando que “dá nada não”. E quando ele faz 18 anos, no dia seguinte ele vai para o Sistema Penal Comum. O que é preciso então de alguma forma ensiná-los sobre responsabilidade logo cedo. Essa é a proposta desse Programa.

A definição, portanto, do PROCEVE – Programa de Conciliação para Prevenir Evasão e a Violência Escolar é um Programa que visa despertar esse senso de responsabilidade nos alunos com problemas disciplinares com a efetiva participação dos pais através de práticas educacionais restaurativas no próprio ambiente escolar e com envolvimento de Diretores e Professores. Esse Programa traz subsídio ao Projeto de Lei que aqui estamos discutindo, porque para respaldar essa ação escolar, nós precisamos alterar os Regimentos Escolares e é

preciso que para isso então nós tenhamos todo o envolvimento, o que está sendo dito aqui é óbvio demais, Deputado, o que está sendo dito aqui não é nada novo, nós apenas estamos resgatando algo, que se formos humildes o bastante entenderemos que deveríamos ter mantido que é disciplina, que é respeito e, sobretudo, formação com responsabilidade.

O que é que tem haver então o Projeto de Lei com este programa? Eu peço permissão para desenvolver por um minuto a ideia do Programa para nós entendermos que os elementos do artigo 1º desse Projeto de Lei que visa a inserção da reparação de danos através de dois elementos, pelo menos, denominados como pai e mãe, que é prática ação educacional. É importante, nesse momento, de responsabilizar, não sem antes dizer que a efetiva participação dos pais é outro elemento de responsabilizar, por quê? Cumprindo o artigo 129 e 5º do Estatuto em parte, os pais matriculam seus filhos, aliás, no que diz respeito à creche fazem filas. Não sei se aqui tem problema de déficit, mas, no meu Estado, especialmente, na nossa Capital já chegamos até 7 mil vagas em déficit em creches e esses pais são capazes de ficar uma noite inteira na fila para matricular os seus filhos e assim fazem também com a criança e até com o adolescente. E muitos deles nunca mais aparecem na escola, mesmo chamados, convidados, convocados, não comparecem, às vezes, nem com uma Notificação Judicial comparecem, que é de parecer que aqui também falta orientar os pais quanto sua responsabilidade e porque não dizer em relação também ao papel de alguns gestores que por vezes não cumprem o Regimento, talvez por não se sentirem respaldados, apoiados suficientemente. No entanto, esse programa visa trazer então os papéis nos seus eixos, cada um vai responder por aquilo que se permite. Tivemos lá em experiência recentemente, na criação de uma escola tempo integral, uma grande conquista, em que o diretor falou para os pais: “essa escola é tempo integral e você tem o privilégio de ter o seu filho matriculado aqui, você traz o seu filho de manhã aqui para estudar, ele fica conosco de manhã, almoça e estuda a tarde toda, só no fim do dia você sai do serviço e leva ele para casa”. E uma mãe levanta a mão e pergunta: “e o quê que eu faço com ele a noite?”. Ela queria uma creche noturna, ela queria uma escola noturna para cuidar do filho à noite. Quando eu falo sobre isso, a gente faz um coro com as vozes presentes; não sei se aqui o ambiente solene me permitiria, mas, eu vou dizer o que a gente costuma dizer: “Quem não sabe o que vai fazer com o filho, não faça esse filho”. Porque a responsabilidade primeira é de pai e mãe, no entanto, está havendo uma transferência dessa responsabilidade, primeiramente para a escola, faz a matrícula e não aparece mais. Por isso então, esse programa, ele exige a efetiva participação dos pais e daí porque então, Deputado, justifica a sua proposição quanto ao artigo 5º.

Orientando esses pais que não cumprem com a sua responsabilidade de também serem suspensos seus benefícios sociais. Ah! Isso é grave demais, porque estão querendo tirar o dinheiro do pobre? Ninguém quer tirar o dinheiro de ninguém. Mas, o fato gerador desse benefício, é o cumprimento do artigo 129, no caso do Bolsa Escola; em que a mãe não só se compromete a matricular, mas, também acompanhar a frequência e o aproveitamento do filho. Não cumprindo com esse elemento mínimo, que, aliás, põe em abandono essa cri-

ança, esse adolescente, então, ela é chamada a responsabilidade para dizer: “a senhora precisar ir à escola ver como o seu filho está, a senhora precisa acompanhar a frequência do seu filho, o aproveitamento”. Este projeto, ele tem respaldo no Ministério Público, seja por constar na sua gestão estratégica ou dentro dos objetivos gerais do Ministério Público. Dentro desta ação, junto a comunidade escolar, fortalecendo o papel do gestor, educador, estudante e seus responsáveis legais no controle preventivo a evasão e violência escolar. E também incentivar a solução de conflitos em ambiente escolar, evitando a judicialização. Porque isso? O que tem havido, pelo menos no meu Estado, não, estava havendo, é que uma vez transferida, transferida a responsabilidade dos pais, da casa para escola; a escola começou a se ver embotada de uma missão que não lhe pertence, que é a de criar e educar. E então, por conta daquele volume de alunos malcriados e alunos mal-educados, a violência se acentuando, qual é a solução? A escola começar mandar para a delegacia, começar a mandar para o Ministério Público ou para o Judiciário. Além...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Só informar...

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Pois não.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Dr. Sérgio, a presença do Deputado Jesuíno Boabaid, que é relator desse projeto na CCJ, o Deputado Jesuíno está aqui presente na Audiência...

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Deputado?

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Deputado Jesuíno, é o relator do projeto na CCJ.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Muito obrigado pela sua presença Deputado, eu espero ser didático suficiente, para isso me coloco a sua disposição o quanto for preciso. Obrigado pela presença de V. Ex^a. Também como objetivo específico, que é o de respaldar e ampliar os instrumentos que o gestor e o educador dispõem para efetivar o processo de ensino e aprendizagem, isso já é dito, até por técnicos da USP, de que onde há violência, não há ensino e aprendizagem; isso é notório em qualquer parte do País. Além do que, o Projeto de Lei que aqui se apresenta, ele também apóia, aliás, cria essas PAEs, que são Práticas de Ação Educacional, que é nada mais do que a reparação de danos e práticas educacionais no sentido de responsabilizar; em outras palavras: sujou, limpa; quebrou, conserta; ofendeu, se retrate. Até pequenos furtos que são comuns em escola, vai por isso em uma delegacia, faz devolver e orienta de que aquilo não se faz. É uma oportunidade que promove a proteção integral, porque muitos alunos estão precocemente conhecendo, Deputado, os corredores policiais e todo sistema judicial, até uma medida socioeducativa precocemente. Faltou na escola, um elemento melhor do que mentir para esse aluno, por que mentir? Porque quando você adverte a primeira vez e sai advertindo na sequência, estamos mentindo para eles, e a vida não é assim. Porque esse menino, quando ele sai da escola, ele evade, se ele vai lá à boca de fumo e

trata o traficante do jeito que ele trata a professora, ele toma um tiro na cara; se ele trata o dono da boca de fumo ou o cara lá do campinho de gangue, do jeito que ele trata a mãe dele, ele morre. E os dados que nós temos do Ministério da Justiça especialmente quanto ao mapa da violência, o Brasil é o quarto País no mundo em homicídio de crianças, de jovem abaixo de dezenove anos, isso é muito grave. O Brasil é o quarto País no mundo que mais mata jovem abaixo de dezenove anos, e 80% deles estão em situação de evasão escolar, eu medi isso nas Audiências que eu fiz. Até o fim do ano passado, a primeira pergunta que a gente fazia era exatamente isso: você está estudando? Estou. Está estudando aonde? Na escola. Qual o nome da sua escola? Não sei não, senhor. Estava matriculado, mas, não sabia nem o nome da escola, evadido. De cada dez Audiências dessas, Deputado, oito estavam fora da escola e usando maconha, eles só não sabiam se ele saiu da escola e usou maconha, ou usou maconha e saiu da escola, mas, as duas coisas estavam associadas. Não sei se Rondônia, tem esse mesmo perfil, mas, o que é que nós temos visto? A necessidade de um Projeto de Lei, como esse. Primeiro: omissão dos pais, esses pais precisam ser chamados à responsabilidade. Segundo: alto índice de evasão escolar, eu não sei quanto é aqui, mas, no Mato Grosso do Sul, chega a 32%. Crise de autoridade de diretores e professores, quem tem a responsabilidade, não tem autoridade, e digo aqui, não vamos confundir autoridade com autoritarismo, ninguém aqui sustenta qualquer tipo de abuso. Nós viemos de uma era de autoritarismo que era o abuso da autoridade, hoje estamos na era da libertinagem, que é o abuso da liberdade. É claro que não há preferência entre nenhum tipo de abuso, mas, os índices mostram que o abuso da liberdade mata mais do que o abuso de autoridade. Destruição do patrimônio público, dinheiro público sendo destruído porque nem sabe como limpar, como construir, como cuidar, não justifica um aluno depredar uma escola, pichar uma parede, quebrar uma carteira, quebrar um vidro só para ouvir o barulho. Mas, não é só esse prejuízo que isso tem gerado pelo menos um terço, 30% da folha de profissionais da educação estão de licença para tratamento de saúde, especialmente saúde emocional, porque só de pensar de ir para uma escola, já tem uma síncope, amam estar num ambiente escolar e ao mesmo tempo sofrem por estar em ambiente escolar. Isso é um índice nacional, violência na escola, isso aqui nega a vigência ao estatuto, aos próprios adolescentes e crianças. Admitir o quadro de violência na escola como está e permitirmos que isso continue sem que haja um elemento melhor de disciplina, é negar a vigência ao Estatuto, a criança e adolescente dos nossos dias. E claro a falta de limites, existe limites para tudo, como não vamos colocar limites na escola, se os pais não fazem isso em casa, além do consumo de drogas. Essas coisas parecem se associar para destruir toda uma geração. Isso aqui é o resumo do que eu disse até agora, e o importante é que o sistema da escola ou Judiciário sofrem um estrangulamento pelo volume de conflitos sem resposta ou resposta inexitosa em prejuízos ou princípios da proteção integral. O Judiciário desenvolve um programa belíssimo chamado Justiça Restaurativa na Escola, que lida através de ciclos restaurativos, a otimização das convivências especialmente onde houve algum tipo de abalo. Mas, a justiça restaurativa, ela não lida com indisciplina propriamente, lá no meu Estado nós andamos de

braços dados, Dra. Katy Braun que é a Coordenadora da Justiça Restaurativa na Capital e no Estado, desenvolve um excelente trabalho e nós andamos juntos, aliás, precisamos até de mais programas de intervenção na escola nesse sentido. Os índices crescentes de evasão escolar contrariando o previsto da Emenda Constitucional 59 que torna obrigatória a Educação Básica, não só como era o Ensino Fundamental, mas, também o Ensino Médio e na maioria das Capitais esse fator alimenta o perfil de representados por ato infracional. O resgate dos papéis e a ordenação de suas funções é a urgência básica para a construção de qualquer processo de implantação de paz. Como foi dito na casa, se nós não temos um estabelecimento de limites, a desobediência não forma minimamente uma criança e um adolescente ele indo para a escola, então o quê ele vai fazer? Vai estar entre a indisciplina e os atos infracionais. Atos infracionais são crimes praticados por adolescentes, isso aqui tem que ser encaminhado então para uma delegacia ou para uma Promotoria de Justiça, o que já é preocupante. Mas, lidando com a indisciplina dentro da escola, eu dou o que para aquele adolescente? Advertência? Lá no Mato Grosso do Sul essa pesquisa foi realizada pelo Instituto Sul Mato Grossense de Pesquisa, uma pesquisa oficial que mostra que na rede estadual 13.70% de profissionais da educação já foram agredidos fisicamente por alunos. E na rede municipal 23.6% agressão física; agressão moral chega a 56% da rede estadual e 46% na rede Municipal. Ninguém mais quer dá aula, ninguém mais suporta isso para quê? Para ser humilhado, para ser ameaçado? Outra ocasião, o professor foi falar para um aluno: “olha eu estou sabendo que você tem maconha na tua sacola, vai lá fora vai jogar isso aqui, eu não quero dentro não”. Esse aluno ficou esperando essa professora na frente do carro dela e quando ela chegou os 4 pneus no chão, e esse aluno disse: “e aí professora vai demorar muito para chegar em casa? Se chegar”. Essa professora foi internada no dia seguinte, por que ela já vinha suportando coisas assim e o aluno evade. Então vem alguém lá da faculdade para dá uma aula como substituto, ou alguém que é pago tem na folha alguém que vai para licença e mesmo que vier um aluno cheio de ideais para dar aula, quando ele vê o quadro, ele fala: “quer saber, não vou mexer com isso, não vou para o campo”. E se enfia nas pesquisas, se torna até um pós-doutor em Educação sem nunca ter dado uma aula. Outra estatística que preocupa, profissionais da educação com problemas emocionais, está aqui 32%, um terço está afastado da escola por problemas emocionais. Quanto custa isso para o Estado? Quanto isso para a educação? Quando custa isso para a formação dessa geração que vai ficar trocando de professor? Enquanto pode, se é que não fica sem aula. E aí temos as salas abarrotadas cadê vez mais por que tem um professor a menos disponível. Sem dizer aquele que já perdeu o controle sobre si, não é? Quebrou um celular, falou para o aluno: “desliga esse negócio, que está atrapalhando a aula”. Chega uma hora que ele perdeu o controle e jogou o celular no lixo, quando não agride o próprio aluno, perda de controle 34%. Eu até tive um incidente lá na Promotoria da Infância chegou um homem esbaforido, nervoso, falando alto: cadê o Promotor? Calma, o que está acontecendo? Eu vim separar. Eu vou falar aqui vocês, isso aconteceu, pode parecer uma quebra dessa formalidade, Deputado, mas se me permite, o sujeito estava lá querendo

separar da mulher, disse que ela estava traindo ele, eu falei: calma, espera um pouquinho, aqui não é Promotoria da Família, mas, se eu puder ajudar. “Essa mulher está me traindo”. E a mulher chorando atrás: “não estou; não. Está!”. Eu falei: “calma por que quê o senhor acha que ela está lhe traindo? Acordou gemendo aí, mais uma vez falando: aí João, João”. Ela falou: “não é assim, eu acordei sim, mas estava gritando: Ah! João. Oh! João”. Calma senhora o que está acontecendo? “João é meu aluno, acaba comigo, me ameaça, é uma praga aquele menino na sala de aula, eu sonhei que seu estava matando o João, pegando no pescoço do João”. Eu falei para ele: Oh! João. Desculpe, como é o nome do senhor? Fulano ela é professora? É. Eu falei: vai para casa fique em paz. Todo professor tem um João que ela quer matar porque está demais, e salvou o casamento do cara, ele falou: “é mesmo?”. “É sim senhor, vem aqui, deixa eu te mostrar as coisas”. Você vê então até o casamento está sendo afetado. Isso aqui foi feito lá no Mato Grosso do Sul, então talvez isso não aconteça aqui no Estado, tem desacato aqui? Professor dá a nota para o aluno, dá à prova o cara rasga a prova na frente do professor, joga na cabeça do professor. Faz isso com policial que aplica uma multa, faz? Coronel Lima. Tem alguém que o policial está dando uma multa e o cara rasga na frente do policial e joga na cabeça dele? Vai parar onde? No Distrito. Isso é desacato? 331. Agora eu não ensino esse menino a respeitar um professor concursado que dá uma nota para ele, que ele mesmo tira e ele rasga; ele vai fazer isso lá na rua? Vai ter problema ou não vai? Agressão verbal. O bullying é uma sopa de crimes que envolvem agressão verbal, agressão física, ameaça, dentro de outro contexto é verdade, mas, os artigos 78, o 140, isso aqui tudo é do Código Penal, 129, 147, isso aqui está sendo praticado na escola lá no Mato Grosso do Sul, porque eu não fiz pesquisa aqui em Rondônia ainda, Deputado Anderson, imagino que ocorra. Vandalismo, conspurcação do bem público, destruição do patrimônio, artigo 1633 do Código Penal, isso aqui está acontecendo dentro da escola? Eu dou o quê? Uma advertência? Aí isso aqui cai numa delegacia ele sofre uma representação, ele recebe outra advertência? Quando não tem a evasão, chega a 40% em alguns períodos. Por favor, observem então que a escola se tornou um ambiente onde está sendo comum a prática de pequenos atos infracionais, qual é a resposta que esse projeto de lei traz? No lugar de eu encaminhar esse adolescente que praticou esses atos infracionais que nós informamos, no lugar de encaminhar isso para uma delegacia que ali ele responderia por ato infracional e depois para o Ministério Público e para o Judiciário que aplicaria uma medida socioeducativa, por vezes, na maioria das vezes uma medida socioeducativa de advertência, mas, só que daí já é registrado numa certidão de passagem essa ação e para quem puxa depois os antecedentes do adolescente e vê que ele tem uma passagem policial, ninguém perde tempo em olhar que tipo de ato infracional foi cometido, basta que ele esteja lá dentro, é um infrator. E eu pergunto para os pais, já falei com mais de 150 mil pais só em Campo Grande e eu pergunto: “você preferem resolver o problema de indisciplina de seus filhos na escola ou na delegacia?”. Se eu perguntar aqui para quem tem filho, pensa no seu filho, você prefere resolver uma questão na escola ou na delegacia? Esse projeto de lei oferece essa oportunidade desse aluno resolver as coi-

sas na escola, no lugar de eu mandar ele para uma delegacia, ele vai para uma Coordenação Escolar e lá na Coordenação Escolar ele responde pela prática de ação educacional que é a reparação de danos, que é o artigo 1º, Parágrafo 1º do projeto de lei aqui discutido. É fundamental a inserção da reparação de danos no Regimento escolar, porque nós precisamos ter base legal, nós precisamos ter fundamento para qualquer ação que vise responsabilizar, a diferença é que quando eu mando isso aqui para uma delegacia, vai demorar 06 meses para sair daqui do fato até o Ministério Público. Por quê? Porque o delegado quando recebe uma rixa, uma encenação entre alunos e começa a apurar, entra um tráfico de drogas, qual que ele vai dá prioridade? O que for mais grave. Aquela rixa não devia nem estar ali, mas, ele vai apurar? Vai, mas primeiro tem que apurar o tráfico. Tem um adolescente internado, internado não, mas, foi apreendido, ele vai resolver primeiro isso, ele tem prazo para isso, um roubo, e, a apuração desse incidente escolar vai ficando para depois. Quando ele consegue completar e mandar lá para o Ministério Público, até aparecer no Judiciário, esse aluno não sabe mais nem do que se trata. Vai lembrar seis meses depois de um incidente desses? Ele nem vai mais à escola. Ele, às vezes, já está respondendo por roubo. Quando vem atrás, aquela rixa. Não funciona e mesmo quando o Juiz aplica uma medida socioeducativa, essa medida socioeducativa é de advertência, aí que fica ruim. Qual é a proposta que se faz? Aqui, dentro de 48, 72 horas, aconteceu o incidente, na Coordenação, chama o pai, a mãe, e ele responde pela prática de ação educacional. Uma coisa precisa ficar bem clara, a proposta da lei não se confunde com medida socioeducativa. São coisas abismais, totalmente diferentes. Enquanto que a medida socioeducativa é uma resposta judicial, precisa ter demanda, precisa ter ação, a prática de ação educacional é administrativa escolar, o que tem o registro escolar, não fica nos antecedentes desse aluno. Então, jamais diga que esse projeto de lei é punitivo, jamais se diga que nós estamos tratando de punição. Antes, responsabilização, punição é se ele for demandado pela Promotoria, por exemplo. Portanto, essa proposta de lei não trata de medida socioeducativa e sim da reparação de ato de indisciplina. A definição traz que a prática de ação educacional é um instrumento disciplinar que preventivamente tem o propósito de proteger o aluno, resguardando de ser encaminhado à autoridade policial ou ao Ministério Público, para responder por ato educacional. E, por outro lado, pedagogicamente, de imediato, é levado a reparar condutas indisciplinadas. Qual é a previsão? No regimento escolar. Com a aprovação desse projeto de lei, o sistema de educação também terá que dá uma resposta, como nós já conversamos pela manhã. E ninguém está ingerindo no sistema de educação. Isso é uma competência de quem é da Educação. Mas de antemão, o Legislativo está dando respaldo para inserção no regimento escolar, de uma previsão mais honesta do que a mera advertência. Quem que aplica? A direção da escola com o devido registro e uma ficha individual e anuência dos responsáveis. E aí, então, trata-se caso a caso. Na sequência do projeto de lei, responsabiliza os pais por essa resposta, por estarem presentes. Essa prática de ação educacional está prevista no projeto de lei, que deve ser aplicada quando outras medidas disciplinares se mostrarem insuficientes, o que não impede que ela possa ser considerada como

primeira opção. Uma coisa que eu tenho observado, quando a gente chama os pais para irem à escola, e faz isso por um convite, uma notificaçãozinha, eles não comparecem, por quê? Porque o convite é opcional, vai quem quer. O convite é facultativo, no entanto, a convocação não. A convocação, pelo artigo 246, por exemplo, é uma obrigação. Qual é a experiência que nós temos? Que enquanto nós convidávamos os pais para a escola, eles iam se quisessem, 10% talvez. A partir do momento em que passamos a convocá-los, temos a presença de 90%, talvez 100% dos pais. Uma das questões é sobre a recusa, eu não sei se precisamos entrar tanto dentro desse ponto, talvez fosse interessante deixar, caso haja questionamento, Deputado, nós trazermos, mas, antecipo que pelo menos no caso de recusa dos pais, por quê? Porque o aluno está sujeito aos seus pais. Então, no caso de recusa, aí a escola definiria se esse elemento seria encaminhado ou não à Promotoria de Justiça, sabendo que o que é tratado na escola como ato de indisciplina, lá na Promotoria ou na Delegacia passa a ser tratado como ato infracional. Mas, tem que entender o seguinte, quem decide isso é o pai ou a mãe, ou ele diz: “não, meu filho não vai reparar ali. Ele pichou a parede, pichou sim, mas não vai limpar”. Eu tive experiência nesse sentido, dois alunos picharam a mesma parede. Chamados os pais, um dos pais falou: “vai limpar sim, nunca ensinei ele estragar as coisas”. O outro falou: “pois meu filho não vai”. Qual foi o destino? Um foi lá limpar o que sujou e o outro foi para a Delegacia. “Ah! Mas é obrigado?”. Não. Isso é uma escolha. Agora, não estamos tratando com responsabilidade? Posso deixar a escolha de um pai que sabe que um filho está destruindo o patrimônio público, e que ele não comparece na escola, ele foi convocado para estar na escola, posso permitir que esse pai mal-educado seu filho desse jeito? Vai responder, que é o que a lei direciona. Ali ele terá ampla defesa, terá toda oportunidade então, de até demonstrar de até demonstrar que não foi ele o que muitas vezes já é confessado. Juntamente com essa prática, o parágrafo 2º do artigo 1º... Pois não, Deputado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Só para acelerar um pouquinho por conta do horário, para abrir para a discussão também.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Já encerro. Juntamente com a prática de ação educacional, a manutenção ambiental escolar, que está parágrafo 2º do artigo 1º da Lei, é uma ação espontânea em mutirão, com a preservação, não depende de ter sujado ou não. É minha escola: pessoal, vamos manter a escola, vamos limpar? Isso são ações espontâneas, voluntárias, ninguém é obrigado a fazê-lo, mas, é uma participação de todos e começa a construir a cultura da preservação. Porque só quem sabe limpar, sabe que não se deve sujar. Enfim, a questão da função dos pais, função dos professores, direção, isso cabe à Lei tratar. Houve um incidente de violência, um aluno foi morto numa escola, então esse programa fez um levantamento nacional da violência escolar. Quando chegou lá no Mato Grosso do Sul, onde nós já estávamos implantando, já havia a lei municipal que dá respaldo ao ambiente do sistema municipal de educação, e ao fazer o levantamento percebeu-se que o nosso índice de violência estava bem abaixo daquilo que se apresenta no Brasil. O senhor permite passar o vídeo, Deputado?

Esse vídeo é de 2010, e de lá para cá nós estamos aprimorando ainda mais essas respostas. Enquanto arrumam, caso não consigam, se puderem anotar, no seu celular, se você escrever no Google ou no You Tube: Promotor, baderneiros; esse vídeo está lá. Esse é outro.

(Exibição de vídeo)

Nisso nós andamos juntos. Esse projeto de lei vem trazer respaldo à escola no seu regimento escolar para lidar com a indisciplina. Conseguiu o outro vídeo? Pode soltar.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Só registrar a presença da vice-diretora da Escola John Kennedy, Alaíde Saraiva e do diretor da Escola Estadual Tancredo Neves.

(Exibição de vídeo)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Vou lhe interromper. Diante do avançado da hora, como eu disse o vídeo está a sua disposição na internet, eu precisava só destacar que puder voltar para os slides, depois das figuras. Obrigado.

O Japão é um modelo desse tipo de didática e traz toda a importância, eu quero destacar então aqui o cumprimento do que o Estatuto traz, especialmente, sobre a questão do fim social para dizer que a interpretação do Estatuto leva em conta o bem comum: “direitos e deveres individuais e coletivos”. Quando o professor interrompe uma aula para cuidar de um problema de intriga entre alunos, ele está prejudicando o coletivo, o professor não consegue lidar com incidente individual e ao mesmo tempo com o coletivo. É por isso que precisa quando tem alguma situação assim o Professor fala: “olha, vamos resolver isso depois, senão eu tenho que levar vocês para a Coordenação”. E aí dá continuidade a aula. Por quê? A questão de direitos e deveres são pertinentes à Criança e ao Adolescente. A criança tem direito, mas, também tem deveres. E olha aqui o artigo 1.634 de uma Lei Federal que é o Código Civil. Esse aqui, é o respaldo que, inclusive, consta como fundamento do Projeto de Lei aqui discutido.

Quem vai fazer limpar? Quem vai fazer consertar? Quem vai levar o aluno a reparar o dano? É o professor? Nunca. O professor vai dar aula. É o Coordenador? Desde que com a competência dos pais. Olha aqui quem é que manda nesse negócio. Compete aos pais quanto à pessoa dos filhos. Exigir. Opa! Se a Lei diz que o pai e a mãe podem exigir deixa de ser uma escolha da criança ou do adolescente cumprir. Ele é obrigado. Há uma obrigação na Lei tanto pelo Estatuto quanto pelo Código Civil que é uma Lei Federal que dá competência aos pais exigirem que os filhos menores... Que idade? 05, 06, 10, 15, 18. Compete aos pais exigir que eles prestem obediência, respeito e serviços próprios.

Então, quando você traz a mãe e o pai na escola para exercer essa sua competência, nós temos a base jurídica necessária para o cumprimento do Projeto de Lei aqui proposto pelo Deputado Anderson. Exigir. Além do que compete aos pais dirigir a criação, educação e ter os seus filhos na sua companhia e guarda. Os pais não podem largar um filho que acaba a aula 11h00 para ir lá pegar 12h00, 13h00, a guarda e

a companhia é pai e mãe, a escola é temporariamente destinatária dessas crianças e adolescentes. É por isso que precisa se exigir que eles estejam lá no horário para levar os seus filhos para casa sob pena de responder, inclusive, por abandono. Por fim, a responsabilidade dos pais não só em matricular, mas, também a frequência e aproveitamento; o Dr. Munir Cury, isso eu acho que é muito importante para o relator, Deputado, nesse sentido, porque exatamente quem foi o Coordenador do Estatuto da Criança e do Adolescente, já avaliou esse projeto e ele disse que a limpeza de salas, mesas, cadeiras, organização, varredura de pátio, é altamente pedagógico, não há aqui violação de direito algum, isso já foi questionado, nós já respondemos por isso e o Conselho Nacional do Ministério Público, é que recomenda a adequação dos Regimentos Escolares a essas medidas, desde que haja a efetiva fiscalização para que não haja excessos de ordem alguma e por isso fundamental a participação do Ministério Público, conforme temos observado por essa dedicação do Marcelo e do Ministério Público como um todo. Só encerro dizendo, que lá no nosso Estado, tanto a Secretaria Municipal chama SEMED e a do Estado, já alteraram os seus regimentos escolares, isso aqui foi uma publicação do Diário Oficial, já é a segunda que foi feita ajustando para incluir a reparação de danos como aplicação de ação educacional. O resultado disso tem sido fantástico, nós temos já, isso aqui, foi um sistema de normas que os próprios alunos estabeleceram, por exemplo, jogar papel no chão, é uma violação moderada e vai ter que ser advertido, ir lá buscar o papel no chão. Numa segunda vez, varre o pátio, enfim, os benefícios que esse Projeto de Lei traz, uma vez implementar nas escolas que a ação preventiva ou envolvimento precoce com a prática de ato infracionais, é prevenção; por isso interessa, inclusive, as Promotorias de Atos Infracionais, resgate da participação dos pais; fortalecimento das autoridades profissionais da educação, agilidade na resposta em disciplina e otimização desse fluxo entre a Promotoria. Aqui está à ficha que é preenchida lá na escola como modelo, caso queira, nós tivemos já, isso aqui é tudo de assunto de Promotoria, se for preciso. Mas, nós já tivemos em outros Estados, aqui está resumido, mais além da aprovação da Lei Municipal, nós temos em outros 30 municípios já as suas Leis Municipais, por quê? Porque é competência do Legislativo Municipal lidar com as legislações sobre o sistema municipal de ensino. Tivemos adesão de 100% das escolas lá de Campo Grande, esse Projeto de Lei que está tramitando, já teve aprovação em primeira votação, como eu disse, mais de 150 mil pais só em Campo Grande. Tramita em Minas Gerais, me parece, essa Lei já foi aprovada? Em Patrocínio, Minas Gerais, já tem até instalado no Fórum um núcleo de atenção e em outras cidades do Estado. No Rio de Janeiro um Projeto de Lei tramitando na Assembleia Legislativa; também na cidade de Macaé e São Gonçalo, aqui, Deputado, em Rolim de Moura, tem desde 2015 a Lei, eu tenho o número dela caso queira, eu informo na sequência e lá no Congresso Nacional tramita o Projeto de Lei 3.136, de 2015. Eu espero ter de alguma forma, trazido elementos, têm mais alguns pontos que a Lei também prevê, eu abordei aquilo que eu achei essencial. Vou estar à disposição da Mesa para maiores esclarecimentos se for necessário, lembrando que esse aqui é o Projeto de Lei lá no Congresso Nacional. O artigo 3º do Estatuto exige que seja dada oportunidade

a criança e adolescente todo o crescimento físico, mental, moral, espiritual, social, em condições de liberdade e dignidade. Um Projeto de Lei como esse de Vossa Excelência, traz a esse adolescente esta oportunidade de um desenvolvimento moral, honesto, diferente daquilo que nós temos visto hoje, que só a advertência não permite. Essa é minha equipe e eu estarei à disposição, não só para o Projeto de Lei, mas, na sequência daquilo que fomos exigidos. Eu quero agradecer muito a presença de todos, especialmente do nosso Relator. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Parabéns Dr. Sérgio pela explanação. Quero franquear a palavra ao nosso ilustríssimo Vice-Governador do Estado de Rondônia, Daniel Pereira, já está com agenda também de compromisso; nosso Promotor também, o Dr. Marcelo, representando o Ministério Público, ele vai falar na sequência, porque também tem agenda, hoje é a posse do Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Waltenberg e devido a isso o nosso Vice-Governador, vai ter que se ausentar daqui mais um pouco.

O SR. DANIEL PEREIRA – Quero saudar o Presidente Anderson, e parabenizá-lo pela iniciativa. Agradecer o trabalho e a dedicação ao Dr. Sérgio, por deixar o seu querido Estado do Mato Grosso do Sul, e estar aqui em Rondônia, nos ajudando nesta tarde por economia do tempo dada a vez que nós já estamos atrasados para uma agenda do Tribunal de Justiça, vamos saudar coletivamente todos os integrantes da Mesa, e todos os senhores e senhoras que se fazem presentes.

Eu pela manhã casualmente, eu não acredito no acaso encontrei o Dr. Sérgio e o Deputado Anderson, e quando ele me mostrou o material, eu falei: Opa! Eu vou dá um pulo lá. Porque nós abraçamos toda e qualquer oportunidade como se fossemos um naufrago perdido no oceano e tudo, e qualquer coisa que possa ser útil, que possa ser utilizado da melhor forma, a gente tem procurado fazer. Então, eu fico muito feliz de poder estar aqui e tenho certeza que a gente vai instrumentalizar e materializar isso da melhor forma possível. Ontem à noite, talvez não por acaso, passava um programa do Globo Repórter, aliás, Profissão Repórter, ou algo assim, lá do Caco Barcellos, e o tema era Gravidez Precoce. Falava da Ilha de Marajó, mas, aquilo que ele falava da Ilha de Marajó, eu creio que se aplica aqui a periferia de Porto Velho; Ji-Paraná não é diferente, Pimenta Bueno e Pimenteiras também não, aplica-se a todo canto. E aí, talvez por aí comece os nossos problemas. Eu fui a uma escola nossa do Estado, a Escola Inácio de Castro, no Município de Pimenteiras; fui ver a matrícula inicial e a presença daquele momento de alunos, 50% dos alunos tinham se evadido. E aí eu fui procurar saber o motivo da evasão, eram geralmente alunos fora de faixa escolar, etária e a metade dos alunos evadidos eram meninos e a outra metade eram meninas, as meninas evadiram por causa da gravidez precoce e os meninos por algum motivo ou outro, tinham se envolvidos com tráfico, e assim caminha a humanidade, uma situação extremamente difícil. Daí que essa fala do Dr. Sérgio, muito feliz aqui, eu gostaria Deputado Anderson, o senhor que está na Comissão de Educação, está tendo essa preocupação aqui nesse momento que a gente somasse os

nossos esforços para trabalhar junto com essa proposta, algumas outras que já estão sendo implementadas. Nós temos iniciativas isoladas aqui, ali, que trabalha com um dos problemas que eu acredito que gera a violência com adolescentes, com crianças, com jovens, com adultos que é questão da droga, e a gente tem tido muitos trabalhos, muitas iniciativas muito bem-sucedidas com relação ao PROERD. Nós estamos trabalhando a captação de um recurso para a gente tentar fazer PROERD em 100% de todos os alunos que são recomendados tecnicamente para que a gente faça, para que a gente possa ver isso como alternativa para evitar a violência. O DETRAN aqui do Governo do Estado, trabalha uma questão da violência, que é a violência no trânsito, que é tão pernicioso quanto à outra violência, porque quando a gente fala de estatística de morte, e fala de estatística de homicídio e fala de estatística de trânsito, elas concorrem uma com a outra, hora uma ganha, hora outra ganha, e o DETRAN, está fazendo um trabalho muito importante aqui, tem material pronto para a gente fazer uma interface com a educação estadual e a educação municipal, hoje para habilitar duzentas mil crianças como Guarda Mirim de trânsito que é outra face que a gente tem da violência ou ela simplesmente deixa de ser na escola e passa ser no trânsito e assim por diante.

Nós acabamos de fazer um seminário sobre educação que vários..., Professora Irany, vários dos que estão presentes, Professor Marcelo, foi inclusive coordenador dessa mesa; professor que foi meu professor do curso de Direito, e nos deu o prazer de estar presente. Nós ouvimos algumas experiências das mais exitosas em nível nacional, que é o caso de Sobral e também aqui do Estado de Rondônia, e um dos elementos principais para isso, é a questão do combate rigoroso a evasão escolar. Porque esse menino que um dia bate na professora, ou bate no professor, ou bate em um colega, ele não se tornou violento de um dia para o outro, de uma hora para outra; não que isso não possa acontecer com o ser humano, mas, é um processo, e a gente não constrói isso ou então a gente gera uma situação que a gente até agradece quando o menino sai da escola. Eu tenho uma experiência já de trinta e poucos anos de escola e um bom tempo de sala de aula, e quando a gente não sabe resolver um problema, a gente vai empurrando esse problema para o fundo da sala de aula, um dia ele some e um dia ele aparece ou agride a gente na sala de aula, ou agride a gente no meio da rua no outro dia, ou cometendo um ato infracional ou cometendo um crime. Então, eu vejo que essa iniciativa que o Dr. Sérgio traz para cá, é somada com outras iniciativas que possam ser adotadas, elas são muito bem-vindas, agora a gente precisa fazer algumas reflexões sobre a sociedade que nós temos. Na verdade, a sociedade que nós temos é o resultado do fracasso de três grandes instituições, a família está fracassando, a igreja está fracassando, a escola está fracassando, o Estado, tem que administrar esse caos todo. E o momento sociológico não nos permite aprofundar isso daí, mas, só posso agradecer ao Dr. Sérgio, mais uma vez por ter vindo para cá, parabenizar o Deputado Anderson, vamos debuchar sobre esse tema e transformar isso numa discussão latente e aproveito a oportunidade para terminar. O Governo do Estado de Rondônia vem promovendo uma série de iniciativas e lançou um programa chamado Rondônia Mais Segura, e esse, Rondônia Mais Segura, você vai Município Mais

Seguro, Escola Mais Segura e assim por diante. Por que geralmente nós esperamos um Estado maravilhoso que não existe, que vai pacificar a sociedade. E aí já tem gente até já querendo um xerife para fazer isso, ou seja, ao invés da gente chegar ao século XXI, XXII a gente está indo para o século XVIII lá no velho oeste americano, uma beleza. E talvez nós devamos repensar alguns valores; nós temos sociedades que a violência é baixíssima, mas, os homens não têm nenhum pingão de constrangimento de pegar um ferro e passar a própria roupa, de varrer a própria casa, aquele negócio todo. E aí eu pergunto: a gente ensina os nossos filhos a fazerem isso em algum local? Pergunta mesmo, conversava isso com o professor Marcelo e o Dr. Sérgio trouxe ali um modelo japonês. Ora, se nós queremos imitar a eficiência dos japoneses e eu coloco aqui os coreanos, que eu fui conhecer a poucos dias, da Suécia e de outros povos, que acabo de ler um livro, por exemplo, sobre o sucesso da Suécia, não tem segredo lá. O segredo lá é da responsabilidade, é o que está se buscando aqui. E eu tenho que trabalhar isso, por exemplo, por que quê um garoto que tem oito anos, um grupo de cinco meninos não pode varrer a própria sala? E não pode organizar as suas cadeiras, ou para começar a atividade escolar ou para ser depois. Não, a Prefeitura é que tem que contratar todos os funcionários para fazer a limpeza, contrata o dobro de gente que pode pagar, e paga pela metade, aí os 100% é infeliz, insatisfeitos, e, isso acaba repercutindo o resultado da educação. Então as discussões que tem que fazer, são muitas profundas, por exemplo, o banheiro é o local mais sujo. Por que quê aqueles que depredam o banheiro não ajudam, senão limpar sozinho, pelo menos ajudar a fazer a limpeza, para aprender a fazer isso. Por que nós queremos que as pessoas aprendam, mas, nós não criamos o espaço, não criamos a oportunidade para elas aprenderem. Essas, é evidentemente as situações aonde que eu tenha um pai e uma mãe para ajudar, e agora aonde eu tenho já uma terceira geração de meninos e meninas que são filhos de adolescentes, que vai gerando filhos e que vai gerando filhos, como é que está esse negócio? Eu sei que isso é um debate extremamente difícil, hoje a gente tem uma discussão, alguns defendem que a gente deve discutir orientação sexual nas escolas, outros dizem que não, e é uma situação extremamente difícil, não quero entrar no mérito aqui, não estou preparado para ela. Agora a pergunta que eu faço é: quem é que vai fazer isso? Bom quem vai fazer isso é a família. O meu pai e a minha mãe nunca fizeram isso comigo, eu tive que aprender isso do meu jeito. A sorte que não deu muitos problemas, mas, será que alguém não tem que fazer isso? E quando não tem essa família, quem é que tem que fazer isso? Uma Instituição da sociedade tem que fazer, a Igreja está preparada para fazer isso? É meu tema? Não é meu tema isso? Bom, a escola pode fazer isso? Não pode fazer? Bom, não vou entrar no mérito, não é esse o objetivo. Agora talvez a clientela que nós temos que aplicar essas sanções, vamos chamar assim, são sanções de natureza administrativa, pode ser o filho do Daniel Pereira, por que o Daniel Pereira foi um aluno que nós teríamos que aplicar a ele todas essas regras que foram colocadas aqui, é esse Daniel Pereira que está aqui. E talvez muitos de nós tenhamos sido também um adolescente ou uma criança que teria que ser aplicado isso, mas por um motivo ou outro a gente teve um

pai, teve uma mãe que pegou e cuidou da gente, aconteceu algo bom, colocou a gente no rumo. E alguém que não alguém para fazer isso como é que fica? Então são assuntos bastante preocupantes. Então, Deputado Anderson; me coloco inteiramente a sua disposição, talvez não seja por acaso que a gente tenha o mesmo sobrenome, nós colocamos a disposição no sentido de contribuir, e o meu gabinete está inteiramente à disposição. E o seminário que nós fizemos, palestras de primeira qualidade nós estamos reproduzindo e nós vamos mandar para todas as escolas estaduais, vamos mandar para todos os Municípios, para as suas Secretarias Municipais se tiverem a boa vontade pegar e reproduzir as palestras que foram feitas. E um ponto lá, Dr. Sérgio, que é colocado, que é o ponto número um do sucesso da educação, é o controle de evasão, por que se o menino não tem interesse de vir para a Escola ou se não é compelido a ir para Escola, ele não vai, pode fugir da escola. E por outro lado também não dá mais, quando eu era adolescente eu era extremamente rebelde, eu recebi uma sanção que foi a suspensão por 3 dias. Suspender o aluno de atividade escolar por quê? Você tem é que dá mais tarefa para ele estudar, tem que dá mais dois livros para ler, tem que multiplicar as atividades dele. Por que daqui a pouco ele entende isso como uma recompensa, se ele teve 3 dias de suspensão, ele falou: Opa, se eu aprontar outra na escola eu vou pegar 6 agora, vou pegar 8, vou pegar 12". Se ele não está afim de estudar, não é? Então são algumas reflexões que eu deixo para fazer aqui, e me sinto muito à vontade para fazer por que um dia eu tive, eu pertenci a esse meio que cujo pai não tinha dinheiro para comprar um uniforme escolar, e eu fui uma criança que aos 12 anos, no ano de 77 eu deixei de estudar por que ou eu optava ir para a roça para trabalhar para poder sobreviver ou eu ia para a escola, e no final do ano quando eu fui buscar meu boletim, as notas eram boas do primeiro bimestre, a professora perguntou porque eu não estudei, eu falei para ela que eu era orgulhoso demais para dizer para ela que eu não tinha dinheiro para comprar o uniforme e aí a minha professora começou a chorar. Então se isso aconteceu comigo, acontece todos os dias com muita gente. Graças a Deus eu tive um pai, uma mãe, uma família que mesmo pobre, humilde me ajudaram a dá sustentação, mas, nem todo mundo tem e, infelizmente, as famílias estão mais destroçadas ainda. Peço desculpa por ter me prolongado muito aqui. Doutor, Deus lhe pague por ter vindo aqui e pode ter certeza que o senhor está deixando uma semente aqui que a gente vai ajudar a multiplicar. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Parabéns. Deputado Jesuíno, quer usa da palavra?

O SR. JESUÍNO BOABAI – Cumprimentar o Vice-Governador Daniel Pereira, a todos da Mesa, Deputado Anderson. Como relator analisando esta matéria, até diz que vem outros debatedores, eu tenho também outra agenda, o artigo 1º diz o seguinte: Fica instituído o ensino educacional obrigados a executarem a aplicação de atividades com fins educativos com aplicação disciplinar posterior advertência verbal e escrita. Então tem que ter essas duas ações primeiras para acontecer à questão dessa aplicação educacional. Parágrafo 1º diz que..., então eu queria acrescentar uma exceção, se a criança ou

adolescente no caso ele rompeu, já poderia aplicar as questões, tem que ter uma excepcionalidade. Inclusive, agora está sendo julgado, neste exato momento a questão do foro de prerrogativas da prisão em flagrante e o próprio entendimento do Supremo é que tem que ter essa excepcionalidade, então também por que não acrescentar essa excepcionalidade aqui? Temos que superar primeiramente advertência verbal e escrita para depois aplicar, isso que fala o artigo 1º. A outra coisa diz que 'atividades com fins educativos são PAE - Prática de Ação Educacional e MAE - Manutenção de Ambiente Escolar'. Eu queria que fosse detalhado dentro da norma já até para a gente explicar de uma forma mais aplicável detalhando. Porque também a minha preocupação no artigo 1º: 'observando-se o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Regimento Interno das escolas', e tem escola que não tem Regimento, tem escola que tem uma situação que o Regimento não é adequado a essas aplicabilidades. Então ficando somente essa observação se poderíamos manter o ECA, tirando o Regimento, é uma questão também que poderia ser explicada. E o final do artigo 5º: "terão suspensos todo e qualquer benefício social"; do Estado, não da União, porque temos benefícios que são consagrados aos pais, porque o artigo fica: "fica estabelecido que os pais ou responsáveis que não matricularem e acompanharem a frequência do desempenho escolar de seus filhos ou que não venha atenderem a convocação do gestor escolar para comparecimento na escola terão suspensos todo e qualquer benefício social"; do Estado, a gente não pode entrar na esfera de competência da União, não sei se isso também pode ser acrescentado. Mas essa lei que está sendo apresentada, foi apresentada do mesmo feitio em todos os Estados, ou houve algumas normas que teve algum incremento, acrescentaram algum dispositivo ou retiraram alguns dispositivos? É nesse sentido que eu queria depois, Deputado Anderson, o senhor pegar com o Procurador para a gente debater isso. No mais parabenizar, que é importante tal norma também porque hoje a gente assiste de camarote os jovens e crianças com tanto benefício de leis, com tantos privilégios que eles já, exemplo, meus filhos já entendem que o Disque 100 se eu fizer qualquer coisa que meu pai fez comigo, exemplo, de tratar de uma forma de um castigo ou algo assim já é tortura psicológica, então por conta disso e aqui são os promotores, a gente tem que buscar mudar essa legislação, mudar, começar realmente aplicar outras ações punitivas, a exemplo varrer a escola, fazer esse tipo de coisa, ocorreu no meu tempo, isso não me tirou nenhum momento ou me causou qualquer dano. Hoje dependendo de um promotor, dependendo do entendimento de um juiz a autoridade que fizer isso, ou seja, o diretor, ou o professor, que colocar isso está preso, está preso, constrangeu o aluno, fez qualquer coisa absurda, porque a norma diz que não pode, o ECA é bem claro. Eu ainda quero entender se não vai ter uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pelas pessoas que tem os legítimos que podem postar uma ação, que não é só MP que pode entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade, uma entidade de classe pode entrar e outros; então é tudo isso que nós estamos debatendo eu entendendo, eu me alio ao seu entendimento, parabenizo o senhor, mas, infelizmente nós estamos assistindo no Brasil um descontrole total, descontrole total que a família perdeu, os pais perderam o controle sobre os filhos, por isso que eu sou adep-

to das escolas militarizadas, escolas essas que são referências do país, escolas que aonde o poder, aonde a violência tomou de conta, não estou falando de todas as escolas e, às vezes, é interpretado que todas as escolas devem ser militarizadas. Mas têm escolas que o crime comandou, está comandando, e o Estado perdeu o controle. Mas, também outra responsabilidade colocar os pais novamente dentro de uma norma que devem ser responsabilizados pelos danos de seus filhos. Sinceramente é cada coisa que eu fico assim, assistindo, vendo. O Congresso Nacional tem que parar um pouco, parar e começar a pensar em alterações, no Código de Processo Penal, no Código Penal, na Lei de Execuções penais, no ECA, porque senão nós não sabemos onde iremos parar.

Era isso que eu queria falar. Eu parabenizo a Vossa Excelência Deputado Anderson, eu vi aqui grande parte da apresentação, espero também que essa norma seja aplicada, porque nós temos tantas leis aqui, tantas e tantas que, às vezes, eu fico até preocupado se já não existe uma idêntica aqui, mas, a gente vai procurar como relator buscar, se não tem algo aqui que possa também acrescentar dentro desse dispositivo. Então era isso, a gente poderia alterar essa norma, o senhor pode pegar e depois apresentar para a gente e estaremos à disposição para aprovar isso, acredito ainda que dependendo do seu, a última Sessão é dia 12, a gente já pode aprovar já no dia 12 essa lei. Obrigado a todos e uma boa tarde.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Obrigado Deputado Jesuíno pelas colocações. A importância de se abrir o debate antes de aprovar o projeto, eu digo isso e serve de exemplo da lei que nós aprovamos da militarização das escolas, de abrir à discussão com a comunidade, principalmente com os especialistas da área que conhece educação. E hoje pela manhã quando a gente iniciou essa discussão houve algumas ponderações por parte tanto da SEMED, quanto também da SEDUC para agregar ao Projeto, não para prejudicar, mas, para agregar, e foi bastante interessante, nós vamos receber essas recomendações, tanto do Executivo por parte da Seduc como também do Ministério Público que tem algumas recomendações dentro do projeto e nós vamos fazer as devidas alterações através de emendas, já até informando o Deputado Jesuíno, essas alterações nós vamos apresentar ao Deputado, quem quiser encaminhar também ao Deputado que é o relator pode estar encaminhando essas alterações. Mas, a importância dessa discussão é justamente não criar mais uma norma ou uma burocracia que não vai ter eficácia, que de fato não vai trazer nenhuma solução para a população.

E o que nós queremos, e aí nós abrimos a discussão, porque eu vi até umas pessoas criticando em rede social que tinha que vir aqui para impedir a aprovação, ninguém está aprovando nada aqui, nós estamos discutindo e esclarecendo o Projeto, porque as pessoas já criam uma ideia que, se já está na Assembleia tem que ser votado a toque de caixa, eu sou contra isso, os projetos que eu apresento eu gosto de discutir, eu gosto de ouvir, de adequar, para que ele tenha e surta o efeito que precisa surtir, por isso, a preocupação de trazer o Dr. Sérgio aqui nesta Casa, esclarecer esse projeto que ele vem trabalhando há praticamente vinte anos, fazendo pesquisa, ouvindo pais, ouvindo professores e aprimorando mais ainda o Projeto, esse Projeto, foi até uma pergunta do Deputado Jesuíno,

se ele é o modelo único, em algumas questões sim, ele é um modelo único, mas é um Projeto que ele como uma lei precisa-se posterior ter uma regulamentação por decreto, por alguma norma posterior à lei para esclarecer alguns pontos. Até que foi questionado hoje na parte da manhã, com será, que tipo de disciplina, que tipo de infração será apurado? Então, tem algumas questões que têm que ser esclarecidas. E eu queria abrir, depois o Dr. Sérgio vai poder estar respondendo, o Deputado Jesuíno também, o representante do Ministério Público, Dr. Marcelo também tem compromisso, está com pressa, mas vou abrir; franquear a palavra ao Dr. Marcelo, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. MARCELO LIMA DE OLIVEIRA – Excelentíssimo senhor Deputado Anderson do Singeperon, Deputado Jesuíno, e me permita a Mesa saudar na pessoa do colega Sérgio Harfouche, do Ministério Público do Mato Grosso do Sul a todos os demais da Mesa. Vou ser rápido, até porque quem tem que falar mesmo é o colega Sérgio, mas, eu não poderia deixar essa oportunidade de constar nos Anais desta Casa Legislativa do Estado de Rondônia, o nosso agradecimento à presença do colega Sérgio, leve o abraço fraterno do povo de Rondônia, do Ministério Público de Rondônia que é coirmão do Mato Grosso do Sul, várias lutas temos em comum, um abraço ao nosso Procurador Geral Paulo Passos, ao Chefe de Gabinete, o dirigente dinâmico Alexandre Magno, ao Presidente da Associação, o Lindomar, pessoa guerreira, e ao meu ex-estagiário, que é um colega daqui de Rondônia, porque ele se formou aqui em Rondônia e agora ele é promotor lá no Mato Grosso do Sul, o Humberto Ferri.

O Projeto, ele é muito interessante, e aí eu já começo até antecipar algumas soluções para o Deputado Jesuíno, porque ele não inventa a roda. Ele traz aquilo que são as experiências feitas no Mato Grosso do Sul, através do colega Sérgio, durante 20 anos, como ele aqui falou, então ele não inventa a roda. É um projeto curto, porque grande parte daquilo que deveria constar, já existe regulamento. Já existe no Estatuto da Criança e do Adolescente, já existe no Código Civil, por exemplo, a responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos está no Código Civil. Se o meu filho é menor de idade, quem é responsável por ele sou eu, já não precisaria ter essa norma, mas, é bom juntar tudo num lugar só para tornar esse projeto. E aqui cabe salientar, e o colega Sérgio hoje e o Deputado Anderson também, eles ficaram conhecendo diversas iniciativas que já caminham nesse sentido do projeto. Existe uma recomendação da Promotoria de Educação que faz a separação entre a responsabilidade do ato infracional, que é de responsabilidade do Ministério da Infância, do Ministério Público da Infância, da Delegacia da Criança e do Adolescente, daquela responsabilidade por infração disciplinar na escola e que cabe à comunidade escolar regular, que cabe à comunidade escolar aplicar. Por isso, inclusive, que nós na recomendação do Ministério Público aqui, fez que a punição tem que ser feita, a punição, o ato pedagógico, para não falar punição para não ficar muito forte, mas o ato pedagógico, o ato de conscientização do aluno tem que ser feito pelo Conselho escolar. Porque lá no Conselho escolar tem a direção da escola, tem os representantes do corpo discente, do corpo docente e dos pais, no mínimo. Então, a toda essa comunidade é que

deveria haver, ser originada a discussão para uma eventual aplicação de medida. É claro que na prática existem falhas e é esse o grande mérito do projeto trazido pelo colega Harfouche, é o grande mérito trazido pelo Deputado Anderson, sob a relatoria do Deputado Jesuíno. É que nós vamos transformar em lei essas experiências que já existem no Mato Grosso do Sul, os regulamentos que já existem aqui em Rondônia, a SEDUC tem uma Portaria que regulamenta também, grande parte do que está sendo discutido aqui hoje, para que seja efetivo. E aqui vou usar as palavras do Deputado Jesuíno, a gente não pode pensar uma lei para só ter a lei e não ser efetiva. E é essa discussão que está aqui hoje, essa discussão que o Deputado Anderson já falou que vai colocar ainda um pouco mais adiante, é justamente para termos efetividade, para termos uma consciência da necessidade de fazer com que a violência nas escolas deixe de existir, do que a evasão escolar deixe de acontecer. Os nossos índices, Deputado Anderson, o Deputado Jesuíno é da Comissão de Educação, os nossos índices no IDEB são baixos. Grande parte é por conta da evasão. Se nós separássemos, porque lá, o IDEB é feito pela nota da prova, a quantidade de repetência e a evasão. Aí tem a nota da prova, aí a repetência e a evasão diminuem. Se nós isolássemos as notas das provas, nós estaríamos dentro dos parâmetros desejados, que lá do IDEB tem os conceitos que nós queremos alcançar. Se nós tivéssemos, se fosse só a nota, estaríamos bem, bem não, melhor, estaríamos melhores. Mas os nossos índices são mais baixos por conta da repetência e por conta da evasão. A repetência e a evasão, grande parte é combatida diretamente por esse projeto. Primeiramente a própria evasão, que o projeto, vocês viram lá que combate, ele visa à prevenção à violência e à evasão. E uma das consequências da evasão é a violência. Então, se nós conseguirmos efetivar esse projeto, conseguirmos fazer valer, por isso a importância da Assembleia Legislativa estar junto nesta luta, certamente os nossos índices da Educação melhorarão. Mas não é, quando eu falo índice, não é porque o índice é importante. É porque o índice representa realmente a qualidade, porque de nada adianta 10 alunos tirarem nota 10, só que ficaram 10 repetindo, outros 10 desistindo, não adianta nada, a gente continua patinando no mesmo lugar. Essa é a grande vantagem do projeto. E nós do Ministério Público já nos comprometemos com o Deputado Anderson e agora com o Deputado Jesuíno a fazer nossas gestões daquilo que nós aproveitamos de nossa experiência durante esse tempo de atuação na Promotoria de Educação. Então, concluindo, só tenho apenas a parabenizar a Assembleia Legislativa, ao Deputado Anderson e ao colega Sérgio pela iniciativa, e vamos juntos caminhar em busca de uma educação de qualidade. Obrigado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Franquear a palavra também ao Sr. Joelson Chaves, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia – SINPROF.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – E pedimos a partir deste momento tendo em vista já as discussões, cada Orador se pudesse resumir, fosse objetivo em sua fala a três minutos, eu creio que contemplaria a todos, porque tem muitos inscritos e o tempo já urge.

O SR. JOELSON CHAVES DE QUEIROZ – Boa tarde a todos! Sou Professor Joelson, sou Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia, é um Sindicato novo, nós estamos completando 4 anos e o Sindicato ele surge exatamente para discutir essas pautas específicas.

Cumprimento aqui a Professora Irany, o Deputado Anderson, em nome de todos.

Eu gostaria de colocar aqui o seguinte, eu sou professor desde 87, fui Diretor de Escola de inúmeras, de várias escolas, então a gente compreende exatamente toda essa situação e nós gostaríamos de colocar e dizer que nós sofremos muito essa situação, essa violência nas escolas, e enquanto Diretor que nós fomos, nós tomamos exatamente essas medidas, existe o Regimento Disciplinar, o que acontece, muitas vezes, que as pessoas têm medo de dá continuidade à situação. O aluno, ele é indisciplinado. Então, ele é advertido verbalmente, oralmente, manda bilhete, mas, ele, infelizmente, na outra semana ele volta para a supervisora, para orientadora e o problema se repete. Então, o que eu gostaria de dizer aqui para os Deputados e para os demais presentes, que a gente precisa discutir mais com calma esse Projeto. Não adianta aprovar agora de imediato. Eu diria para os senhores que uma situação gravíssima que se espalha, que acontece em todas as escolas é a droga. Então é um problema gravíssimo. É um problema que afeta o psíquico e desestimula o aluno e leva ele a violência, ele se perde, ele se perdeu, ele não sabe o que está fazendo na escola e quando a gente tenta indagar, reclamar, reivindicar que é o futuro dele, muitas vezes ele se torna agressivo. Então, qual é a minha preocupação? A minha preocupação é quem vai ficar na ponta desse Projeto? Que vai receber esse aluno? Porque esse aluno vai chegar lá e vai dizer: “vai me encaminhar agora para a Polícia é? Lá fora eu lhe pego”. A minha preocupação é essa.

Então, é preciso que se discuta com mais detalhe. Eu vou dizer mais uma coisa aqui, com relação à Militarização das Escolas. Eu sou contra essa forma que estão colocando, mas, eu sou a favor que quem sabe agora, quem pode está na ponta ali para receber esse aluno? Possa ser um Policial preparado para isso, que eu duvido um aluno chegar para um Policial e dizer: “vai me mandar preso agora?”. Eu duvido. Certo. Então ele vai respeitar. Então os demais servidores, eles não respeitam. Você tem que vê que a droga ela afeta o psíquico e ele não fica quieto no canto. O aluno ele entra na sala, ele quer tomar água, ele quer ir ao banheiro, quando o professor diz: “você não vai”. Ele diz: “você vai impedir? Você vai me impedir? Venha”. O aluno está com o celular e o professor diz: “não pode usar o celular”. Ele diz: “venha tomar o celular”. Não é verdade? Tem a Lei que, é proibido. Então, o que é que acontece? O Professor abre mão da sua autoridade para não entrar em conflito, esse aluno está lá fora esperando ele. Então, é questão de segurança pública. Então, é nesse sentido, Deputado, que o Sindicato de Professores se apresenta, fica muito agradecido pelo convite e nós gostaríamos de ter mais tempo para a gente discutir, é importante a questão da militarização, mas, dessa forma eu discordo. E nesse momento agora, será que a gente não pode juntar a questão disciplinar, porque o nosso problema maior não é o pedagógico, é o disciplinar. Agora o disciplinar leva tragédia ao pedagógico e leva o quê? Evasão da escola. Porque é que os alunos evadem da escola? Então,

eu diria mais um detalhe aqui, eu sei que o tempo é curto, mas, eu diria o seguinte, Deputado. Não existe Lei que ampare, não existe. Mas, esse aluno indisciplinado que ameaça, ele poderia, não tem Lei que ampare, ele poderia passar por um teste psicológico, fazer um exame para identificar a droga, porque se você descobre ali no nascedouro você consegue combater. Eu estou dizendo isso porque eu fui Diretor da Escola Luiza Bentes Ramos, no Flodoaldo Pontes Pinto, fui Diretor, e eu tinha um aluno com 9 anos oferecendo maconha lá na escola e depois disse: “eu estava brincando”. Eu peguei, chamei a Polícia porque eu não sabia o que fazer e com uma semana depois apareceu um cidadão dizendo para mim que eu não poderia me meter porque existia grupos se organizando dentro da escola. E eu falei: olha, aqui dentro da escola eu sou Diretor. Lá fora é com vocês, aqui dentro é comigo. Então o que é que acontece, tem professor, diretor que não vai se expor a isso, é nesse sentido que a gente precisa sim discutir, precisamos discutir com a Polícia, com a SEDUC, com a SEMED, com os Diretores, com os Professores, com os Sindicatos, sem pressa, porque a gente precisa fazer uma Lei que realmente nós consigamos colocá-la em prática.

Um abraço, um bom trabalho. Termina com a frase do Raul Seixas dizendo o seguinte: “nunca se vence uma guerra lutando sozinho”. Esse trabalho é nosso, é de todos. Um abraço.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Senhora Eliete Cabral, Coordenadora do Núcleo Psicossocial do 1º Juizado da Infância e Juventude.

A SRA. ELIETE CABRAL DE LIMA – Boa tarde a todos. Eu cumprimento à Mesa na pessoa do Deputado Anderson e quero dizer ao Deputado que nós queremos a mesma coisa, mas, parece que estamos caminhando por vias distintas, precisamos nos encontrar. Eu sou do Poder Judiciário, sou Assistente Social do 1º Juizado, mas, não falo aqui em nome do Judiciário, eu falo em nome de um grupo de profissionais do Judiciário e da Educação que tem se preocupado durante aí já algum tempo, desde 2014, com essas questões que ocorrem nas escolas. Já discutimos a distinção entre ato infracional e ato de indisciplina e temos buscado estudar e nos preparar para trabalhar o ato de indisciplina com disciplina restaurativa e não disciplina punitiva. Foi dito pelo nosso Promotor, que a Justiça restaurativa não atua com indisciplina. Bem, aqui sim, nós aqui temos dois projetos; nós temos a Justiça Restaurativa Juvenil, aquela que ocorre lá com o adolescente que já cometeu o ato infracional. Então, nós temos o grupo, nós temos profissionais que promovem o encontro de agressor e de vítima em relação ao adolescente que comete ato infracional e nós temos a Justiça Restaurativa, que nós demos o nome de comunitária, que é aquela que vai acontecer e já está acontecendo em algumas escolas, que é exatamente para trabalhar o ato de indisciplina. E não é nenhum demérito o menino limpar o chão, lavar o banheiro, manter limpo o nosso espaço, o nosso ambiente, limpeza é vida, limpeza é saúde, limpeza é coisa de Deus e sujeira, eu acho que é do outro. Mas, ocorre que o problema não é atribuir a um aluno qualquer que seja ele, pequenininho ou maior, ou adulto atribuir uma atividade dessas. O problema é como, para que seja evidentemente uma ação pedagógica e

não simplesmente uma ação punitiva, se não estivermos preparados para isso, pode se transformar sim numa ação punitiva e é isso que o Governo do Estado por meio da SEDUC está fazendo, nós temos uma parceria firmada, nós estamos num processo de preparação, temos um grupo muito grande de educadores já fazendo formação em Justiça Restaurativa, que é para nós estarmos nas escolas trabalhando sim. Então, nós entendemos a Justiça Restaurativa, ela está casada com esse projeto. Por isso que eu digo para o Deputado, nós estamos querendo a mesma coisa, só que um está indo por aqui, outro por aqui; precisamos nos encontrar, Deputado. Então, em nome desse grupo que estuda, temos um grupo de estudo de Justiça Restaurativa, em nome dos profissionais que já estão atuando na escola com práticas restaurativas, atuando em caso de indisciplina, em nome dos profissionais lá do Juizado que atuam com Justiça Restaurativa Juvenil, que se preparam e a formação não é fácil, em nome deles é que venho pedir para estarmos juntos no pensar, no fechar esse projeto, porque de fato precisamos de uma legislação e queremos participar. Eu estou aqui para dizer que queremos contribuir e na medida do possível, institucionalizar, no ponto de vista legal, a Justiça Restaurativa como uma política pública que vai atender as nossas necessidades. Muito obrigado a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu queria que a senhora me explicasse, em quais Estados já foram aprovados e detalhasse essa Justiça Restaurativa, para a gente. Definição.

A SRA. ELIETE CABRAL DE LIMA – A Justiça Restaurativa é uma forma de resolver conflitos que responsabiliza o agressor, aquela pessoa que cometeu o delito ou crime ou agressão, ou é o responsável principal por aquela situação, envolve. Mas, também da voz a vítima. A nossa Justiça, a justiça que praticamos hoje tem esquecido as vítimas, a vítima normalmente ela é ouvida apenas para fins de responsabilizar o agressor para fins de...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, a gente está discutindo aqui situações de danos a escola, a gente está discutindo aqui uma situação, a vítima principal é o professor...

A SRA. ELIETE CABRAL DE LIMA – Exatamente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu queria que a senhora me detalhasse como seria na prática essa Justiça Restaurativa com o menor, com as crianças, como seria?

A SRA. ELIETE CABRAL DE LIMA – Com os alunos?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É, com os alunos.

A SRA. ELIETE CABRAL DE LIMA – Os professores têm aprendido isso. Então, Justiça Restaurativa, é chamar as pessoas envolvidas, qualquer que seja a situação ocorrida na escola, pode ser um dano, pode ser um conflito interpessoal, chamar para sentar para um diálogo. E nesse momento essas pessoas definem qual é a responsabilização.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas, a norma traz isso, a norma já está altamente aplicável. Desta forma, eu vou falar uma coisa para senhora. Eu sigo uma vertente aqui que já chegamos ao momento de conversa, chegou, passou. Leva um menino desses para dentro de uma sala, como bem disse o professor, para sentar, ele vai olhar para a cara do professor: “Ah! É.” Essa conversa aqui não vai dá em nada, sai e ainda dá um tapa na cara do professor, como eu já vi. Então, o que nós temos que começar a pensar é ter sim, tudo bem, o diálogo tem que ter, tem que ter, mas, nós temos que ter algumas ações para coibir essas medidas.

A SRA. ELIETE CABRAL DE LIMA - E existem as ações. Bem eu não vou discutir aqui Justiça Restaurativa, não dá para prosseguir.

O SR. JESUÍNO BOABAID – E que nem o Estado tem alguma Lei, alguma coisa.

A SRA. ELIETE CABRAL DE LIMA - Assim, o que eu estou propondo aqui ao Deputado, é que nós aproveitemos esse momento para instituir essa prática que já está ocorrendo em algumas escolas em Porto Velho, e também nos demais Municípios, pelo menos em cinco comarcas para nós aproveitarmos esse momento para institucionalizar a prática, estamos dizendo que estamos à disposição e queremos contribuir.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – A legislação, ela vai dá subsídio justamente até, eu acredito para Justiça Restaurativa, ela vai dá embasamento para a atuação também e a gente deixa à disposição...

A SRA. ELIETE CABRAL DE LIMA – E eu concordo com o senhor nisso. Nós só precisamos ver a forma como está, é a forma como está, queremos contribuir nisso. Eu entendo também que uma legislação aprovada, vai ajudar, colaborar com a escola nessas medidas que podem ser, que sair desse encontro restaurativo. Mas, Justiça Restaurativa é muito mais que isso, é uma questão de valores, e é uma mudança de cultura e mudança de cultura não se faz de uma hora para a noite, nem com uma Lei, com uma legislação, porque nós temos muitas e excelentes. E como ele mesmo disse o Deputado ali, nós não queremos mais uma Lei, nós queremos uma Lei, que possa ser cumprida, que cada um de nós possa ter a Lei como referência, e, ela dê respaldo para os educadores e para os professores. É nesse sentido que eu digo que o nosso grupo, que é a SEDUC, e que é o Tribunal de Justiça, é uma parceria entre o Governo do Estado e entre o Tribunal por meio da SEDUC o 1º Juizado, que estamos trabalhando, estudando e implementando a Justiça Restaurativa, nós queremos contribuir para que essa Lei realmente facilite e não seja uma Lei a mais para que as escolas tenham que cumprir. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Com certeza. Eu peço então, aos senhores que encaminhem os apontamentos para contribuir para o projeto o quanto antes para esta Casa, com certeza vai ser de grande valia, nós vamos avaliar dentro da estrutura do projeto, para não prejudicar também a essência do projeto. Mas, aquilo que for para

somar, para contribuir, para ajudar, é de grande valia e a gente vai com certeza entrar num acordo.

A SRA. ELIETE CABRAL DE LIMA – Nós agradecemos e estaremos com o Deputado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) - Eu quero também a representante da SEDUC, e da Coordenadoria Regional da Educação do Estado de Rondônia, a professora Irany, na verdade é da Regional de Porto Velho, a Professora Irany de Oliveira. Nós temos mais um inscrito da Mesa, e nós temos aqui mais quatro pessoas inscritas, a gente vai tentar garantir a fala dentro do foco do tema e também do tempo. Para que a gente possa ter os encaminhamentos, sugestões.

A SRA. IRANY DE OLIVEIRA – Cumprimento o Deputado Anderson, pela iniciativa de trazer a discussão, essa questão da indisciplina na escola e a questão da responsabilização. Nós já tivemos uma reunião, uma prévia hoje pela manhã, foi uma manhã discutimos aí umas duas horas, a questão da legislação. E ficou acordado já pela manhã que essa discussão iria amadurecer com o Ministério Público, a própria Secretaria de Educação, porque a SEDUC já tem implementada legislação, todas as nossas escolas têm o regimento escolar com previsão de deveres, direitos e atribuições de gestores, de coordenadores, de orientadores escolares. A Lei vem trazer contribuição com certeza, e essa discussão, ela será amadurecida, nós vamos levar o resultado desta Audiência para o nosso Secretário Valdo, ele não pode estar aqui, está em viagem no interior. Estamos também com representação da gerência aqui da SEDUC, a Professora Ana Paula, Professor Beto, está conosco aqui. E essa discussão realmente, eu concordo com o Professor Joelson, ela deve ser amadurecida para que não tenhamos aí uma Lei aprovada rapidamente a toque de caixa que depois venha sofrer alguma situação de inconstitucionalidade ou de nós aprovarmos situações em que teremos recurso na escola depois. Então, nós vamos levar para o nosso Secretário o que foi discutido, e vamos trabalhar nesse sentido de enriquecer, de implementar a legislação que nós já temos com aquilo que nós vimos de positivo apresentado pelo Promotor. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Professor, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Professor Clemildo Sá.

O SR. CLEMILDO SÁ – Boa tarde a todos! Eu gostaria de saudar em nome do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, o Deputado Anderson, proponente desta Audiência e também o Deputado Jesuíno, relator da matéria, e também o senhor Promotor Sérgio, visitante no nosso Estado. Bem, Senhor Deputado, nós ontem tivemos essa plenária, todas as quartas-feiras, de quinze e quinze dias, nós nos encontramos na Casa do Conselho aqui do município de Porto Velho e começamos a apreciar o projeto de lei. Quando todos os Conselheiros leram a epígrafe da Lei, todo mundo assim, estamos de acordo, é isto mesmo vamos colaborar. Agora quando o Colegiado começou a adentrar-se sobre os tópicos, sobre os artigos da Lei nos causou certa preocupação com algumas

questões, então nós estaremos também enquanto Conselho aprofundando e contribuindo para a Comissão e com esta Casa. Mas, de antemão nós gostaríamos de refletir sobre que permanecendo o projeto como está Deputado Jesuíno, nós teremos de ter uma qualificação melhor para os nossos gestores. Eu tenho filho na escola pública, e hoje eu percebo que os nossos gestores preservam um tempo precioso fazendo licitação, prestando conta, típico matéria de gerente de uma unidade do que nas questões pedagógicas. Então pode ser que mais esta atribuição a figura do gestor escolar, isso pode provocar um dano. Então, permanecendo o projeto da forma que está, teremos de pensar também uma forma de qualificação para este gestor. Nós colaboramos também com a ideia do Ministério Público, deixar isso, Dr. Sérgio, só na figura do diretor parece-me, desculpa o meu tom, parece que isso é voltar à ideia do código do menor, onde só uma pessoa, só uma autoridade e o Juiz que demanda isso. Pela doutrina de proteção que o Estatuto da Criança e do Adolescente apregoa, a questão da responsabilidade, a questão dos relatos dos direitos da criança, e, do adolescente tem que ser compartilhada. Então nós achamos assim de bom tom a proposta do Ministério Público; ao invés de ser o gestor da escola, o aplicador disto, e eu acho que não teve tempo de amadurecer, mas, o senhor falou uma coordenadoria, tudo. Lógico que na pressa da Lei e também da sua exposição o nosso entendimento deva ser equivocado. Mas, assim a lei fala que o gestor que aplica e o promotor, ele falou de Coordenadoria. E aqui o Dr. Marcelo que me antecedeu falou no Conselho Escolar. Seria uma forma até de fortalecer o princípio de uma escola democrática, uma escola que todos os seus sujeitos: professores, educadores e os estudantes fossem co-responsáveis. Outra coisa que nos preocupa é o artigo 5º, Deputado Jesuíno, quando diz assim: que os pais que não atenderem serão interpelados. Hoje a legislação já diz isso que compete ao Conselho Tutelar, é a autoridade, para puxar a orelha de pais e responsáveis aplicando o artigo 129 quando a Escola o interpela. Sabe, então assim, poderia observar um pouco também esta perspectiva. Por quê? Todo ato de indisciplina pode acontecer que por trás haja uma violação de direito. Então o mérito, Deputados, e senhores presentes, é que nós estaremos ajudando esta criança, este adolescente a crescer no seu processo de desenvolvimento com a indisciplina, fazendo-o reparar, a família ser co-responsável também, porque se o meu filho for sancionado eu vou junto, vou limpar junto. Então cria uma co-responsabilização da escola, dos pais com a escola. Mas é possível. Que esta indisciplina grave, ou gravíssima ou média tenha uma violação de direito por trás. E nesta violação de direito a autoridade competente para fazer, aplicar a medida protetiva é o Conselho Tutelar e nós não podemos esquecer nesta belíssima proposta da importância do Conselho Tutelar. Por último, eu senti falta das escolas particulares, Deputado. Nós não podemos, e quando fala que os benefícios serão suprimidos parece que o projeto foi feito para os pobres, para as famílias pobres. E eu sei, pela experiência de Mato Grosso do Sul que não é isso. Mas, do jeito que está à escrita da Lei. Eu dou aula no Colégio Dom Bosco, como e que ficam os atos de indisciplina nas escolas privadas, nas escolas particulares? E que há. Será que é outra regra? Lá também há deboche: "Ah! Padre, também não vai acontecer nada conosco". Sabe? Então assim, cuidado, cuidado para que este aspecto de

a família que não cumprir, que não comparecer, isso já boa parte disto já está na legislação. Vai ter o seu benefício suspenso. Transparece que é uma lei feita para a família do pobre, porque a família abastada classe média não se cita.

Por fim, alguns desafios, desafio para todos nós. A adolescência é um fenômeno. E a rebeldia desde a Grécia, desde a Grécia, desde os Incas, existe a adolescência, a rebeldia. Um adolescente sempre vai bater, cabe a nós adultos sermos firmes, uma hora eu cedo e outra hora não. Mas nós também temos problemas, eu sou meio careca e não aceito a minha calvície. Eu tenho peito pequeno e coloco plástica, tudo. Então nós adultos também nós temos um problema de aceitação, então às vezes nós não somos referência para os adolescentes. Olha o que aconteceu com o nosso Presidente da República neste curto período? Como falar de estabelecimento de autoridade e tudo? Então compreendemos aí a Secretaria de Educação tem contribuído para isso, o Conselho de Psicologia pode nos dar a ideia, porque a adolescência é um fenômeno. Mas do que ter uma banca de especialistas em segurança, na outra banca nós temos que ter especialista em gente, em pessoa. Nesse fenômeno que é a adolescência.

Outra coisa, precisamos, Dr. Sérgio, e o senhor tem experiência nisto, a sua vinda aqui com a presença do Vice-Governador, nós enaltece, nós precisamos fortalecer a família, essa família que vai ser chamada a ser co-responsável a reparar o dano, mas, como é andam os senhores, espero que não seja meia noite, de madrugada vão aprovar o orçamento do nosso Estado, como é que anda o fortalecimento das famílias do CRAS e do CREAS porque essa família que tem direito violado, essa família que o adolescente está transgredindo, ele está dando uma resposta, ele está dando um sinal, não há aparelho que suporte essa família, qual é o aparelho que é isso? É o CRAS e o CREAS. A União cortou dinheiro para o município de Porto Velho, não posso falar dos outros municípios, mas o Secretário Municipal disse ontem que mais de 87% dos recursos de 2016 não virá em 2017, pensa no caldo, no caldo de desemprego, de violência social, isso o tecido social do nosso Estado está sendo corroído; então nós precisamos levar a família a ser co-responsável dos atos de seus filhos, beleza, mas nós não podemos esquecer que essa família as vezes é vítima de um sistema que explora, que a mãe chega faz o café e vai dormir, chega do trabalho só dá um beijo, a criança ou adolescente já está dormindo. Então a sugestão é que também os senhores Deputados ao analisarem o orçamento público para o ano que vem, verifique como é que estão os recursos para o CRAS e o CREAS que são órgãos de fortalecimento do vínculo. E por fim, nós podemos pensar também na escola de paz, quanta riqueza não existe e a Secretaria de Educação pode nos ajudar nisso num projeto de paz, como é anda o projeto político pedagógico da escola? Um projeto político pedagógico sério, não cola/copia, não cola/copia, não aquele modelo que a SEDUC manda ou a SEMED manda e a escola cola/copia, é um projeto político pedagógico e não envolve, que não me dá ânimo para ir para a escola do meu filho e tudo, e também o Estado, e aí a representação da SEDUC está aqui e os Deputados estão aqui, nos falta enquanto sociedade, eu sou Presidente do Conselho representando a Arquidiocese de Porto Velho, eu sou entidade e contribuo no controle social, o Estado, e aqui eu me reporto a SEDUC e

também esta Casa nos deve uma questão importante para a sociedade rondoniense, que é a eleição para diretores, era para ser este ano ficou para o outro ano, o município também nos deve, porque a lei, a norma que resgata o princípio de uma escola democrática vai contribuir para que essa família venha para a escola, vai contribuir para que o adolescente tenha sentido de pertença à estrutura da escola, é essa estrutura que eu quero preservar, é essa estrutura que eu quero reparar, mas, tem uma escola viva, tem uma escola que vai, como diz a LDB, contribuir para a minha cidadania e para o meu mundo de trabalho, e aí eu sugiro, para concluir, que se possível, que o senhor pelo seu gabinete ou o relator da matéria, vamos fazer igual como se faz na Câmara dos Deputados, o relator da matéria poderia promover um seminário, eu sei que final do ano é difícil, mas, iniciarmos o ano legislativo com o seminário de dois dias, chamar a UNIR, chama outras faculdades que problematiza sobre isso, chama a OAB, eu acho que é importante a OAB para cá. E por último eu estive aqui a última vez participando a convite do Deputado Léo Moraes de uma audiência pública, a Irany estava também, sobre Grêmios Estudantil e Protagonismo Juvenil, não se concebe que nós adultos, os entendedores, os sabedores de tudo aproveitamos e discutimos uma legislação sem a participação dos maiores interessados que são também os jovens, os adolescentes, então uma proposta que se possível que o relator ou esta Casa discutir essa matéria, que nós promovamos um seminário tranquilo e que tenha os especialistas, as ideias destoantes, mas, também um tempo privilegiado para que os adolescentes, os Grêmios, a UMES, a URES possam também se pronunciar sobre esse projeto. Muito obrigado e desculpe por me estender. Eu peço desculpa, Deputado, eu tenho três filhos que saem da escola agora, então para eu não ter puxado a orelha da minha esposa e o Conselho Tutelar for atrás de mim, eu vou escutar mais um e vou precisar sair. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Parabéns pelas colocações. Também quero ouvir o Conselho, o representante do Conselho Da Guarda Mirim, o Sr. Ruslan Magalhães.

O SR. RUSLAN MAGALHÃES – Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Anderson pela propositura deste grande trabalho juntamente com o relator Deputado Jesuíno, eu saúdo toda a Mesa; Dr. Sérgio que nos dá essa oportunidade de trazer toda essa bagagem para o nosso Estado. Eu coloco aqui que nós aqui há mais de 60 dias criamos já a Guarda Mirim através de um trabalho que a gente começou falando com o Deputado Jesuíno e aprovado na Câmara Municipal através da Vereadora Ada Dantas e estamos funcionando na Zona Leste, justamente, porque a gente vê pelos canais de televisão que a zona Leste aqui é um dos focos, onde têm todas essas ocorrências que foram colocadas aqui, expostas aqui pelo Dr. Sérgio, a gente vive isso, e nós tivemos esse desafio, fomos procurados e eu aceitei a fazer esse desafio já que participo também do Conselho de Segurança Comunitária lá dessa área. E a gente vê aqui o seguinte: tudo estavam jogando para cima das escolas, os diretores, como foi dito aqui, pressionados, acuados, sem poder fazer o trabalho educacional, onde a gente tem outros atores que estavam sendo omissos para fazer

esse trabalho e eu fiz uma colocação sobre essa Coordenação, porque o ator principal dessa situação é a família, os pais, eles são omissos, a gente vê essa omissão, os pais chegam, eu comecei a observar, os pais chegam de carro, só falta dar um chute, abre a porta e dá um chute: sai menino e vai embora! É o que foi colocado, e às vezes, o aluno fica esperando pelo pai voltar quando a escola já terminou aquele horário de ficar com aquele aluno, a gente começou a verificar isso. Fizemos esse trabalho todinho da seleção, o Projeto foi aprovado, estamos desenvolvendo, começamos com 100 crianças com faixa de 10 a 17 anos, onde a gente tem todo um processo disciplinar dentro de um braço que é da Polícia Militar, dentro dessa formação que é civismo que a gente não vê mais.

Na nossa época a gente cantava o hino, tem toda essa parte, nós estamos resgatando isso aí, as crianças estão satisfeitas. Foi colocado pelo Dr. Sérgio, também, que a omissão dos pais numa convocação e, por incrível que pareça, nós com 60 dias fizemos uma convocação num sábado para os pais e praticamente os 100 pais estavam lá, onde nós fomos apresentar todo o Estatuto, inclusive já tinha BI, que é o Boletim de Infração, que são os procedimentos que eles infringiram ali dentro daquele trabalho de permanência, porque nós temos dois turnos de manhã e a tarde, quem estuda de manhã, pratica a guarda-mirim à tarde e, os de tarde fazem de manhã. Então, estamos com três pelotões, começamos com o apoio da Secretaria de Educação dando lanche. Fizemos o projeto de toda a estrutura logística, fardamento e tudo, que vai ter todo aquele processo, o respeito. E a gente já está vendo aí, muitos policiais já viram, perguntam o que é isso? Porque estão batendo continência, estão começando a valorizar a questão de bater continência para um policial e eles não sabiam o que era a quilo e a gente está levando ao conhecimento. Então foi feito todo esse processo, isso é um processo que vai, nós temos as promoções por que vai ser feito todo o trabalho até completar a saída dele quando completar a maioria, aquele pessoal é um referencial para outras crianças dentro da própria escola. Então, nós estamos com um projeto, o Vice-Governador falou, nós já temos todo o Projeto, todo o Estatuto e a gente fica feliz do Vice-Governador falar que ele quer implantar mais guarda-mirim. E nós já a temos implantado, onde vai ser feito um processo educacional também através de pit stop, junto com trânsito, junto com órgão ambiental, então nós vamos começar a mudar essa fase dessas crianças. Eu conto com o apoio aqui da Casa, eu vou passar depois aqui o projeto para o Senhor Deputado, o Deputado Jesuíno já tem conhecimento, nós vamos querer o apoio de todos os segmentos. E dentro dessa colocação que a gente colocou, essa Coordenadoria, eu fiz uma colocação também que tem que ter todos os atores e o principal responsável é o pai, porque o pai dizer que ele não sabe que o filho chega com um celular, que chega com uma moto, isso aí não cabe. Então, não é só a polícia que vai ser aquela pessoa, não é o professor, o diretor que vai também querer assumir toda essa carga.

Então, é um colegiado de todos os atores que é o Conselho Tutelar, é o Ministério Público que dentro da estrutura da criança, é a polícia, é o colégio, são os pais. Os pais assinando esse documento se responsabilizando eu tenho certeza que a gente vai reduzir. E dentro da guarda-mirim, porque a gente fez o levantamento nos municípios que já existem, dentro des-

sa faixa etária as inflações chegaram a zero. Então, quanto mais a gente ampliar, mais sucesso nós vamos ter com as nossas crianças para serem cidadãos amanhã. Obrigada.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Senhora Mirla Mota, estudante da Escola Técnica Somos Brasileiros, IESB.

A SRA. MIRLA MOTA – Primeiramente boa tarde, pelo horário. Cumprimentar o Sérgio em nome da Mesa e os caros colegas que estão ali. Vou começar minha fala com a sua frase, Deputado. Se quer que seus filhos tenham pés no chão, coloque algumas responsabilidades nos ombros, é responsabilidade dos pais. Eu vou fazer uma fala, eu até gostei, o Deputado Jesuíno saiu, infelizmente. Não adianta esta Casa ou o Estado ficar fazendo leis extremas, se não começar pela base. Não adianta esta Casa criar leis e leis para punir, para falar, para estrangular o aluno, ou seja, lá quem for o cidadão, se ele não vê na ponta qual é o problema. Nós sabemos qual é o problema, Deputado. Nós temos um diagnóstico, e eu gostaria de falar para o Deputado Jesuíno, gostaria que o senhor transmitisse o recado, que ele só está conversando com a base dele, que é a PM. Ele não está conversando com os eleitores, nem com a sociedade civil organizada. O projeto de lei é fantástico na teoria, na utopia, assim como várias coisas que nós temos no nosso Estado, em nosso País. Nós temos que pensar além, e aí temos diversos vídeos da Europa, não sei de onde, que a base é a educação. Eu fui uma aluna extremamente rebelde no começo do Ensino Médio. Eu brigava com aluno, só não respondia a professor porque eu tinha medo da minha mãe me espancar, mas, o resto tudo eu fiz. Um diretor maravilhoso, que infelizmente não está aqui, conversou comigo e falou assim: “eu vou conversar com o seu pai”. E ele pediu do meu pai autorização para eu ir de manhã para a escola. Aí eu ajudava a biblioteca, eu ajudava a lavar a mesa que estava suja, eu fazia tudo. E aí eu implantei dentro da minha escola, uma rádio escolar. Ajudei a levar o projeto de química para dentro da minha escola, participei de todas as atividades extracurriculares eu participei. Sou uma aluna que terminei o Ensino Médio, ajudei a minha escola e até hoje participo da vida escolar da minha escola onde eu estudei o Ensino Médio, porque eu sou funcionária pública da Saúde. Todo projeto implantado na minha unidade eu levo para dentro da minha escola, que é perto da minha casa. Então, eu tenho o exemplo aqui que é com educação que se resolve. Esta Casa tem que promover, Deputado, não é lei, a gente já tem lei demais. A gente tem uma Constituição enorme. Vamos diagnosticar o problema, vamos fiscalizar essa lei. Sabe por que têm vários professores que não querem mais educar? Não é por causa dos alunos que xingam ele não. É porque a educação está defasada. É porque este Estado não atinge a educação, está inoperante, está ineficiente, incoerente. Como é que o meu Vice-Governador vem aqui dizer que é a favor da educação se não tem recurso, se não tem investimento na educação, não tem valorização do professor, não tem melhora da escola. Você vai nessas escolas, estão defasadas, acabadas. E não é só por causa do aluno não. Ela está depredada, além de depredada, ela está esquecida, ela está escondida. Como eu vou colocar militarização na escola se o professor está dando aula em três escolas. Ele lá

quer saber, ele está dando aula em três escolas para poder sustentar a família. Ele não vai conseguir fazer educação. Vamos melhorar nossa educação, vamos colocar projetos como o PROERD, para incentivar esses alunos a gostarem de estar na escola, a não querer fugir dela. Não adianta mandar o aluno limpar mesa ou levar ele para a Delegacia, que ele vai virar um marginal, ele não vai voltar mesmo. Agora, dê o prazer para ele estudar, dê o prazer de uma boa leitura, incentive ele voltar na escola de manhã. Projetos, programas para melhorar a nossa educação, e aí eu lhe garanto que o senhor não vai ter mais aluno fugindo da escola, que ele vai querer estar lá o dia inteiro. Eu lhe garanto que não vai ter aluno dentro da Delegacia com professor e com diretor porque ele vai respeitar aquele diretor, assim como eu respeito o meu. Assim como eu tenho orgulho de falar que estudei numa escola pública e hoje sou funcionária pública e sei quanto é defasado esse sistema. O sistema público é defasado e não adianta punir. A gente tem que orientar, organizar e educar. Eu sei que a realidade do Mato Grosso do Sul é diferente, a de Rondônia também é. Rondônia tem condições sim de melhorar, não estamos no extremo, não precisamos de lei extrema, nós precisamos melhorar o que temos. Não precisamos criar leis, precisamos fiscalizar leis. E aí eu gostaria, Deputado, de lhe pedir encarecidamente, faça um diagnóstico melhor, uma Audiência que começou atrasada e vai para além do horário, onde quase ninguém ficou, não dá para aprovar uma lei assim. Vamos às escolas, eu tenho certeza que a maioria dos diretores não querem essa lei, ele quer melhorar a escola dele, ele não quer levar o aluno para a Delegacia, ele quer dar prazer para o aluno. Porque o maior prazer de educar, do educador é ver seu aluno formado, o maior prazer do meu professor, me falou um dia, foi me ver trabalhando no sistema público. Ele sentiu orgulho, e é isso que o educador quer. Obrigada.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) - Abrir a palavra para o Lucas da Conceição, representando a União Estadual dos Estudantes de Rondônia. Lucas, fique à vontade usando a tribuna ou até mesmo daí.

O SR. LUCAS DA CONCEIÇÃO – Boa tarde. Quero parabenizar o Deputado Anderson por esta iniciativa de chamar a UEE para discutir esse assunto e iniciar perguntando o que aconteceu com os Guardas que tinha nas escolas que tomavam conta da segurança dos alunos? A Patrulha Escolar ainda existe? Porque eu fui estudante do Ensino Fundamental na Escola Jorge Teixeira de Oliveira, uma das escolas mais violentas da Zona Leste, eu fui bagunceiro igual o menino ali também falou no Ensino Fundamental. A diretora teve que me colocar para limpar chiclete do pátio quando ele me pegou colocando chiclete debaixo da mesa, pois bem, quando eu fui para o Ensino Médio, houve um apagão em todo o bairro e um estudante de outra sala quebrou a vidraça da nossa sala e nós que fomos os culpados daquilo ali, não houve uma perícia. Essa Lei não tem uma perícia para poder dizer qual foi o aluno que causou o dano. Não tem. E esse artigo 3º e 2º: caberá ao pai responsável pelo dano. Não tem um limite para isso. Então, se acontecer um acidente de um amigo meu bater no meu ombro e um copo de água cair e pegar num fio descascado e causar

um curto circuito a escola pegar fogo? E aí foi o acidente. Mas, meu pai vai ter que pagar por isso? Tirando a responsabilidade do Estado para o pai? Como pode isso? Ah! Mas tem que colocar complementação na Lei. Então porque não colocaram aqui já? Porque não colocaram, deixaram bem claro já isso aqui? E outra, chegou haver uma situação também fora da escola, à gente saindo, um cara chegou a oferecer droga na esquina para a gente vender. E oferecendo mesmo, falando: "Vocês vão ganhar R\$ 100,00 por isso". Cadê a Segurança Pública disso aí? Cadê? Imagina um jovem de 13 anos recebendo a oferta dessas de R\$ 100,00 por dia? Uma criança de 11 anos recebendo uma oferta dessas de R\$ 100,00.

Cadê a Patrulha Escolar? Porque vocês não investem nisso? Porque que vocês não investem nessas leis que já existem, como diz a minha colega ali. E eu admiro muito os educadores que buscam, não enfrentar os estudantes, mas, sim criar amizade aos estudantes. Porque nessa mesma escola, não foi lei que fez a gente criar uma sala, na verdade a sala estava criada. Mas, nós pintamos a sala, a sala de arte. Na mesma época foram mortos, 08 jovens, lá no bairro, não foi uma lei dessas. Nós pintamos; iniciativa de 03 estudantes. Quando foi no dia da pintura da escola, a sala toda queria ir, a escola toda queria ir pintar também, deixar sua gravura lá, deixar o seu rabisco lá. Então, não é isso aqui que vai melhorar a educação. Ah! Culpa que é o estudante. E os professores que muitas vezes querem, vou falar na minha linguagem, desculpa pela linguagem: quer bater de frente com os alunos, invés de buscar amizade. E o estudante: "desculpa, mais o quê que foi que eu te fiz? Se eu te fiz algo, me perdoa". Aquilo ali vai ser um tapa para o estudante. Ah! Mas, e o estudante que leva arma para escola? Algum problema tem com o pai ou no caminho da escola para casa, da casa para escola.

Não seja, Deputado Anderson, não seja igual a alguns Deputados que parece que têm medo do Grêmio Estudantil. Parece que tem medo de ouvir o povo. Como um Deputado aí que saiu, parece que, eu não sei qual foi o motivo; mas, parece que teve medo. Então, ouve mais os estudantes; procura saber qual são os problemas dele. E eu parabeno o senhor por ter esta iniciativa de ouvir a gente.

Eu quero lembrar que uma escola que eu busco um espelho nela; busco me espelhar nela. Que é o Marechal Rondon, lá em Vilhena. Eles criaram tática na escola, eventos, combate ao bullying, combate ao racismo, antidroga, prevenção. Eles criaram isso. Dá uma chance a esses Grêmios. Esses Grêmios, eles criaram uma tática muito interessante que ao invés do professor trocar de sala, foram os alunos que trocaram de sala; isso está lá até hoje, o diretor não reclama não. Eles falam: "muito bem, melhorou bastante depois que tiveram esse projeto que o Grêmio criou".

Ah! Mas, e a presença dos pais na escola, trazendo os pais na escola. É complicado isso aí. Porque o pai recebe R\$ 937,00, com o desconto de passagem, desconto de alimentação, desconto de etc, etc; ainda vem o Governo descontando R\$ 10,00 de cada pai, família. Aí, a mulher vai ter que trabalhar também, porque aquele salário não sustenta a família. Aí, vai ter que ir para escola, tirar um dia de serviço para ir à escola, descontando o sábado e domingo; eu tenho que me atualizar ainda na lei, mas, a lei antigamente era assim, se o pai faltasse um dia dessa semana, por exemplo, terça, no sá-

bado e domingo também era descontado, ou seja, trinta e sete, se eu não me engano, por dia, R\$ 937,00 dividido por 30 dias, dava R\$ 37,00, se eu não me engano. Alguém me corrija, se eu estiver errado. Aí desconta 37 vezes 3, que é o dia que ele faltou para poder atender a escola, mais o sábado e domingo. Se querem criar uma Lei dessas, pelo menos justifica: "não, o pai vai ter que ter um comprovante que compareceu lá para poder educar o seu filho, para saber que ele estava errado". E o psicólogo da escola? Porque antigamente tinha, eu me lembro que eu fui chamado atenção, a psicóloga me chamou e aplicou esta matéria em mim. "O que está acontecendo com você?". Eu falei: "professora, os meus amigos, eles falam que se eu não fizer isso, eu também vou sofrer". Então, ela chamou o pai: "olha, está acontecendo isso e aquilo outro com o seu filho". Então, minha mãe colocou uma aplicação em mim, que se eu não tirasse nota boa, eu não tinha o meu vídeo game, se não tirasse uma nota boa, eu não tinha o meu celular. Mas, foi dali da psicologia que ela me ensinou isso. E aí que eu tive responsabilidade com a escola, pintando, não através de lei, mas, sim através do Grêmio Estudantil, ajudando o diretor, a professora, eu tive responsabilidade. E isso foi até o Ensino Médio e até hoje. E hoje a minha mãe se orgulha de mim. E daquela escola ali que nós tivemos, foram formados engenheiros, o Charles Viana que estudou lá; Débora que estudou lá também, que é formada em Direito. Então, tem que verificar todo o conjunto para saber onde é que está o erro, não culpar só os estudantes. E para encerrar, para encurtar o tempo, agradeço a oportunidade, agradeço ao Deputado Anderson novamente e continue assim chamando os estudantes para debater este assunto, precisa ouvir mais os estudantes, chame mais alguns, se for necessário, prolongue mais esta votação, se for possível, para poder ser uma lei que todos digam: esse cara representou o povo. Não como os outros Deputados estão fazendo, fazendo lei, não chamando a comunidade e aprovando.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Só esclarecer para o Lucas, que ele citou lei. Não é lei, é projeto. E Audiência é justamente para isso, para discutir, para desgastar, para debater, para dá encaminhamentos, para ouvir sugestões e inclusive prolongar de fato o debate, levar isso para dentro das escolas, ouvir os pais; o que foi feito em Mato Grosso do Sul, foi feito em outros municípios e com certeza a opinião pública de tudo que eu pesquisei, de tudo que eu vi, foi favorável em relação a esse projeto.

O senhor Germano Soares, Presidente da Federação Brasileira dos Sindicatos da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal. Tem só mais um Orador, o Luciano, e a gente encerra. E vai ter um coffee break.

O SR. GERMANO SOARES – Bom, eu agradeço a Deus, em nome de Jesus, a oportunidade de estar aqui mais uma vez, tendo sido convocado, convidado para a Audiência Pública que sempre é um momento muito rico para que a gente possa debater assuntos que são de interesse da sociedade. Ao cumprimentar o Deputado Estadual Anderson, eu cumprimento a todos da Mesa e ao cumprimentar minha amiga Mirlla Mota, eu cumprimento aos demais que ainda se encontram na Casa. Nos últimos tempos, eu tenho participado de audiências Públi-

cas e tenho muitas vezes discordado de alguns Deputados que eu tenho uma proximidade muito grande, que é o caso do Deputado Anderson e o caso do Deputado Jesuíno Boabaid. Mas, como eu costumo sempre dizer a discordância é sempre no campo das ideias; no campo pessoal não existe discordância nenhuma, a amizade que eu tenho por eles continua sempre intacta. E algum tempo a gente esteve aqui falando sobre a militarização das escolas e eu me posicionei e lembro que o colega estava aqui na oportunidade e eu me posicionei dizendo que sou a favor de escolas militares e não da militarização das escolas. A escola militar, ela propicia com que o pai escolha se o filho vai ou não estudar naquela escola e se submeter aquele regime, ao passo que quando eu militarizo a escola, eu tiro do pai essa oportunidade, porque ele está lá no bairro, ele não tem dinheiro para mandar o filho para outro bairro estudar. Então, ou o filho se adequa a escola que foi militarizada ou o filho vai ser excluído da escola, é isso que vai acontecer. Então, repito, sou a favor da escola militar, pois eu tenho a oportunidade de escolher. Mas, não sou a favor da militarização das escolas. Com relação ao projeto que foi apresentado pelo ilustre colega do Mato Grosso do Sul, eu acho que é importante ressaltar, que assim, em momentos que passamos por crises, muitas vezes surgem soluções e a primeira vista parecem soluções maravilhosas, mas, eu acho que é preciso lembrar que a escola é pura e simplesmente um reflexo do que nós temos na sociedade, como foi dito por um colega que me antecedeu, é o reflexo da sociedade. Então, de repente a gente achar que a gente vai resolver da escola para a sociedade, é meio complicado. Eu entendo que a gente vai resolver é da sociedade, da família, da sociedade para a escola, para outras entidades que o ser humano faz parte. Escutei algumas palavras e essas palavras geralmente vem em momentos de crises, em momentos de dificuldades, até escrevi aqui, escutei algumas palavras do tipo: eliminar, eliminar a indisciplina. Eu escutei palavras do tipo “convocar” ao invés de “convidar”. Eu escutei: “se ele não for, se o pai não comparecer, ele vai ser chamado porque ele abandonou o filho e aí vai ser cortado o benefício”; e quando a gente olha o artigo 244 do Código Penal, a gente tem o abandono intelectual e o abandono material e não seria o caso de caracterizar como abandono o fato de repente o pai não comparecer a uma reunião da escola. Então eu acho que são palavras muito fortes para a gente utilizar com relação a pais, com relação a filhos. Falou-se aqui sobre a depredação das escolas, mas, nós já temos o Código Civil no seu artigo 932, que fala que a responsabilidade civil é dos pais pelo o que os menores fazem. Mas, já temos como já foi dito e até o próprio Deputado Jesuíno mostrou essa preocupação, nós temos que ter cuidado para não fazer mais uma lei. Nós já temos tantas leis e reclamamos que elas não são aplicadas; então eu acho que a gente deve realmente apurar, se debruçar em cima desse Projeto, para ver até que ponto ele vai ser literalmente aplicado, porque legislação nós já temos muitas, citei alguns exemplos aqui do próprio Código Civil. Deixar claro que a Defensoria Pública não está aqui representada, eu acho que seria importante; foi convidada, não é?

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – A fim de registro, foi convidada.

O SR. GERMANO SOARES – Seria, eu acho importante em algum momento, sem pressa, eu ouvi falar: de repente a gente aprova até o dia 12. Assim, humildemente eu gostaria de dizer que eu acho que não seria o caso de ter tanta pressa em aprovar a Lei até o dia 12 porque é a última Sessão Legislativa. Chamar a Defensoria Pública, porque assim, embora o Projeto tenha sim pontos muito positivos e eu à primeira vista vi isso, mas, também há pessoas que teceram críticas, como a própria Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul, ela teceu críticas, questionou a constitucionalidade do Projeto. Então, eu acho que tudo isso deve ser apurado, deve ser depurado para que a gente traga sim, um Projeto que seja bom para a sociedade, que seja bom para as crianças, bom para os adolescentes. Reforço também as palavras do colega que me antecedeu, também é uma das críticas que a gente encontra na internet, eu tive a curiosidade de pesquisar, a questão da escola particular; por que só a escola pública? A escola particular também há alunos, e eu já fui professor e já passei pela situação do aluno rasgar a prova na minha frente, então eu sei bem o que é isso e o autocontrole que você tem que ter em uma situação dessas. Então ver também a questão da escola particular. A escola particular também passa por esses problemas, os professores lá também passam por esses problemas e de repente quando a gente coloca só a escola pública, pode dá um tom de discriminação, de discriminar, discriminar o aluno da escola pública e eu tenho certeza que não é esse o objetivo. Então eu quero dizer que estou à disposição para participar de outros eventos deste tipo, todo e qualquer evento que houver aqui na Casa de Leis que eu for convidado, Deputado Anderson, eu estarei presente, eu tenho o maior prazer em participar, eu acho que é isso mesmo, é debatendo, é conversando, é dialogando que a gente chega ao melhor para a sociedade, parabéns pela iniciativa.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – É, com certeza, Germano, eu fiz até uma crítica quando foi aprovada a Medida Provisória do Ensino Integral, do Ensino Médio, eu fiz uma crítica ao Governo Federal, que fizeram uma Medida Provisória de forma rápida, sem discutir, sem ouvir os profissionais e hoje está capengando aí, a gente está vendo que está capengando, criado com uma estrutura ruim, não tem local para descanso desses jovens que passam o dia na escola, teve escola que esqueceu que eles tinham que se alimentar; situações assim absurdas, que inclusive eu fiz uma crítica pela Comissão de Educação nesse sentido, que o Projeto precisa ouvir a sociedade, a sociedade civil organizada, os órgãos que fiscalizam o cumprimento das leis; então, todos têm que ser ouvidos antes de tomar uma decisão de aprovar. Eu acho que não é só aqui na Assembleia Legislativa, é nas Câmaras Municipais, é no Congresso Nacional principalmente, tem que ser desgastado o debate. Eu participei segunda-feira agora de um Seminário na Comissão de Educação da Câmara Federal em Brasília, onde vários Presidentes de Comissões de Educação dos Estados estavam presentes, e a preocupação ela vai além de muitas questões, inclusive financeira. O próprio Tribunal de Contas da União mostrou em seus gráficos, que os investimentos para a educação estão diminuindo. Então a preocupação é muito grande para cumprimento de metas e se cumprida às metas, o que quê vai se fazer depois,

que eu acho que nem as metas vão conseguir cumprir, vai diminuir os gastos, existe o teto dos gastos, então existe muitas questões para a nossa educação que vai além. Tudo isso reflete lá na minha origem, lá do sistema penitenciário, até o Lucas disse que a gente não pode ter medo de falar, não tenho nenhum medo, nenhum receio, acho que a palavra correta seria receio de ir com a sociedade, de conversar. Eu pude, dentro do sistema prisional, por que o papel também do Diretor do Presídio, do agente penitenciário é um pouco psicólogo também, por que lá o que a gente conversa com lideranças criminosas, com criminosos para entender o motivo daquilo tudo, daquela revolta toda, daquela raiva toda, daquela psicologia criminosa que ele tem, a gente começa a entender algumas questões, as raízes que vem disso. Aonde que foi o erro? Aonde que começou o erro? E o jovem, ele tem que ser motivado para a educação, ele tem que ser motivado para o bem, se ele for motivado para o mal, ele vai para o mal, os seus neurônios também serão desenvolvidos para o mal. Então a gente tem que o quanto antes, o quanto mais novo tentar resgatar esses jovens, por que vai chegar um momento que ele não recuperação, como tem apenados ali dentro, que eu digo para vocês que não têm recuperação, não tem! Vai voltar, se voltar ao convívio social vai voltar a delinquir, é o que mais está acontecendo com um sistema falho, com um custo muito alto para o Estado que poderia estar investimento mais na saúde, mais na educação e tem gastar lá. E aqui é o preventivo, é na educação, é o trabalho preventivo para evitar chegar lá, por que depois que chegou lá, chegou às Unidades Socioeducativas, chegou no sistema prisional, vocês podem ter certeza que o índice de recuperação é quase que impossível, é muito baixo. Então a nossa ideia é essa, é a prevenção, é evitar e como educador, ele vai educar uma pessoa que já vem lá da estrutura familiar desfacelada, ele vem de lá indisciplinado, como é que ele vai conseguir o respeito ou a disciplina daquele aluno, daquele jovem? Se ele não respeita a mãe dele, o pai dele que o colocou no mundo? Então é uma questão muito preocupante isso, o educador não vai conseguir. Então o que que o Estado tem que fazer? Dá subsídio para o educador conseguir educar, que hoje ele não está tendo, e, o alicerce é uma lei, tem uma lei para ter; por que hoje se o educador, como na minha época, eu lembro muito bem que eu fiquei de castigo de joelho lá atrás da sala, por que eu era complicado também como jovem. Isso não fez mal para mim e essa inversão de valores é o mais está acontecendo no Brasil. E hoje se o professor tomar qualquer atitude que seja para o bem, pela disciplina, você pode ter certeza, vai ser processado, até afastado da sala de aula, eu tenho certeza disso. Isso que nós precisamos resgatar, muitos aqui são pessoas que passaram por situações em escolas que eu passei; que não tem muito tempo. E têm pessoas que sabem do que eu estou dizendo. E o que que se perdendo? Nós precisamos resgatar isso, trazer de volta isso, por que isso não vai fazer o mal para o jovem, para o adolescente, pelo contrário, corrigir também é educar, disciplinar também é educar. Isso acontece em casa, eu tenho uma filha de 11 anos e eu, graças a Deus, eu sei que tenho acertado que se pegar o boletim de escola dela, vocês vão constatar e minha filha tem dislexia e eu consegui trabalhar isso, eu conseguir melhorar isso com a dificuldade da dislexia que ela tem. Que quando eu descobri, eu fiquei apavorado, quantos pais que

não têm esse entendimento e o filho tem uma dificuldade intelectual e o pai faz é punir mais ele, não vai buscar o conhecimento o porquê daquilo.

Então eu queria passar a palavra aqui para o Luciano, representando o Conselho Regional de Assistência Social, em seguida o Dr. Sérgio que é o nosso anfitrião convidado para discutir o tema que veio de longe, se dispôs a vir, largou seus afazeres, família para vir discutir essa questão aqui no Estado de Rondônia. Se tiver mais alguns apontamentos, ele vai fazer num tempo breve, e gente vai está encerrando a audiência. Luciano fique à vontade.

O SR. LUCIANO PINHEIRO TORRES – Muito obrigado Deputado. Em nome do senhor eu cumprimento a Mesa de autoridades, em nome do Coronel Glanert, cumprimentos todos os demais presentes, o Coronel que foi meu professor na Escola de Academia Militar. Como representante do Conselho Regional de Serviço Social aqui do Estado de Rondônia, eu venho manifestar aqui que a gente acha o referido projeto de lei louvável, soa como um grito, um problema enfrentado por todos os envolvidos na educação e não podemos esquecer que os problemas na educação, apenas são reflexos da nossa sociedade, onde as políticas públicas não são levadas a sério. A exemplo disso, estamos vendo agora os cortes nos orçamentos públicos. Estamos na era da modernização e a educação não acompanhou esses avanços, a falta de investimento em educação contribui para esses problemas. A nossa preocupação enquanto o referido projeto de lei, é se este vai prever a criação, Deputado, das equipes multiprofissionais, onde nós, assistentes sociais, temos uma participação importante, pois nós abordamos o nosso trabalho, o ser humano em sua complexidade que vai além dos muros escolares. Agora, Deputado, eu chamo atenção do senhor para o seguinte fato: A Secretaria de Educação aqui do Estado, abriu concurso para Assistentes Sociais, para contratar Assistentes Sociais nessa referida Secretaria; abriu 12 vagas e até o momento nenhum profissional foi contratado. Esses profissionais que estariam atuando nas regionais do Estado, recompondo com outros profissionais, essas equipes multiprofissionais que ia está discutindo, dá implantação em programas dessa natureza. Que eu vejo aqui, quando eu pegue aqui o panfleto trazido de outro Estado; tem aqui: Assistente Social Rosângela, da 27ª Promotoria de Justiça. Então, eu provo por meio disso aqui, que nós Assistentes Sociais precisamos estar envolvidos nesse projeto. E no Estado de Rondônia, existe, Deputado, Assistentes Sociais concursados por um concurso aberto pela Secretaria de Educação que até agora não foram chamados. Ai, essas pessoas estudaram para concurso público, passaram e vê-se a cada dia postergando a sua convocação e acompanha um projeto, esse Projeto de Lei, agora vindo para mais uma questão de cobrança dos alunos, mas, a participação dos Assistentes Sociais é primordial para a efetuação de programas como este na educação. Não só os Assistentes Sociais, eu defendo os Assistentes Sociais porque eu sou o Presidente do Conselho Regional e tenho que defender esta categoria. Mas, a gente sabe da importância também dos outros profissionais. O meu muito obrigado a todos.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – A gente agradece Dr. Sérgio, para gente dá o encerramento, agradeço

a todos que permaneceram na Audiência. Eu costumo quando o tema é de grande relevância, eu sou sincero, eu não me preocupo com horário não, se precisar ir até meia noite, eu vou. O atraso que se dá na maioria das vezes, é justamente por conta de agenda de muitas pessoas e a gente prefere iniciar com as autoridades todas presentes, porque eles precisavam também ouvir, isso é fato.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Eu me somo a esta questão de permanecer o horário que for. Esse Projeto de Lei, ele pode se apresentar novo aqui na Assembleia Legislativa de Rondônia, mas, eu disse desde o princípio, não é uma aventura, não é uma teoria, Mirla, são 20 anos de trabalho e eu disse; oitiva. Só em Campo Grande, foram 150 mil pais ouvidos, isso com registro. E a prova está a sua disposição, no verso desse folheto tem um site do Banco de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público, você pode entrar nesse site e ter acesso a outros documentos e todo desenvolvimento do projeto em si. Como eu já disse, nós...

A SRA. MIRLA MOTA - Eu falo em teoria no âmbito de Rondônia, que é outra realidade.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Sim. No entanto, eu tenho percorrido nesses 20 anos o Brasil inteiro e consultei os quadros de Rondônia e isso foi feito também pelo Deputado, pela equipe. Se não, nem teria sido proposto esse Projeto de Lei. Então, o que a gente vê, é que existe alguns elementos comuns em todo o Estado e até mesmo fora, eu já estive falando disso; em Mendoza, na Argentina, num evento sul-americano de Infância e Juventude, em pelo menos em três Estados americanos, conhecendo a realidade daqueles outros Estados e nós estamos deficitários, estamos distantes porque, aquilo que antes era consuetudinário, não precisava de lei mesmo para um professor repreender um aluno e trazer ordem. Isso era comum, como eu estou dizendo, isso é consuetudinário, é de costume. No entanto, nós viemos elaborando em nome dos interesses difusos, diversas normas e esvaziando autoridade, contrapondo a uma coisa chamada autoritarismo. Nós jogamos fora criança e a bacia junto d'água, como é que minha avó dizia: jogar água da bacia com a criança junto. Eu quis evitar o autoritarismo, eu joguei a autoridade junto e essa é uma confusão mortal. Prova disso é o quadro que temos em todo o Brasil de evasão escolar. Evasão escolar é porta para cadeia ou para o cemitério. A evasão está na rua, primeiro, não vai se ocupar de algo ilícito. Eu tenho lá no meu Estado o Instituto Mirim, que 1.000 adolescentes, é o número de vagas que nós temos só para Campo Grande. 1.000 adolescentes de manhã fazem um trabalho a título de aprendiz, em repartições públicas, etc.; a tarde, fazem um curso profissionalizante e a noite fazem escola regular, ensino médio geralmente. Muitos deles porque querem comprar um celular, ele se empenha em estudar de manhã, à tarde, a noite trabalhar para comprar um celular. Do lado dele, o vizinho que não quer ir para a escola fica esperando ele com a arma para tomar o celular dele. E eu estou lá na audiência para ouvir este que está roubando, porque está fora da escola, está se associando com o tráfico, etc. Nossa experiência nestes 20 anos de Mato Grosso do Sul é uma redução drástica de violência escolar, uma redução drás-

tica do número de professores em licença, porque não suportam frequentar um ambiente dessa ordem. E um avanço considerável na questão da distribuição dos controles programáticos. Por isso nós estamos apenas compartilhando aquilo que este Estado tem gerado, tem produzido. E como o Brasil tem estas peculiaridades, Rondônia também tem evasão, também tem violência, também tem pais omissos. Este projeto não visa resolver o problema do país. O que eu percebi, foi que na Tribuna houve uma oportunidade de se falar cada um acerca da sua preocupação, que é importante, é relevante, mas, o projeto não se propõe a resolver todas as coisas. Ele está trazendo o mínimo, o essencial de resgate de sobriedade do ambiente escolar. E é comprovado que dá certo, é como eu estou dizendo, não é coisa de ontem, nós estamos a 20 anos lidando a partir de uma cidade com índice de periculosidade é comparada a qualquer Capital, inclusive Rio de Janeiro. Então é importante cada um dos elementos que nós debatemos, a presença dos assistentes sociais, psicólogos tanto quanto possível, mas, o Projeto para ele existir, ele não depende disso, é de pronto, mas, vai gerar isso. Lá em Campo Grande, por exemplo, nós precisamos de núcleos onde tenha estes profissionais da multidisciplinaridade. O meu braço direito deste programa é a Rosângela, uma assistente social que está capacitada a capacitar. Então, por exemplo, a última foi Patrocínio, Minas Gerais. Por favor, liga lá para a Secretaria de Educação de Patrocínio, Minas Gerais, que foi a última onde ela esteve capacitando 1.500 profissionais da Educação. Não sou nem eu mais que vou; é ela quem está indo lá para lidar com REDE, CREAs, CRAs tudo isso vai sendo trazido. Mas, eu preciso, sim, desta Lei, não é mais uma lei. Bom, se nós já temos leis suficientes então porque não está resolvendo? Por que é que o professor está cada vez mais abandonado na sua própria dor? Este projeto de Lei, ele é muito simples, e ele trata do essencial. Qualquer um de nós, se você for sair daí do seu lugar agora e derrubar esta cadeira, qual é o mínimo que se espera? Volta e põe a cadeira no lugar. Isso é o mínimo, sem querer, mesmo que você não queira, você derrubou alguma coisa, estragou, repara o dano. Se você esbarra em uma pessoa e derruba os livros dela no chão, o mínimo que você faz é abaixar e pegar os livros e falar: me perdoe, foi sem querer. Agora imagina fazendo de propósito como vândalos vestidos de alunos estão fazendo. Por que eles estão fazendo isso? Porque não tem limite, não tem disciplina. Quem tem mais cooperado com a gente nisso aqui, Lucas, é o estudante. O nosso grande parceiro nisso aqui, é o aluno, é quem está lá. Lá no Mato Grosso do Sul foram eles que fizeram o Código de Ética disto aqui. Dizendo: "olha, isto aqui não pode, a resposta é essa". E são muito mais severos do que a resposta que fizemos.

Eu repudio o termo 'punição' deste projeto. Punir é mandado para a delegacia. Punir é deixar evadido para tomar tiro de traficante lá na rua. Punir é deixar o cara bater em quem quiser dentro da escola, como acontece, e depois querer sentar para blá, blá, blá. É importante sim conversar, mas, vai reparar o dano que fez. Nós temos legislação? Temos sim, a Defensoria Pública apóia lá no meu Estado. O que eu tenho é três Defensores mal ajustados na sua própria atividade. Por quê? Ele tem um problema com o Ministério Público, não é com a lei, não é com o Projeto de Lei. São pessoas que não

apresentam resultado nenhum, não apresentam solução nenhuma, mas, criticam e sabotam tudo o que o Ministério Público propõe. São conhecidos e que foram aproveitados por um ou outro dissidente político, isso é questão política lá entre dois Deputados no meu Estado que não tem nada a ver com o Projeto de lei e nem com a realidade aqui. Por isso eu me dispus a vir aqui e virei quantas vezes o senhor precisar. O meu gabinete está totalmente à disposição lá, os exemplos, a SEMED lá de Campo Grande entrar em contato e ver os resultados. As críticas que são necessárias; foi isso que gerou tantas mudanças, tantos acréscimos, tantas modificações. Especialmente a adesão deste elemento que é o aluno que contribuiu com isso.

Os próprios pais, estes 150 mil pais e aonde nós tivemos é quem disse: “não adianta ficar convidando não, tem que convocar porque eu estou aqui”. Para quem é responsável serve o convite, mas, para quem não é vai ser convocação sim. E foi isso que eu sustentei. Em nenhum momento foi dito sobre eliminarem a indisciplina, não é esta a questão de eliminar, mas é trazer ao eixo o mínimo; indisciplina sempre teve, sempre vai existir e não é apenas mais uma lei, como foi colocada. A forma com que vai se aplicar isso se é através dos grêmios, isso é questão de ajuste, não depende da lei, Lucas. A lei precisa dizer o mínimo, não precisa encher de coisa aqui. Por exemplo, teve uma cidade, lá em Costa Rica, no Mato Grosso do Sul, ela inseriu toda a questão da disciplina do regimento escolar na lei. Agora precisa mudar aqueles detalhes que são ajustáveis no regimento, tem que fazer a lei. A lei tem que dizer o mínimo; o mínimo é dizer o quê? Repara o dano: sujou, limpa! E é isso que essa lei está dizendo. É importante que seja a questão dos pais convocados, se ele está recebendo dinheiro público, benefício do governo para levar o filho na escola e não está fazendo, é o mínimo. Mas, a ideia não é suspender esses benefícios, tanto que não teve, a notificação foi o bastante para que ele viesse e os pais participam integralmente de atividades, de reparação de danos, conforme for o caso. A lei, isso foi colocado pelo, não sei se foi pelo Germano, eu não me lembro quem agora colocou se o projeto de lei daqui, se ele é replicado. É o mesmo que está no Brasil, basta você entrar lá na Assembleia, lá na Câmara Federal, o Projeto 3136 vai dizer exatamente a mesma coisa com o mínimo de detalhes. Não é um projeto elitista, porque eu tenho acompanhado nesses 25 anos, escola pública não tem esse negócio de depredar uma coisa, paga. Se o guri quebrar uma coisa, querendo ou não querendo ele paga. A escola privada tem um contrato privado para se proteger, a escola pública não. Na verdade, esse programa, e, esse projeto de lei protege exatamente, protege o aluno da escola pública que está indo parar na Delegacia de graça, por nada. A ideia é evitar isso tudo, por isso à necessidade dele. Agora, já atualizando até, eu já tinha ouvido algumas dessas, o Deputado já está atualizando o projeto. No lugar, eu acho que isso foi algo que você falou também, Germano, no lugar de rede pública, o nome é sistema de ensino. Aí não escapa ninguém, inclusive, as escolas privadas.

Quero agradecer esta oportunidade de estar aqui, parabenizar o Deputado Anderson por trazer esse projeto de lei que eu tenho certeza que vai gerar, quando as pessoas começarem a tomar conhecimento, vai gerar adesão. No nosso Estado, lá no nosso município são 94%, isso é pesquisa oficial,

94%. Você conhece o Mato Grosso do Sul, entra lá no Campo Grande News, no Top News, são pesquisas realizadas por órgãos avessos ao Ministério Público. A pesquisa que eles lançaram foi para sabotar porque eles estão sendo processados, são órgãos da imprensa que estão sendo processados, então tudo que diz Ministério Público, eles estão atacando. Fizemos uma pesquisa para mostrar que esse projeto de lei, a semelhança do que nós temos lá, não seria bem aceito; 94% de aprovação. E isso, aonde vai, por professores, por alunos, pelos pais e pela sociedade como um todo. Eu acredito que aqui não vai ser diferente. O fato desse auditório não estar cheio não perde pela representatividade, porque aqui eu estou vendo isso e espero sinceramente que, debatido o quanto for preciso o projeto, ele venha a se tornar lei.

Muito obrigado pela acolhida. Tenho sido muito bem acolhido aqui, a gente fica até mal-acostumado, mas espero poder retornar já, quem sabe, com avanço naquilo que temos realizado. Parabéns, Deputado Anderson e muito obrigado também pela participação da Secretaria de Segurança também é fundamental, lá é SEJUSP a nossa, também os Sindicatos e vocês que todos que estão aqui. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – A gente agradece ao Doutor pela disposição de estar aqui desgastando esse tema. Com certeza esse debate vai continuar, vai ter uma discussão mais ampla de ouvir as entidades. Algumas já, até vão protocolar alguns encaminhamentos, do próprio Ministério Público algumas recomendações no projeto e com certeza vai ser bem analisado pelo relator que é o Deputado Jesuíno, e nós vamos acompanhar como autor. Então agradecer a presença da Secretaria de Segurança, que acompanhou toda a Audiência, todos os presentes e vamos dar o encerramento. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Casa. E uma boa-noite, pelo horário, uma boa-noite.

(Encerra-se esta Audiência às 18 horas e 55 minutos)

**ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Em 05 de dezembro de 2017

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente

MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice-Presidente

Secretariado pelo Sr.

AIRTON GURGACZ - Deputado

(Às 15 horas e 24 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Ailton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior, Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho

(PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuino Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazineiro da Fetagro(PT), Leo Moraes (PTB); Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Anderson do Singeperon (PV), Lebrão (PMDB) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 67ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Quero registrar a presença da Comissão de Liderança do Distrito de União Bandeirantes, liderada pelo: Paulo, Leiriana; Maurício Gonçalves; Valdemir; Edilson Vieiras; Erisvan Félix; João Marcelo; Cícero; o Juca; José Bueno; Renilson; Josué Vieira; Onésio; Paulo César; Edson Almeida; Altamiro Pereira; Rui Pereira e Alaíde. Gostaria também de registrar a presença dos alunos presentes; pedir a assessoria que traga para mim o nome das escolas que os alunos representam. Os alunos da Escola Capitão Cláudio; o Deputado Hermínio está passando aqui o nome; em nome Deputado Hermínio ficam todos cumprimentados, registrado aí a presença de vocês; agradecemos a todos. Toda a Comissão de União Bandeirantes, sejam bem-vindos para acompanhar os trabalhos nesta Casa.

Solicito o senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Procede a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada. Solicito o senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente Recebido

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 283/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivo da Lei nº 3.507, de 3 de fevereiro de 2015, que ‘Institui programa de estágio remunerado, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG e da Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos – SEARH.’”.

02 – Mensagem nº 284/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre o direito do contribuinte para realizar a compensação de débitos tributários e não tributários com o Estado de Rondônia, inscritos em Dívida Ativa, com créditos objeto de Precatório Judicial, conforme a Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e dá outras providências”.

03 – Mensagem nº 285/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Institui o Auxílio de Atividade de Educa-

ção Profissional aos servidores do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP, e dá outras providências”.

04 – Mensagem nº 286/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Cria o Projeto Guaporé de Educação Integral – PGEI nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental, de 6º ao 9º ano, e dá outras providências”.

05 – Mensagem nº 288/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.270 de 05 de dezembro de 2013, que ‘Institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona e os militares do Estado de Rondônia e dá outras providências’”.

06 – Ofício nº 0926/2017 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a conceder incentivo financeiro à pessoa física, nacional ou estrangeira, que desenvolva ou atue em programas ou projetos de inovação na gestão pública apoiados pelo TCE-RO e dá outras providências”.

07 – Ofício nº 2828/2017 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1307/17, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

08 – Ofício nº 2829/2017 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 4217/17, de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

09 – Ofício nºs 2833/2017 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 4259/2017, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

10 – Ofícios nº 2831 e 2832/2017 – DITEL, encaminhando resposta as Indicações Parlamentares nºs 4244 e 4245/2017, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

11 – Ofício nº 0303/2017 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando para conhecimento a Decisão Monocrática nº 0345/2017, expedida em face ao Processo nº 6301/2017/TCE-RO, o qual trata da Lei Estadual nº 4.163, de 31 de outubro de 2017.

12 – Ofício nº 1002/2017 – Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando cópia do inteiro teor do v. acórdão (ID2879080), cuja decisão foi anteriormente informada por meio do Ofício nº 920/2017 – T. Pleno, objeto da ADIN nº 0800530-26.2016.8.22.0000.

13 – Ofício nº 1013/2017 – Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que se digne prestar, as informações que julgar necessárias sobre o alegado na petição inicial e teor dos documentos (art. 10 da Lei 9.868/99), objeto da ADIN nº 0803243-37.2017.8.22.0000.

14 – Ofício nº 997/2017 – Tribunal de Justiça do Estado, comunicando da decisão (ID2694652), no qual foi homologado o pedido de desistência formulado e, em razão disso, extinguiu processo sem resolução de mérito, objeto do Mandado de Segurança nº 0800888-54.2017.8.22.0000.

15 – Ofício nº 535/2017 – Governo de Rondônia, encaminhando cópia do Ofício nº 149/2017, versando sobre a Usina Hidrelétrica Santo Antônio e a desafetação dos parques estaduais, objeto do Projeto de Lei Complementar nº 102/2016.

16 – Ofício nº 323/2017 – Ministério de Minas e Energia, solicitando atenção da ALE/RO em referência ao Projeto de Lei Complementar nº 102/2016

17 – Ofício nº 0002/2017 – FETARON, encaminhando para análise a Minuta de Alteração da Lei nº 2.366/2010, que trata da Instituição do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Rondônia.

18 – Carta de Intimação nº 4787/2017 – Supremo Tribunal Federal, dando conhecimento a ALE/RO, sobre a ADIN que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3.395/2014.

19 – Memorando nº 546/2017 – Gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, encaminhando Denúncia, referente às demandas dos servidores da Penitenciária Regional de Guajará-Mirim, para que sejam tomadas providências dentro da Comissão de Segurança Pública.

20 – Ofício nº 717/2017 – Câmara dos Deputados, encaminhando Relatório Final referente à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

21 – Requerimento da Senhora Deputada Rosângela Donadon, justificando ausência na sessão do dia 01 de agosto de 2017.

22 – Requerimento da Senhora Deputada Rosângela Donadon, justificando ausência na sessão do dia 19 de setembro de 2017.

23 – Requerimento do Senhor Deputado Hermínio Coelho, justificando ausência na sessão do dia 01 de novembro de 2017.

24 – Requerimento do Senhor Deputado Jean Oliveira, justificando ausência na sessão do dia 29 de novembro de 2017.

25 – Requerimento do Senhor Deputado Jean Oliveira, justificando ausência na sessão do dia 22 de novembro de 2017.

26 – Requerimento do Senhor Deputado Só na Bença, justificando ausência na sessão do dia 13 de setembro de 2017.

27 – Requerimento do Senhor Deputado Anderson do Singeperon, justificando ausência na sessão do dia 22 de agosto de 2017.

Lido o Expediente recebido, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem Senhor Presidente. Só dizer Presidente, que eu e o Deputado Léo Moraes, nós conversando com a nossa população que está presente aqui e têm algumas reivindicações como o pessoal da Escola Capitão Cláudio, lá da zona sul de Porto Velho e também os moradores do bairro Nossa Senhora Aparecida e o pessoal de Bandeirantes. Nós pedimos para que quando o Presidente, o Presidente da Assembleia, o Deputado Maurão e outros deputados estiverem presente no plenário, que seja suspensa a Sessão, para que a gente atenda uma Comissão, pode ser até em conjunto, pode formar tanto o pessoal da Escola Capitão Cláudio, os alunos, pais, professores e faz uma comissão, também os moradores do bairro Nossa Senhora Aparecida, que é outra questão e também o pessoal de Bandeirantes, também é outra situação e a gente reúne aqui atrás com essa Comissão para gente já discutir alguma coisa para gente encaminhar, que providência a Assembleia vai tomar com relação a situação do Capitão Cláudio, principalmente também com relação ao bairro Nossa Senhora Aparecida, que está aí com ameaça de despejo. O pessoal de Bandeirante parece que é uma notícia boa, parece que o Deputado Léo, a luta do Deputado Léo no sentido, questão de cartório lá no Distrito de União Bandeirante. Mas, daqui a pouco a Assembleia, vai atender uma comissão de todos vocês os moradores que estão presentes aqui na nossa galeria para a gente discutir a problemá-

tica de cada uma das situações. Por isso Presidente, eu pediria que não fosse agora nesse momento porque eu queria que o Presidente Maurão estivesse presente, e que a maioria dos Deputados estivesse presente, para a gente discutir questões muito importantes, e eu queria, e é importante que esteja presente a maioria dos Deputados. Eu queria que na hora que tivesse a maioria dos Deputados aqui com a presença do Deputado Maurão, aí sim, Vossa Excelência suspendesse a Sessão para que a gente fizesse essa reunião.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Seria suspender a Sessão para ouvir a comissão?

O SR. HERMÍNIO COELHO – É para atender a população através de uma comissão aqui na sala de Reunião, mas, só depois que chegasse a maioria, não seria agora.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Essa comissão seria da escola no caso?

O SR. HERMÍNIO COELHO – É. Forma aí três ou quatro pessoas representando Capitão Cláudio, quatro pessoas do Aparecida, Nossa Senhora Aparecida e duas ou três pessoas do Bandeirantes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda na leitura do Expediente recebido. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias recebidas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente recebido. Passamos agora às Breves Comunicações.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com a palavra... Pois, não Deputado. Questão de ordem?

O SR. LÉO MORAES – Gostaria só que me escrevesse para as Breves Comunicações.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com a palavra nas Breves Comunicações o ilustre Deputado Ailton Gurgacz, por cinco minutos sem apartes.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, senhor Presidente Edson Martins, boa tarde colegas Deputados, boa tarde a todos os colaboradores aqui desta Casa, a nossa plateia que está lotada, a todos os alunos. A nossa fala hoje aqui senhor Presidente, senhores e senhoras no Plenário, é que nós estivemos em Presidente Médici, sábado, inaugurando várias obras lá. E queremos destacar aqui, lá junto com o Prefeito Edilson Alencar, o Vice Zé Ribeiro, representante do Senador Acir, o seu Marcito, estavam lá os empresários Jair, Secretário da Saúde, todos os Secretários do município, os Vereadores. Também tivemos lá a presença do nosso Secretário do IDARON Anselmo de Jesus, e os Vereadores em nome do Zezinho da Estrela, que é o Pre-

sidente, também se fez presente. Tivemos lá uma inauguração do Complexo do Poliesportivo Raimundo Eleoneldes dos Santos, uma emenda de duzentos e cinquenta e dois mil, obtidos pelo Senador Acir Gurgacz, junto ao Ministério do Esporte. Então, graças a essa emenda, a população teve de volta o Ginásio Poliesportivo que acerca de dois anos estava fechado para reforma, a comunidade desportiva sentia falta, e ganhou uma nova pintura, o piso foi completo trocado, fechamento frontal das partes dianteiras e traseiras, passando a oferecer uma estrutura bem mais moderna a todos seus usuários. Eu quero dizer que eu fiquei muito feliz por ver lá a situação do Ginásio, eu acho que o Cláudio Coutinho, é o número um do nosso Estado, mas do interior do Estado, eu tenho certeza que ficou o melhor Ginásio de Esportes do interior do Estado de Rondônia, lá em Presidente Médici, ficou muito bom, ficou ótimo a instalação toda arrumada. Então assim, nós de Ji-Paraná temos dois ginásios de esporte, mas estão com dificuldades também que precisam passar por uma reforma pelo nosso poder municipal, esse de Presidente Médici ficou um espetáculo. E também fizemos inauguração lá, uma reforma no Estádio Municipal Eduardo Anchieta, uma obra que teve um custo de cento e cinquenta e sete mil e oitocentos e noventa e cinco reais, onde foi com uma emenda minha, deputado Airton Gurgacz, e uma contrapartida da direção municipal a melhoria do, inclui a reforma do telhado e a implantação de novas estruturas metálicas, elétricas, hidráulicas, permitindo que os esportistas civis locais voltem a contar com uma estrutura adequada e moderna a cada evento esportivo realizado lá no Estádio. Então foi uma reforma de vestiário e banheiro do Estádio Municipal, uma obra assim que ficou muito bem-feita, muito bonita. E também fizemos a inauguração lá no sábado com todas essas autoridades lá. Queremos parabenizar o povo de Presidente Médici, o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, Secretários que até foi na gestão anterior, mas o Prefeito foi muito sincero que colocou agradecendo lá a nossa ex-prefeita Lurdinha, na época dela que foi a emenda e terminado no primeiro ano de gestão do nosso Prefeito lá de Médici, o Prefeito Edilson Alencar e o Vice Zé Ribeiro. Fez questão de no seu pronunciamento lembrar da Lurdinha, eu acho isso uma atitude muito bonita, muito grata, por que ele agradeceu muito a nossa ex-prefeita Lurdinha do PT que era de Médici que perdeu a eleição para ele. Então o Estádio agora está com problema só de iluminação que a gente vai ver também, talvez consiga aí uma verba para fazer a iluminação que foram roubados os fios todos, lá da iluminação, os cabos de fio de luz. Mas o Estádio é muito bonito de Presidente Médici, ficou uma obra muito boa e agora só depende a energia elétrica para ter eventos à noite, mas é um Estádio assim de grande capacidade, muito melhor do que o de outras cidades que a gente vê no interior aí. Também fizemos uma inauguração de emenda parlamentar nossa de cinquenta mil reais no valor de um playground lá ao lado do Centro Cultural de presidente Médici. Então temos certeza que a garotada ganhou um novo local lá para se divertir e brincar, um lugar onde eles possam se envolver com muita adrenalina lá, fazer seus eventos muito bonito. Então esse espaço tem lá ao lado do centro, as crianças podem contar com vários tipos de brinquedos de alta qualidade e segurança, garantindo assim um momento de lazer e de muita alegria lá para as crianças do município de Médici. Uma obra bem-feita que a gente

quer parabenizar o Prefeito Edilson Alencar, e seu Vice lá o Zé Ribeiro e todos vereadores, Secretários pelo trabalho bem-feito, pelo acompanhamento que eles fizeram, pelo uso do dinheiro, do bem público para se fazer umas obras muito bem-feita com qualidade. Então essa é a alegria aqui, nós todos como deputados colocar dinheiro nos municípios e ver as Brás acontecendo e com muita qualidade, com muito respeito ao dinheiro público e beneficiando muito a população.

Também tivemos lá a alegria e a felicidade de estar junto com o nosso ex-deputado federal Anselmo de Jesus, que também ainda quando deputado federal, hoje ele está no IDARON, inaugurou lá, nós inauguramos lá e aí com o Programa Calha Norte, inauguramos lá o feirão do Produtor, 70 produtores rurais e suas famílias atuam na feira nas tardes de quarta e na manhã de todos os sábados, recebem oficialmente num espaço que abriga desde o último mês de setembro uma mega estrutura coberta que permitir abrigar do sol e da chuva e assim permitir a comercialização dos mais diversos produtos. Independente da situação climática o esforço para a região central da zona urbana e do município e ainda a disponibilidade com banheiro, acessibilidade, cozinha, escritório, além de um espaço para comercialização de tudo aquilo que é produzido pelo grupo ali para a comercialização. O espaço tornou-se então um amplo centro de socialização com a presença constantes das famílias inteiras que vão até a feira para realizar as suas compras e desfrutar de um momento de conversa, lazer nas barracas de gastronomia. Então a gente nota aí o nosso Dr. Anselmo de Jesus, ex-deputado que nós perdemos, nós lamentamos, Ji-Paraná, tínhamos dois deputados que era o Anselmo de Jesus e o Marcus Rogério. Mas mesmo assim Ji-Paraná será contemplada com o feirão do produtor, uma emenda de um milhão de reais do deputado Anselmo de Jesus, que fez um grande trabalho como deputado e também hoje faz um grande trabalho no IDARON. O total de investimentos que nós inauguramos no sábado lá em Presidente Médici, foi o total de novecentos e dez mil aplicados de emendas parlamentares, do deputado Airton Gurgacz, do senador Acir Gurgacz e do ex-deputado Anselmo de Jesus. Então a gente quer parabenizar essa atitude lá do Prefeito Edilson, do Vice Zé Ribeiro na qualidade da obra que ele fez lá para o nosso município. Então a gente fica feliz de poder participar desses eventos, começamos lá oito e meia as inauguramos, fomos até meio dia e meia, só inaugurando obra. São 4 obras que vem deixar o município de Presidente Médici cada vez mais bonito, mas preparado, está tendo lá também recapeamento de pistas, está tendo uma arrumação. Então, parabéns Prefeito Edilson, parabéns a toda comunidade de Presidente Médici, e é isso que nós como deputados nos nossos investimentos queremos ter para poder ajudar os nossos munícipes. Isso que eu tinha para esta tarde. Queria também comunicar o falecimento do médico Jacob de Freitas Atallah aos 82 anos de idade, no domingo, que foi Constituinte desta Casa, foi um médico muito atuante, foi candidato a Prefeito de Porto Velho, a Governador, foi prefeito de Porto Velho e candidato a Governador, e nós aqui desta Casa lamentamos muito a passagem, o falecimento do Dr. Jacob Atallah acontecido no domingo. Era isso que eu tinha para esta tarde, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao Ilustre Deputado Laerte Gomes por 05 minutos, sem aparte. Deputado Laerte, líder do Governo, com a palavra.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, Sra e Srs. Deputados, cumprimentar aqui o Vereador Lorenil e o Vereador Negão do Izaú lá de Ji-Paraná que se fazem presentes, é uma alegria tê-los aqui, em nome de vocês cumprimentar todos os amigos que aqui estão na galeria da Assembleia, aos internautas que estão nos assistindo através da TV Assembleia. Dizer, senhor Presidente, o que nos traz hoje à tribuna desta Casa é o 'Dezembro Laranja', uma ação que nós criamos através de uma lei aqui na Assembleia Legislativa onde coloca o mês de dezembro como o Dezembro Laranja que é a conscientização do câncer de pele. Nós tivemos e nós temos, senhor Presidente, o maior índice de câncer de pele por habitante do país aqui no Estado de Rondônia, hoje com números alarmantes, com números alarmantes e que nós precisamos, o poder público precisa fazer um trabalho de conscientização nas escolas, nos municípios para que nós possamos avançar e diminuir esse percentual que hoje nos assusta. Nós tivemos no município de Ji-Paraná no último sábado, uma ação do Dr. Silmar Régis Camarini e da Dra. Alessandra Dalla Martha Camarini, onde fizeram voluntariamente, senhor Presidente, um trabalho com 176 consultas realizadas na Escola Marechal Rondon, no município de Ji-Paraná gratuitamente um trabalho de consultas de pessoas que tinham algum sintoma que poderia ser o câncer de pele. Foram atendidos, senhor Presidente, 176 pessoas, 44 pacientes, Deputado Léo Moraes, dessas 176 pessoas foi detectado câncer de pele, um índice, Deputado Jean, de 25% das pessoas consultadas tinham câncer de pele. Eu estive fazendo uma visita nesse Dia do Bem, verdadeiramente do bem com o Dr. Silmar e a Dra. Alessandra fizeram em Ji-Paraná, Deputado Ribamar, e eu cheguei bem na hora que ele estava consultando uma senhora que estava com um machucado na orelha e essa senhora entendia que esse machucado na orelha dela era devido ao capacete que ela colocava e tirava, Deputado Aécio, e ficou um machucado na orelha, Deputado Ribamar, e o médico detectou o câncer de pele nela, então há necessidade, há necessidade de se fazer um trabalho de conscientização. Os números em Rondônia estão verdadeiramente alarmantes, essas 44 pessoas serão tratadas com biópsia e cirurgia completa com o custo todo da clínica do Dr. Silmar e a Dra. Alessandra, mas e aqueles que o Dr. Silmar e a Dra. Alessandra não podem atender gratuitamente? Aqueles que o Estado precisa fazer esse trabalho? Aqueles milhares de rondonienses, milhares de rondonienses que as vezes tem algum sintoma, uma mancha na pele ou uma ferida e não sabem que naquilo ali pode estar o câncer de pele que se diagnosticado cedo há o tratamento e há cura. Então, senhor Presidente, nós queríamos aqui fazer um apelo, Deputado Ezequiel, ao Governo do Estado, aos Poderes, para usar a sua estrutura no mês de dezembro fazer um trabalho de conscientização da população rondoniense, iniciando pelas escolas, conscientizar, senhor Presidente, Deputado Saulo, conscientizar da importância de usar o protetor solar nas mãos, nos braços, no rosto que você já vai evitar e muito o câncer de pele. Eu trago aqui esse relato e esse trabalho que o Dr. Silmar e a Dra. Alessandra

fazem uma vez por ano gratuitamente às pessoas do município de Ji-Paraná. Essa incidência como o próprio Dr. Silmar nos disse, uma incidência de 25% neste sábado que ele consultou ele disse, senhor Presidente, palavras dele que é um médico gabaritado, já foi professor de universidade no Estado de São Paulo, ele disse que é uma epidemia silenciosa deputado Ribamar, uma epidemia silenciosa que ninguém está vendo e que as consequências são cruéis. Então, senhor Presidente, eu queria deixar aqui, deixar aqui este apelo para que o Poder Público possa fazer um trabalho de conscientização, divulgação, esclarecimento à população do nosso Estado de Rondônia. E para concluir, senhor Presidente, destas pessoas que foram diagnosticadas, que foram consultadas e 25% diagnosticadas, 61% delas não usam, não usaram, nunca usaram protetor solar diariamente, só 39% que sim. Então senhor Presidente, ficam aqui as minhas palavras, fica aqui a nossa preocupação. Vamos encaminhar isso também ao Governo do Estado, à Secretaria de Saúde, à Secretaria de Educação, através de palestras, conscientização nós poderemos começar a mudar este quadro de epidemia silenciosa do câncer de pele que em Rondônia, o nosso Estado de Rondônia é o maior índice, talvez, o dobro do índice de média, do índice de média do Brasil. Senhor Presidente, quero deixar aqui mais uma vez os parabéns ao Dr. Silmar Régis Camarini e a Dra. Alessandra Dalla Martha por estar fazendo este trabalho social. Infelizmente, pelo que eu tenho conhecimento, só vejo isso lá em Ji-Paraná com o Dr. Silmar e a Dra. Alessandra, mas outros profissionais, principalmente Dermatologistas, poderiam estar fazendo esta ação nos municípios, tirar um dia do ano para fazer um trabalho social para aqueles que mais precisam. Senhor Presidente, era isso que eu gostaria de colocar aqui no dia de hoje.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Só registrar a presença do senhor Mariano, Secretário Municipal de Educação no Vale do Anari; Vereador Alexandre Carazai, Câmara Municipal de São Miguel; Vereador Professor Sinval, Câmara Municipal de Vale do Anari; Vitor Luiz, Prefeito do Município de Pimenteiras; Vereadora Patrícia Serrano, Câmara Municipal de Itapuã do Oeste; Vereador Uelinton Polaquinho, Câmara Municipal do Vale do Anari; Professor da Escola Estadual Capitão Cláudio. Muito obrigado pela presença; também dos alunos da Escola Capitão Cláudio; senhores Vereadores Josiel Carlos e Lorenil Gomes, Welinton Negão, Câmara Municipal de Ji-Paraná; Vereadores César Aparecido, Câmara Municipal de Theobroma; Vereador César Aparecido, Câmara Municipal de Theobroma; Vereador Ronei Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Theobroma e do Vereador Roberto Douraca, vice-Presidente da Câmara Municipal de Pimenteiras.

Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - O Deputado Maurão pediu para suspender porque tem uma reunião com os poderes. Vou conceder a palavra a Vossa Excelência vai...

O SR. LÉO MORAES – Isso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ser breve nos seus cinco minutos.

O SR. LÉO MORAES – Eu vou ser breve, mas não posso deixar de...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – E nós vamos depois suspender a sessão.

Com a palavra o ilustre Deputado Léo Moraes, por cinco minutos sem apartes.

O SR. LÉO MORAES – Obrigado. A gente agradece a paciência e o companheirismo do residente em Exercício Edson Martins, nós temos uma reunião entre os poderes na sala da presidência, mas rapidamente a gente vem justificar e agradecer ao mesmo tempo a presença maciça das pessoas da comunidade, em geral, nas fileiras e na nossa galeria. Muito obrigado. Nós temos três tempos muito importantes a serem debatidos na sessão ordinária de hoje. O primeiro é uma vitória que passa obrigatoriamente por este Plenário e pela decisão dos nobres Pares, que diz respeito a criação do Cartório de União Bandeirantes, Deputado Lazinho, Deputado Ribamar, Deputado Edson, Deputados que conhecem a realidade em geral daquele distrito, que hoje possui mais de 30 mil habitantes. União Bandeirante tem que se deslocar até Jaci-Paraná, cerca de 130 quilômetros para fazer qualquer transação, qualquer reconhecimento de firma, qualquer venda de imóvel seja ela particular, ou não. Fomos até o Tribunal de Justiça, conversamos com o Dr. Hiran Marques, Corregedor Geral; Presidente Sanção; Dr. Alexandre Miguel, Presidente da Associação dos Magistrados, Dr. Áureo foi ao encontro da Comunidade. E depois de muitas tratativas, enfim, este projeto se encontra aqui na nossa Assembleia Legislativa para ser votado, e eu peço com carinho que seja dado prioridade, que ele seja votado por primeiro na nossa Ordem do Dia, haja vista que a população precisa retornar aos seus postos de trabalho, distrito, precisam voltar à área rural, precisam celeridade nossa aqui. Então a gente registra aqui, parabeniza a Comissão de Líderes através do Paulo Roberto, a todos os líderes que aqui estão: o Tiãozinho, Josué e todos que se dispuseram de vir aqui acompanhar uma vitória inédita para o Distrito de União Bandeirantes.

Outra pauta que nós temos aqui. Precisamos conversar, ter a coragem de enfrentar diz respeito à Escola Capitão Cláudio na nossa Zona Sul. Eles têm passado por uma série de dificuldades. Eu não entro no mérito ideológico de fazer um plano A, B ou C, mas o que me preocupa é o risco desta Escola Capitão Cláudio perder as suas aulas no período da noite. Cerca de 600 alunos que serão desalojados e terão, perderão a oportunidade de conhecer o mundo sem sair do lugar, se capacitar para ter lugar no mercado de trabalho num futuro não tão distante. Se por ventura, àquela escola fechar num período da noite você pode ter certeza, Vossa Excelência, como os meus colegas, será uma oportunidade de retirada, um sonho roubado. Sairão das salas de aulas para quem sabe infelizmente, tomara e bato na madeira aqui, irão para os presídios, porque a vulnerabilidade social é muito grande, infelizmente, nós temos áreas que são muito humildes, para não dizer pobres e paupérrimas, como: Dilma Rousseff, por exemplo, o Monte Sinai ali próximo. Então, nós devemos ter a coragem de não tomar

uma medida política em detrimento de uma ação de Estado como a política pública, uma ação não pode ser feita por uma ação meramente eleitoreira, a gente tem que ter muita responsabilidade, senão a Zona Sul vai ficar desamparada, não vai ter nenhuma escola com EJA – Escola de Jovens e Adultos, somente a Escola do Ensino Médio, João Bento da Costa. Até porque a Escola Bela Vista já está fechando também, não terá mais aulas à noite. Portanto, eu peço que nós possamos daqui um tempo, suspender a nossa Sessão, chamar os líderes e alunos da escola, assim, como também, os moradores do Aparecida que estão em via de desapropriação, para discutirmos como os nossos parlamentares e logicamente através desta Casa, remediar, minimizar, atenuar os problemas que a população se sente hoje prejudicada. Portanto, essa é a nossa fala e vamos tentar e torcer que através do diálogo, através do bom senso e da coerência nós passamos avançar e respeitar a maioria. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Léo. Registrar e agradecer a presença dos alunos aqui, também da Comissão de União Bandeirantes, que já citamos aqui todos os nomes, chegou o Tiãozinho depois, também fica registrado aí e parabéns aí pela reivindicação lá para o Distrito de União Bandeirantes, uma comunidade realmente que tem contribuído muito, com o desenvolvimento da Capital, um distrito pujante que é União Bandeirantes.

Agora dentro do Expediente regimental das Breves Comunicações, vamos suspender esta Sessão por alguns minutos, estamos com uma reunião ali com os Poderes, gostaria de pedir aos Deputados que pudessem ir para os fundos para esta reunião. Então está suspensa esta Sessão por alguns minutos.

(Suspende-se esta Sessão às 16 horas 03 minutos e reabrindo às 16 horas 54 minutos)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está reaberta a Sessão. No Expediente das Breves Comunicações, na ordem de inscrição. Com a palavra o ilustre Deputado Ezequiel Junior, por 05 minutos, sem apartes.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Senhor Presidente, Senhores Deputados, público aqui presente que nos assiste através da TV Assembleia pela internet. Satisfação mais uma vez de estar nesta Tribuna para trazer em poucos minutos aqui, Presidente, trazer aqui dois assuntos de extrema importância. Primeiro, convidar você que está nos assistindo, nossos companheiros de Parlamento aqui para a nossa filiação, estarei me filiando ao Partido PRB na noite desta quinta-feira, dia 07 de dezembro, em Machadinho d'Oeste no Clube da SUCAM, e eu quero convidar aqui toda a população da região, você que nos assiste e também os companheiros Deputados aqui, os que puderem se fazer presente, presença confirmada do amigo Deputado Alex Redano; também Deputado Lindomar Garçon, que é o nosso Presidente Regional; Deputado Federal Lúcio Moschini e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Maurão de Carvalho. Será um momento muito especial, eu que até então, estou sem partido, já a pouco mais de um ano, estarei me filiando ao PRB na noite desta quinta-feira, lá no

município de Machadinho d'Oeste e eu ficarei imensamente feliz com aqueles que puderem prestigiar, participar dessa grande festa, quinta-feira, dia 07 de dezembro a partir das 19h30 no Clube da SUCAM.

Deputado Alex, depois Vossa Excelência faz uma Questão de Ordem, que nesses 05 minutos não é permitido o aparte. Outro assunto Presidente que me traz aqui, é falar um pouco, vocês estão vendo aqui no telão, imagens sobre uma parte do trabalho da Frente Parlamentar da causa Indígena criada nesta Casa de Leis aqui da qual eu sou o Presidente, tem como Vice-Presidente o Deputado Dr. Neidson, membro do Deputado Lazinho, o Deputado Anderson do Singeperon e também o Deputado Jesuíno Boabaid. Aqui as imagens começaram de traz para frente da nossa última visita, é bom começar lá do início, nós estivemos lá no município de Cacoal, semana passada, onde visitamos uma Aldeia da Etnia paiter-suruí. E o objetivo do trabalho dessa frente é exatamente ouvir o clamor, ouvir das lideranças indígenas as dificuldades que eles estão enfrentando. Pela primeira vez foi criada nesta Casa de Leis uma frente Parlamentar para ouvir os Índios e nós iniciamos esse trabalho no município de Espigão d'Oeste no dia 16 de novembro passado. Essa semana que passou nós voltamos com o trabalho de campo e fomos até o município de Cacoal, na terça-feira, onde à noite, nós tivemos uma reunião, primeiro na cidade com Lideranças da Etnia paiter-suruí e na sequência nós fomos até a uma Aldeia no dia seguinte, na quarta-feira, na Aldeia da Etnia paiter-suruí e lá nós podemos ouvir dos Índios as suas dificuldades, os seus problemas, a falta de apoio, a falta de uma Política Pública direcionada a eles. Essas imagens aqui são da Etnia Tupari lá de Alta Floresta, de Cacoal são outras, aqueles Índios que estão com cocar na cabeça. Quem está no comando aí das imagens, por favor, voltar Cacoal na sequência. Então, nós estivemos em Cacoal na terça à noite numa reunião com as Lideranças e na quarta de manhã fomos in loco lá a Aldeia da Etnia paiter-suruí. No dia seguinte fomos até o município de Alta Floresta e lá adentramos a mata 110 quilômetros de uma estrada péssima Deputado Lazinho de caminhonete, foram três horas e meia sacolejando nas estradas, não tem a mínima condição de tráfego de acesso, verdadeiros carreadores para a gente acessar a Aldeia Tupari das imagens aí, olha só a situação das estradas, isso aqui é um trecho bom, tem trecho muito pior. Então, podemos dizer que no período do inverno amazônico a Aldeia está literalmente isolada e tivemos lá durante dois dias, pudemos participar de uma reunião com as Lideranças também, foram feitas visitas em escolinhas lá também que precisam de apoio muito grande, inclusive, na chegada dos alunos à escola, porque algumas Aldeias só o acesso fluvial, e infelizmente, a voadeira que está levando os alunos não tem um piloto adulto, um piloto contratado para poder conduzir essa voadeira que está sendo feita pelos próprios alunos e, infelizmente, a qualquer momento o pior pode acontecer. Então, essa é uma das dificuldades lá da Etnia Tupari, é a primeira dificuldade, primeira prioridade levantada por eles lá foi exatamente no tocante as estradas, mas, falta apoio na saúde, falta apoio na educação, está aí mais imagens da Etnia paiter-suruí, lá no município de Cacoal, onde nós tivemos bons momentos lá com os Índios e o trabalho dessa frente é muito importante, tivemos também no município de São Francisco do Guaporé e lá

tivemos na Vila ou Aldeia de Porto Murtinho e nos encontramos lá, nos reunimos com Índios da Etnia dos Miguelenos, está aí as imagens, o Deputado Anderson conosco lá também, e lá também nós tivemos oportunidade de ouvir dos Índios as suas dificuldades. Então, esse é o trabalho da Frente Parlamentar que ainda vai até Guajará-Mirim, no início de fevereiro, o trabalho dessa Frente Parlamentar ainda vai alcançar também os Índios Uru-Eu-Wau-Wau lá do município de Campo Novo de Rondônia. Estaremos também no município de Costa Marques, ouvindo os indígenas e no final nós vamos fazer um apanhado, um documento com as principais dificuldades, as prioridades de cada Etnia, Deputado Lazinho, para que junto nós possamos cobrar de quem tem a obrigação de fazer, no caso, o Governo Federal, Governo do Estado criasse uma Política Pública direcionada aos índios. Hoje, a prioridade número um de todas as etnias é a questão da distribuição do ICMS Verde ou ICMS Ecológico. Hoje, 24 municípios do Estado de Rondônia recebem o ICMS Ecológico, exatamente pelas áreas de preservação, pelas áreas que são ocupadas pelos índios e os índios não ver um centavo sequer desse recurso. Guajará-Mirim, por exemplo, Dr. Neidson, o ano passado pelas informações que nós recebemos, recebeu mais de dez milhões de reais no ano, só de ICMS Verde, o ICMS Ecológico. O município de Alta Floresta quase novecentos mil reais; São Francisco do Guaporé, quase quatrocentos mil reais; são 24 municípios de Rondônia que têm direito e estão recebendo o ICMS Ecológico e nada, nem um centavo, nem uma fatia desse bolo está sendo dividida, distribuída com os índios que passam desde as primeiras necessidades até, realmente muita dificuldade nessas aldeias e muitas vezes pela distância. Então, o trabalho da Frente esse ano nós já encerramos, mais é uma Frente permanente, ela continua existindo até o final dessa legislatura e nos mês de fevereiro, após o recesso, nós vamos retomar o trabalho e iremos visitar in loco as aldeias de Guajará; Costa Marques e também do município de Campo Novo de Rondônia para dar sequência a esse trabalho porque eles merecem todo o apoio e nós vamos continuar nessa Frente com esse trabalho, no intuito de melhorar a vida do povo indígena que habita o Estado de Rondônia e que ajuda na preservação das florestas. Um dado interessante, lá em Alta Floresta que nós obtivemos lá, é de que vizinho a aldeias Tupari, a Aldeia Rio Branco, nós temos ainda os últimos índios isolados, os Massacos, são os últimos que ainda não têm, talvez os únicos do Brasil que não têm contato com o branco; foram mapeados uma parte deles, 70 cidadãos aproximadamente, 70 índios naquele grupo que a FUNAI conseguiu com muita dificuldade mapear e estão aí na divisa ali com a Aldeia Tupari, no município de Alta Floresta, talvez os únicos índios isolados do Brasil hoje aqui no Estado de Rondônia. Então, foi muito gratificante a ida da Frente nessa semana que passou, nós rodamos muitos, acredito que aproximadamente 1.500 KM de estrada, foi muito chão, foi muito sofrimento por contas das estradas em péssimas condições. Mas, foi muito bom, poder ter esses momentos e ouvi dos índios os seus clamores. É o que eu tinha Presidente para tarde de hoje, muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Ezequiel Junior. Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o ilustre Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, obrigado pela disponibilidade da palavra; Senhora e Senhores Deputados; cumprimentar todos os funcionários desta Casa; em nome do nosso pessoal lá de Bandeirantes cumprimentar todo o público aqui presente. Dizer da importância que é essa conquista pelo Posto do Cartório lá em União Bandeirantes, que é na realidade mais um município, então parabenizar. Mas, senhor Presidente, eu venho a esta Casa hoje para salientar a importância que é uma obra sendo executada no município de Jaru, que é a construção do Hospital Municipal lá naquele município. Eu estive a semana passada fazendo uma visita com o Prefeito Joãozinho, João Gonçalves e lá nós vimos que a iniciativa privada em parceria com o poder público e aqui da iniciativa privada, os grandes empresários rurais e coordenada pelo João Gonçalves que é um grande empresário do nosso Estado, têm realizado para construção daquele hospital. Uma obra que não se compara nem uma obra pública, ela é um hospital público, mas a execução da obra, toda ela particular, toda ela da sociedade, coordenada pelo senhor João Gonçalves. E vale salientar que o hospital está ficando um hospital regional, a estrutura é fantástica, está chegando agora, deve ter chego já uma parte de uma grande quantidade de equipamentos colocados de emenda do Deputado Lúcio e agora está breve a inauguração desse hospital. Eu quero já salientar que se faz necessário que a Comissão de Saúde desta Casa, coordenada pelo Deputado Dr. Neidson, no qual eu convido para fazer uma visita já na obra do hospital lá em Jaru, Deputado Dr. Neidson, e a gente começar a trabalhar efetivamente a regionalização da saúde naquela região. O Hospital de Jaru não atende somente Jaru, nós temos ali uma parte da população de Nova União que vai para ali; Tarilândia que é um distrito, porém, com todas as realidades, todas as peculiaridades de um grande município, Theobroma passa por ali, Colina Verde que é um Distrito de Theobroma que também depende do hospital de Jaru, que também é quase que outro município, Jorge Teixeira, aliás, Colina Verde é Distrito de Jorge Teixeira, que são praticamente quase que do mesmo tamanho a realidade, Theobroma com Distrito de Palmares, que também é outra, são quase dois municípios ali tudo isso vindo de Anari, tudo isso passa Deputado Adelino, pelo hospital de Jaru. E é claro, a saúde é onde nós esperamos que seja uma saúde de qualidade no nosso município, vai trazer outros municípios a procurar esse hospital. Então, eu venho aqui solicitar a esta Casa, a Comissão de Agricultura Deputado Luizinho, já vou dar Questão de Ordem a Vossa Excelência, para que a gente possa fazer essa visita e fazer um grande mutirão de ajudar o Governo do Estado a regionalizar Deputado Edson, a saúde no nosso município. Eu tenho certeza que Jaru, por ser um município polo com administração nova, também terá as condições em apoio ao Governo do Estado de ter lá um grande hospital e um grande atendimento à saúde da nossa população. Então, eu quero antes de encerrar. Deputado Luizinho, só uma Questão de Ordem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Parabenizar Vossa Excelência Deputado Lazinho, e principalmente parabenizar aquelas pessoas que estão ajudando, estão contribuindo para a realização desta obra importante, que é a reforma e ampliação do hospital na Cidade de Jaru. O seu pleito aqui é louvável, é por isso que eu digo que é muito importante nós termos um representante

na cidade, da cidade ou da região, porque de todas as coisas que a gente pode fazer para a região, a mais importante é a que a gente faz para a saúde, e o seu pleito aqui, ele merece o nosso total apoio. Porque, até eu entendo que quando a saúde regionalizada, nós trazemos duas coisas importantes, o socorro mais próximo e mais rápido para o paciente e segundo do paciente está mais próximo de casa, dos seus familiares, então, são duas coisas importantíssimas. E uma terceira é que, o que se gasta para fazer a saúde lá em Jaru, é o mesmo que se gasta para fazer a saúde aqui em Porto Velho, mas, com uma diferença, nós tiramos o paciente das estradas, tiramos o paciente da ambulância e deixamos num leito de hospital, aí já gera economia, porque quando vem a ambulância, vem o motorista, vem o enfermeiro e depende da situação, o médico, não é Deputado Dr. Neidson? Então, essa economia já é gerada. E eu entendo que é possível que o Estado, acate o seu pedido e nós vamos apoiar nisso, porque se o Estado ajudar Jaru, Jaru, vai fazer exatamente aquela saúde que o Estado vai ser obrigado a fazer se o Estado não ajudar para que Jaru faça lá. Então, toda economia, todo custo aliás, todo custo que os pacientes da região estão tendo, estão ocasionando para o Estado, o Estado pode fazer um levantamento de todo esse custo e passar em forma de convênio para a Prefeitura de Jaru, para que Jaru possa fazer a saúde para toda região. Então, é importante, pode contar com o meu apoio, porque esta luta, a luta do Deputado Lazinho da FETAGRO, para a cidade e região de Jaru, é a mesma luta que eu tenho para atender a minha região do Cone Sul do Estado, minha Cidade de Vilhena, e principalmente a população que precisa de atendimento de saúde pública, parabéns Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado Deputado Luizinho. Só para concluir senhor Presidente. Eu quero aqui então agradecer a todos os produtores rurais, por exemplo, que contribuíram com aquela obra, agradecer ao senhor João Gonçalves, que é o maior empresário hoje no Estado de Rondônia, por investir e ajudar também junto com toda a sociedade na construção daquele hospital. E parabenizar e agradecer ao Prefeito Municipal junto com toda sua equipe que está desenvolvendo, está fazendo essa grande obra para nossa região. E por último, dizer que a sociedade que é o público, a população daquela região só tem agradecer Deputado Neidson, qualquer iniciativa nossa. Então, voltando do recesso agora Deputado, eu quero pedir para que a Comissão de Saúde possa fazer essa visita. Eu quero acompanhar, claro, toda a Comissão de Saúde, e junto com o Prefeito Municipal, a gente já deixar logo num dos primeiros atos do ano legislativo do próximo, de 2018, a gente fazer essa visita para começar a gestão o mais rápido possível para a regionalização da saúde naquela região, naquele município nosso que é muito importante para o Estado. Obrigado senhor Presidente, era isso que eu tinha para esse momento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Lazinho, parabéns por trazer discussão de um tema tão importante. Registrar a presença do Aparecido de Souza, Presidente da Associação dos Moradores do bairro Aparecida, também registrar a presença do senhor Esteban Vera, Secretário Municipal da Câmara Municipal de Vilhena. Registrar a pre-

sença do Vereador Cosmo Novaes, Câmara Municipal de Espigão d'Oeste; Vereador Devair da Silva, Câmara Municipal de Espigão d'Oeste; Vereador Genésio Mateus, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Espigão d'Oeste; Prefeito Marcão de Alto Alegre dos Parecis; também do Francisco Souza, Presidente da Associação do bairro São Francisco, senhor Walter Lara, Vice-Prefeito de Espigão d'Oeste e Nilton Caetano, Prefeito de Espigão d'Oeste, muito obrigado pela presença.

Ainda nas Breves Comunicações eu concedo a palavra ao deputado Jean Oliveira, por cinco minutos, sem apartes. Deputado Jean não está no plenário, próximo orador inscrito é o ilustre deputado Adelino Follador, com a palavra por cinco minutos, sem apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal aqui presente para nós é um prazer, imprensa. Dizer que para nós hoje viemos a essa tribuna aproveitando a vinda do deputado Lazinho, com certeza parabenizando pelo pedido de regionalizar a saúde da região, estadualizar, o Estado tem que contribuir mais com a saúde dos municípios. Sabemos que os Estados também encontram em dificuldades, mas com certeza hoje precisa um apoio maior do Estado que fazer saúde é muito difícil. Parabenizar também o seu João Gonçalves pela iniciativa para poder fazer esse hospital. Mas hoje eu venho a essa tribuna principalmente para falar mais uma vez sobre um assunto que há uma preocupação muito grande sobre continua, assim houve uma reunião lá no Ministério Público sobre a questão do CIPERON que é daquela operação que houve do MAPE onde se constatou de que existe praticamente fala-se de mil e trezentos, mas fala até dois mil alunos e hoje conversando com pessoas que estão com seis anos já com concurso público trabalhando, agora chega a notícia dizendo o diploma dele é falso. Então eu acho que tem que apurar, tem que responsabilizar as pessoas, deputado Dr. Neidson eu acho, inclusive Guajará tem gente, 14 campos no Estado de Rondônia, principalmente Nova Mamoré, onde muitas pessoas estão entrando em contato comigo. O Prefeito hoje me ligou está muito preocupado com mais de 50 professores concursados e hoje recebem a notícia, deputado Edson Martins que o diploma deles não vale, é falso. E essas pessoas são vítimas e nós não podemos fazer de conta que a gente não está ouvindo isso, nós pensamos em fazer, nós já tínhamos marcado inclusive pedido para fazer uma Audiência Pública, mas como o MEC já, o Ministério Público já tinha se adiantado e veio e eu tive na reunião lá no Ministério Público, com o Ministério Estadual, Ministério Público Federal, Prefeito de Nova Mamoré, representantes dos alunos e também o MEC, o MEC esteve presente e prometeu, o Ministério Público prometeu agilizar que muita coisa ainda está em sigilo, ele não fala, ele não pode falar por que estão investigando. Mas os alunos estão numa aflição, o Prefeito também está numa aflição não só de Guajará e outros Prefeitos, que já tem pessoas concursadas que não sabe se vão demitir, se deixa ou o que faz. Mas é uma preocupação muito grande. Quero deixar aqui a nossa preocupação, o Ministério Público prometeu que vai se empenhar para dá um resultado mais rápido possível, deputado Edson, mas o pessoal está numa ansiedade muito grande. E a preocupação pelo que nós vimos lá e existe algumas pessoas na imprensa que já estão dizendo que tem solução, isso é muito preocupante, cria

uma expectativa. Então nós estamos nos colocando à disposição, de imediato nós acionamos a bancada federal para tentar marcar em Brasília com o MEC, mas o MEC já esteve na reunião aqui no Ministério Público junto conosco e deixou muito claro que ele não tem muito para fazer. Mas precisa que seja investigado, precisa que tenha levante para que os dados, que o Ministério Público passe para eles também todas as investigações como eram dadas as aulas, qual a grade curricular, tudo que puder levantar para que ele se posicione. Mas com certeza é uma preocupação muito grande. Então nós prometemos aqueles alunos que a gente não deixaria em esquecimento esse assunto e esperamos então e não adianta fazer uma Audiência Pública aqui por que nós não temos a nossa competência perante o MEC, é muito, e eu não gosto de fazer política em cima de uma situação dessa, deputado Dr. Neidson, então o que a gente tem que fazer? É nos colocar à disposição como nós estivemos lá e defendemos, estivemos lá em Cujubim onde 34 alunos já tinham marcado até a formatura, já tinha a formatura paga para fazer e agora chega essa notícia. Então a nossa preocupação é muito grande, quero deixar ainda essa mensagem, esperamos então ao meu ver que antes de correremos atrás primeiro nós teríamos que saber, que o Ministério Público traga as informações para que a gente consiga...

O SR. EDSON MARTINS – Questão de ordem, Deputado Adelino. Deputado Adelino só para de repente contribuir com o discurso de V.Ex^a que realmente é muito pertinente e preocupante para nós, que nós temos mais outras também instituições, não é nem só a CIPERON que está ministrando esses cursos livres no Estado que também é a mesma preocupação, ela está intermediando entre a instituição de ensino e o aluno, mas na verdade esses alunos não tem uma matrícula lá na instituição de ensino e aí fica esse curso sem condição de ser reconhecido depois. Então nós temos a CIPERON, temos outras também instituições no Estado ministrando esses cursos, oferecendo esses cursos livres, são vários os cursos, e eu acho que realmente V.Ex^a tem razão essa preocupação, até seria um trabalho aí também para a Comissão de Educação desta Casa para que pudesse trazer para ouvir essas pessoas, os mediadores desses cursos que realmente são cursos que não estão tendo condições de serem reconhecidos no final, na conclusão do curso. Parabéns.

O SR. ADELINO FOLLADOR – A sugestão sua a gente pode discutir na Comissão de Educação, mas também o Conselho Estadual de Educação estava presente também, nós fizemos a cobrança que o Conselho de Educação também tem que ficar mais atento para ver os cursos que tem no Estado de Rondônia, então eu acho que houve com certeza uma omissão do Estado, quando eu falo Estado é num todo para que isso acontecesse tantos anos e pessoas que estão lá, inclusive tem técnicos de enfermagem a nível superior, tem ensino médio e principalmente professores que na área rural estão numa situação muito difícil. Então nós queremos deixar essa preocupação, como já discutimos na Comissão de Educação esses dias, amanhã tem a reunião da Comissão de Educação nós podemos levantar ainda esse assunto por sugestão, então, do Deputado Edson.

Eu queria em rápidas palavras, senhor Presidente, também frisar aqui que eu estou com ofício do DNIT, do Cláudio André de Nunes, onde ele fala que a empresa que ele pegou para fazer o tapa buracos lá em Monte Negro, da 421 de Ariqueles a Campo Novo depois de Monte Negro, dizendo que está acionando na Justiça a empresa, mas não adianta acionar a empresa na Justiça e deixar ela participar de outras licitações, então nós precisamos que essas empresas que deixam lá do jeito que está a 421, tem um contrato em vigência, não continue pegando licitação no Estado de Rondônia ou no Brasil, o DNIT tem que tomar providências e eliminar essas más empresas que enrolam, que pegam a obra e não fazem o serviço bem feito. Hoje praticamente tem trecho intransitável, principalmente ali em frente a Monte Negro, depois de Monte Negro tem uns trechos que é só buraco e tem uma empresa que fala que está lá para tapar buraco, então eu estou aqui com ofício do DNIT dizendo que acionou a empresa juridicamente, mas eu vejo essas empresas participando de licitação, se você acionou ele não cumpriu a exigência tem que eliminar da próxima licitação que só assim nós podemos eliminar essas empresas que não fazem o que assumem o compromisso e receberam, pior que receberam, tem que também ver quem é que mediu esse serviço, quais engenheiros que assinaram para eles receber porque isso é muito grave e por isso que hoje tem aí a 364, a 429 falando aí em 700 milhões de desvio e só vê esses números e nós continuamos com os buracos, então tem que ser eliminada não só ficar anunciando esses escândalos e não tomando providências. Então quero deixar aqui essa mensagem hoje e rapidinho também dizer que hoje acabei de receber mais um ofício do Ministério Público Federal dizendo todas as pendências que a empresa Santo Antônio Energia ainda tem perante o Ministério Público, eles falando que já teriam cumprido mais de 95% das exigências e estão aqui todas as exigências, e hoje sabendo disso o próprio Ministério Público já mandou aqui nesta Casa para desmentir o que está sendo falando que eles cumpriram os 95% das exigências. Então o Prefeito hoje me chamou também para conversar sobre isso e nós exigimos, se for para sentar tem que sentar Ministério Público Federal, Estadual, Assembleia, Governo, Prefeitura para ver o que tem Jaci-Paraná está num desespero. Eu fui lá, fiz uma reunião com eles e eles estão desesperados, as casas estão todas desmoronando, as fossas estão todas desmoronadas, aquele pessoal que está ali no meio da capoeira, que eles indenizaram algumas datas deixaram a capoeira os bichos estão entrando nas casas, então o povo está desesperado lá em Jaci-Paraná. Então nós temos aqui nesta Casa, eu coloquei a posição desta Casa que jamais votaríamos se não fossem cumpridas essas exigências que nós colocamos naquele projeto que foi sobrestado lá na Comissão de redação e Justiça. Hoje estiveram algumas pessoas conversando com o Deputado Maurão sobre isso e eu já passei para o Deputado Maurão esta advertência do Ministério Público sobre o não cumprimento da pactuação que ele já tinha assumido. E além de não assumir a próxima pactuação não assumiram a anterior. Então eu quero só comunicar ao Plenário para que todos tenham conhecimento e depois eu posso tirar uma cópia e distribuir porque eu acho que é muito importante que o pessoal tenha conhecimento. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Com relação ao caso da CIPERON e de outras instituições. São instituições de EAD, Ensino a Distância. Esta situação nos preocupa também, a situação que muitas pessoas dizem que podem ser utilizadas a grade curricular destas instituições para serem aproveitadas em outras. Já estivemos com a parte jurídica também envolvida, e é pura mentira. Nós vemos aí que se não tem o cadastro no MEC, a liberação, a instituição não tem liberdade para poder colocar uma grade curricular ser utilizada em outra instituição de ensino superior. E temos uma missão aí também do Ministério da Educação e Cultura do MEC. Devido ao que? Para que estas pessoas que se formam, vamos dizer em Técnico de Enfermagem, em Educação, elas têm que fazer o seu registro no Conselho correspondente. Nós temos em Medicina um Conselho regional de Medicina, de Enfermagem o Conselho Regional de Enfermagem. Para ter esta liberação do COREN que é o Conselho, tem que ser registrado pelo MEC este certificado. Ou tem alguém do MEC envolvido falsificando estes carimbos, estas liberações nestes certificados. Ou seja, não é só a instituição que deve estar envolvida enganando várias pessoas, vários pais de famílias, mães de famílias e que estão nesta situação aí calamitosa e desesperadora. Hoje que nós vemos aí várias pessoas reclamando, correndo atrás. Mas o Ministério Público já está já lançou uma ação civil pública contra esta instituição. Já penhorou os seus bens para poder dar um ressarcimento a estas pessoas. Mas não é o ressarcimento que vai fazer com que estas pessoas melhorem as suas estimas. Perderam tempo de estudo. Alguns estudaram em quatro, cinco anos. Perderam dinheiro, e hoje alguns vão perder até os seus empregos, devidos que não é reconhecido pelo MEC. E o MEC mesmo disse que não ser reconhecido não tem como usar a grade curricular em outras instituições. Mas amanhã estaremos em Brasília e vamos também passar no MEC aí, para ver realmente esta situação. Ok? Obrigado, Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só para esclarecer, Presidente. O MEC esteve presente aí e falou que várias vezes foi feita denúncia, inclusive o Ministério Público, mas houve ameaças dos advogados da empresa e hoje quem recebe o recurso é um, quem prestou serviço é outro, e quem vendeu o diploma é outro. Então nesta reunião ficou certo que vai responsabilizar também as faculdades que deram os diplomas, então acho que vai ser muito importante. Eu acho que vai ser muito importante. E é bom esclarecer que o Ministério Público deixou bem claro, tanto quanto o estadual quanto o federal, que não precisa cada um entrar com uma ação, não. Eles vão entrar com uma ação coletiva entre todos. Mas com certeza se o senhor for à Brasília, mas o pessoal do MEC esteve aí na reunião, deram toda a atenção, mas é preocupante esta situação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino. Ainda nas Breves Comunicações com a palavra o ilustre Deputado Alex Redano, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente; nobres companheiros; público presente; agradecer a presença dos nossos amigos Vereadores dos municípios aqui presentes; em especial o vereador Eronildo de Ariquemes, seja muito bem-vindo. Eu gostaria de dar as boas-vindas ao nosso Partido PRB ao Deputado Ezequiel Junior. Falar deputado que Vossa presença no Partido vem engrandecer o nosso do Partido. Principalmente na qualidade do seu trabalho como parlamentar. Estamos todos muito honrados e muito orgulhosos de ter Vossa Excelência no Partido. E eu como deputado estadual fico lisonjeado e honrado também de ter Vossa Excelência como companheiro nesta Casa de Leis, e agora como companheiro no Partido PRB. Estaremos juntos com Vossa Excelência na grande festa em Machadinho do Oeste nesta quinta-feira. Então deputado seja muito bem-vindo ao Partido.

Senhores deputados gostaria de comentar um assunto aqui que foi pauta de uma indicação legislativa na semana passada e deu uma repercussão positiva. Inclusive eu venho aqui pedir o apoio para que venha este projeto a esta Casa de Leis. Já tive a oportunidade de até dar uma entrevista junto com o Deputado Jesuíno na semana passada que é uma indicação legislativa no que tange a gente copiar no programa que já existe na cidade de Uberlândia em Minas Gerais, implantarmos no sistema penal aqui em Rondônia. Não é uma mudança da LEP que nós não temos competência para isso, mas é um programa onde o próprio apenado pode entrar neste programa. Como é que funciona? Ele vai ter o principal ponto positivo do apenado é poder sair do fechado, ir trabalhar, que para eles já é uma grande vantagem. Outro ponto é que a LEP fala a cada 03 dias trabalhados um dia é descontado da pena. Mas esse programa, nós gostaríamos de acrescentar alguns itens: que seja 50% do ganho seja para ele e para a família, os outros 50% dividido em 25% para indenizar a própria vítima, quem é mais prejudicado com isso é a vítima, nós sabemos que têm alguns crimes que não existem indenizações que vão acabar com o sofrimento, principalmente do que tange a morte, mas, é mais do que justo que esse ganho pelo menos 25% do total fique para indenizar a vítima e os outros 25% aplicado num fundo penitenciário que será usado para a própria despesa do preso. Então, nós vamos construir, eu pretendo fazer uma Audiência Pública com as autoridades estaduais, já estive em conversa com o Secretário de Justiça, Marcos Rocha, ele achou louvável a ideia, gostou da ideia e nós precisamos incorporar essa ideia com o apoio dos demais Deputados Estaduais. Então fica aqui o convite, está aí o pedido; juntos elaborarmos através do Executivo, um Projeto de Lei que vem de encontro com o que a sociedade pede. Eu fiz uma postagem nas redes sociais do Facebook, dei algumas entrevistas também e, a grande maioria, mais de 90% dos comentários foram comentários positivos, elogiando essa iniciativa. Então, eu creio que nós Deputados unidos podemos sim fazer a diferença, no que tange ao sistema carcerário no Estado de Rondônia. Meu muito obrigado aos demais Deputados.

O SR. SÓ NA BENÇA – Questão de Ordem, senhor Presidente. Eu quero apenas lhe parabenizar pela sua fala, seu discurso muito importante e, que nós possamos Deputado Alex, nós da Assembleia Legislativa continuar fazendo esses trabalhos unidos em prol da nossa população do nosso Estado de Rondônia. Muito obrigado por suas palavras.

O SR. ALEX REDANO – Muito obrigado, agradeço o apoio do Deputado Só na Bença, obrigado a todos pela atenção.

O SR. SÓ NA BENÇA – Senhor Presidente, eu quero aproveitar, quero cumprimentar o Mariano de Cacoal... Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrado as Breves Comunicações. Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao senhor Elson Ferreira de Souza, popularmente conhecido como Elsinho, jogador de futebol profissional do KAWASAKI FRONTEAL, pelos relevantes serviços prestados ao esporte do Estado de Rondônia.

– REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer à Mesa Diretora Convocação para o dia 06/12/2017, às 10:30 horas, no Plenário desta Casa de Leis, das autoridades discriminadas, para discutir o Projeto de Lei nº 768/2017, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2018”.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Altera alínea “f”, inciso I, do artigo 27, da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, para alterar a alíquota de ICMS incidente sobre a energia elétrica.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Declara de utilidade pública a Associação dos Ferroviários da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – ASFEMM, com sede no Município de Porto Velho/RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer à Mesa Diretora, que seja solicitada a SEGEPE – Secretaria Estadual de Gestão de Pessoas, um relatório detalhado sobre quantos processos de solicitação de aposentadoria, ainda estão aguardando deferimento.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE – Requer à Mesa Diretora, que seja oficiado ao senhor Anselmo de Jesus Abreu, Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, requerendo informações acerca de todos os servidores que tem cargo em Comissão e/ou gratificada nos quadros da IDARON com sua respectiva lotação.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora alteração da Audiência Pública do dia 14 de dezembro para o dia 11 de dezembro às 09:00 horas, no Plenário desta Casa, para debater sobre a Fonoaudiologia no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer “Voto de Pesar” aos familiares do Médico Jacob de Freitas Atallah, faleceu dia 03 de dezembro de 2017, na capital do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Louvor, para Alunas do Colégio Tiradentes de Jaci-Paraná que conquistaram o 2º lugar na XIV Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Requer Voto de Louvor a Loja Maçônica "Luz e Perseverança Nº 2461, Porto Velho/RO".

Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Questão de Ordem Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só quero, primeiro, dizer para todos os servidores, até porque já espalhou a fofoca, até porque já espalhou a fofoca Presidente. O ano passado, desde... Presidente eu preciso de uns dois minutos está bom? Em 2012 parece, a gente criou, a Assembleia, nós aqui, os Deputados aqui, nós demos um auxílio natalino para os servidores da Assembleia de R\$ 1.000 na época, no ano seguinte a gente queria dá o Tribunal de Contas entendeu que esse abono fazia parte do índice e que a Assembleia como já estava no limite máximo não podia dar esse abono. De 2014 para cá o Ministério Público passou a conceder um auxílio natalino de R\$ 1.000 para todos os servidores, do quadro efetivo e para os comissionados. O ano passado quando veio o Projeto do Ministério Público para cá eu fiz, a pedido, dos trabalhadores desta Casa tanto Estatutários como de todos os gabinetes dos Deputados e outros comissionados que trabalham aqui na estrutura da Casa reivindicaram, pediram para que a Assembleia também desse o auxílio natalino de R\$ 1.000 e eu falei aqui na Tribuna e o Presidente falou, na época, que a Assembleia, realmente, estava o ano passado estava com problema de índice também no final do ano e que este ano se tivesse tudo ok ele garantia, está aqui à fala do Deputado Maurão, está escrito aqui, ele garantindo. Eu já tinha falado isso com ele, eu falei com ele e todos os Deputados aqui atrás e o Deputado Maurão falou o seguinte: ele vai fazer as contas, já mandou o pessoal do Financeiro fazer as contas e que amanhã, amanhã na sessão de amanhã a gente define isso. Eu tenho certeza que vai dá certo, que tem ficado, esse índice não vai atrapalhar esse ano e se Deus quiser amanhã cedo o Presidente deve apresentar através da Mesa Diretora esse auxílio natalino para todos os servidores da Casa, Estatutários e Comissionados.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Hermínio, sempre com o seu coração grande, generoso, com os servidores desta Casa. Parabéns.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO - Deputado Edson, eu vou dá uma levantada no Orçamento e o pessoal me pedindo esse abono e eu vou dá uma trabalhada no Orçamento de hoje para amanhã para amanhã poder dar uma resposta, Deputado Hermínio fez o pedido e já outros Deputados, mas, servidores também acostumaram até ter um abono aí, faz tempo que nós não damos esse abono, se tiver a possibilidade dentro do Orçamento, eu não posso falar agora porque não tem números nas mãos, amanhã eu vou olhar e aí dou uma resposta se tem como a gente aprovar na última Sessão, se tiver que aprovar tem que ser quanto antes porque o 13º...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sr. Presidente Maurão, sabemos da responsabilidade do Presidente Maurão como Presidente e Ordenador da despesa, mas, eu tenho certeza, o Deputado Maurão, se houver a possibilidade vai atender esse pleito.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Requer Voto de Louvor a Loja Maçônica "Luz e Perseverança Nº 2461, Porto Velho/RO".

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento do Ilustre Deputado Jean Oliveira. Em discussão Única. Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor, para Alunas do Colégio Tiradentes de Jaci-Paraná que conquistaram o 2º lugar na XIV Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento de Voto de Louvor do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer "Voto de Pesar" aos familiares do Médico Jacob de Freitas Atallah, faleceu dia 03 de dezembro de 2017, na capital do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento de Voto de Louvor do Ilustre Deputado Léo Moraes. Em discussão o Requerimento. Voto de Pesar pelo falecimento do médico, Dr. Jacob Freitas Atallah, ex-deputado nesta Casa. Em discussão o requerimento. Desculpa Deputado Léo Moraes, é Voto de Pesar pelo falecimento...

O SR. LÉO MORAES – Isso, rapidamente, é uma Nota de Pesar, pelo falecimento, pela passagem, era maçom, desencarnou também, era da orientação do Dr. Jacob Atallah, uma reserva moral, uma reserva da história de Rondônia, homem íntegro, culto, reto em suas ações e que certamente deixou um legado inestimável para todo mundo que participa da vida pública e que deve tê-lo como um exemplo de homem, de pai de família e de sujeito espiritualizado e também temente a Deus. Deputado, Prefeito, Secretário de Saúde, Secretário de outras pastas, a gente aqui se compadece e manda uma mensagem externa, muitos sentimentos e muita força para família do Dr. Jacob Atallah. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns Deputado Léo Moraes por reconhecimento. Fica aqui registrado o sentimento de todos os deputados, membros desta Casa pelo falecimento do saudoso Jacob Atallah, médico, pessoa que têm realmente uma história a esse Estado. Também para discutir o ilustre Deputado Presidente desta Casa, Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eu não poderia deixar Deputados, de fazer esse registro também, pela perda que nós tivemos de um grande homem que é o ex-deputado Jacob Atallah. Ele que foi Deputado Constituinte aqui nesta Casa, no Poder Legislativo do Estado de Rondônia e foi Prefeito, foi Secretário de Saúde, médico, um médico querido, um médico dedicado, uma pessoa íntegra, foi candidato a Governador de Rondônia, quase que na época, tivesse mais uma semana de campanha ele teria sido Governador, na época disputando com o Jerônimo Santana. Eu ainda menino, não votava ainda, mas ouvi, tive a oportunidade de participar de um comício dele e vi o discurso dele e fiquei bastante convencido e torcendo para que ele fosse Governador na época. Mas, não chegou a ser Governador, mas fez uma votação expressiva e depois disso assumiu vários cargos nesse Estado, uma pessoa que merece o respeito, o nosso carinho. Portanto, quero deixar aqui os meus pêsames à família. Ontem no finalzinho, na despedida dele eu tive a oportunidade de visitá-lo, para despedi, eu dei uma palavra em nome da Assembleia Legislativa e pude ver os amigos, a família, as pessoas, o quanto ele era querido e quanto ele deixou um legado marcado no nosso Estado. E como eu disse ontem, o que nós deixamos, é o que nós fazemos, é o legado que a gente deixa e ele deixou uma marca no Estado de Rondônia, principalmente nesse Poder Legislativo e a gente não poderia deixar de fazer esse registro nesse dia, hoje apesar que normalmente a gente às vezes lembra das pessoas depois que ele parte, depois que ele se vai. Mas, não poderia deixar de fazer esse reconhecimento da nossa parte aqui do Poder Legislativo, pelo serviço que ele prestou por esse Estado, Dr. Jacob Atallah.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem. Eu queria também dizer que nós fizemos campanhas juntos 82 e foi uma pessoa muito respeitada, quase ganhou a eleição, surpreendeu, uma pessoa que tinha chance quase remota, a chance era e lá no final pelo nome que ele tinha, pelo respeito que ele tinha quase surpreendeu e ganhou de muitos caciques aqui em Rondônia. Então, Jacob Atallah, foi uma pessoa que nós acompanhamos, estou aqui desde 77 em Rondônia, Ariquemes e nós participamos da política desde 82 e a gente teve oportunidade de conhecer pessoalmente, de participar diretamente, com certeza é uma pessoa que deixou um legado muito a Rondônia. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento de Voto de Pesar do ilustre Deputado Léo Moraes. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Quero registrar a presença da Vereadora Lirvani Storch, nossa amiga lá do município de Espigão D'Oeste. Os demais vereadores de Espigão já haviam sido nominados. Mas regis-

tramos aí a presença da Vereadora Lirvani. Muito obrigado aí. E agradecer a todos os presentes a comissão de União Bandeirantes, todos os presentes, a pessoa do Paulo, do Viana, muito obrigado aí por estar acompanhando os trabalhos nesta Casa. Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Eu quero agradecer também aqui a presença da Marli Mendonça, nossa Diretora Geral do PDT do Estado de Rondônia, obrigado Marli, por estar nos acompanhando.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora a Alteração da Audiência Pública do dia 14 de dezembro para o dia 11 de dezembro, às 09h00min, no Plenário desta Casa, para debater sobre a Fonoaudiologia no Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento do ilustre Deputado Léo Moraes. Em discussão o Requerimento, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer à Mesa Diretora, que Convocação para o dia 06/12/2017, às 10h30min, no Plenário desta Casa de Leis, das autoridades discriminadas, para discutir o Projeto de Lei nº 768/2017, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2018”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 826/17 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA OFÍCIO Nº 052/17. Dispõe sobre a criação do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de União Bandeirantes/RO, Município e Comarca de Porto Velho/RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Só gostaria de pedir, nós temos poucos Projetos para serem votados, mas tem votação nominal, os Deputados que estiverem nos gabinetes, por favor, na galeria da Casa, que possam vir ao Plenário, para que nós possamos proceder assim à votação das matérias.

O Projeto de Lei 826/17. Projeto está sem Parecer. Deputado Léo Moraes, para emitir Parecer pelas Comissões Perinentes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, esse é o Projeto de Lei nº 826/17 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Que dispõe sobre a criação do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de União Bandeirantes, município e Comarca de Porto Velho.

Pela necessidade, pela utilidade, pela grandeza, a gente aproveita parabeniza o Tribunal de Justiça e pelas Comissões Pertinentes, nós somos favoráveis ao referido Projeto, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do ilustre Deputado Léo Moraes. Em votação o Parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 826/17 que cria o Cartório de Registro Civil no Distrito de União Bandeirante. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 820/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 266. Dispõe sobre o Programa de Modernização e Governança das Fazendas Municipais do Estado de Rondônia e do Desenvolvimento Econômico-Sustentável dos Municípios, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Edson, Presidente. Só queria aqui agradecer a todos os Deputados pela votação do Cartório, do Projeto que é um Projeto criando o Cartório de Bandeirante, é um Projeto que estava na Casa. Hoje pela manhã, nós recebemos uma comissão de Bandeirantes, pedindo, e eu disse que esse Projeto já tramitava na Casa, que o Deputado Léo, vinha acompanhando deste o início do nascimento do Projeto. Quando eu estive a última vez em Bandeirantes, o Deputado Léo, estava lá em Bandeirantes com o Juiz, ele tinha ido olhar a localidade, pegou o Juiz colocou no seu carro, foi daqui lá, olhou todo o local onde é mais apropriado para a instalação desse cartório. E com isso, ajustou e o Projeto hoje veio para Casa, e agora já aprovado em primeira votação. E aproveitando aqui a oportunidade, que os representantes hoje de Associações, representantes de Igrejas Evangélicas, o representante, o Padre representando a Igreja Católica. Nós estávamos hoje ali com as lideranças que estavam acompanhando o Deputado Edson Martins, que também era outros Projetos que estão reivindicando para Jaci-Paraná, Bandeirantes, não é? E Jaci, que é um Projeto que nós vamos discutir daqui a pouco a questão do Projeto que está hoje aqui na Casa, que é o Projeto da alteração das turbinas da usina, que está sendo discutido aqui nesta Casa, alguns dias já. Depois, eu vou voltar a discutir esse Projeto numa reunião interna aqui para que a gente possa nesse Projeto compensarmos, se chegarmos a um acordo alguns recursos de compensações atendendo o distrito de Bandeirantes que também Jaci-Paraná serão os dois Distritos contemplados com as compensações que estamos programando a discutir na proposta já com uma contraproposta nossa para atendermos o pedido da comunidade desses dois distritos. Hoje discutimos uma pauta com as lideranças do Bandeirantes que é em torno de seis quilômetros de asfalto novos em bandeirantes, mais quatro quilômetros de recapeamento de asfalto que daria 10 quilômetros e mais o projeto básico precisa ser feito o projeto do asfalto da 101 que

interliga da BR 364, deputado Léo, até bandeirantes que dá em torno de 60 quilômetros. Eu já aproveitei pedi para que visse quanto custava o projeto, custa em torno de dois milhões e duzentos a dois milhões e meio e nós estamos pedindo neste projeto de compensação também mais dois milhões e meio para que seja feito um projeto de Nova Mamoré a Nova Dimensão, deputado Edson que aí atenderia os dois Distritos, um sendo de Nova Mamoré outro do município de Porto Velho, que é Bandeirantes. E atendendo também Jaci-Paraná deputado Adelino que tem tido o cuidado, tem sido muito cauteloso com esse projeto na Casa que está sob a sua comissão, ele esteve lá em Bandeirantes vendo a situação, Jaci só fazendo a correção, em Jaci a semana passada e as reivindicações são bastantes, e se nós formos ver tudo nós nem votamos por que o desespero das famílias é muito grande em Jaci-Paraná. Mas já está aí a proposta encaminhada pelo Grupo das Usinas, que é uma compensação para pelo menos amenizarmos aí um pouco desse prejuízo e depois nós vamos estar sentando deputado Luizinho, daqui a pouco para que a gente chegue num consenso e poderemos votar esse projeto que hoje, eles alegam o prejuízo que eles estão tomando de um milhão por dia, o projeto está aqui sem que aprove a autorização dessas 6 turbinas. Além disso, o município de Porto Velho está perdendo setecentos mil reais por mês, e o Estado de Rondônia também perdendo setecentos mil reais por mês que aí é os outros municípios acabam perdendo também. E a proposta nossa é que esse acordo seja feito com a presença do Ministério Público Estadual, o Ministério público Federal e do Prefeito aqui de Porto Velho, e também com o apoio dos Prefeitos dos 51 municípios que tiveram a perda com a vinda das Usinas para cá, que o ICMS dos 51 municípios acabou tendo uma perda e vindo para o município de Porto Velho como foi contabilizado. Então nós precisamos que o acordo seja feito com o consenso entre as Prefeituras, entre o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual e a Assembleia, chegar num consenso para que a gente possa votar esse projeto. E amenizarmos o pouco dos prejuízos deputado Ribamar que hoje pela manhã nós já discutimos isso e o vereador Bengala, a preocupação do Ribamar, do vereador Bengala com aquelas famílias, principalmente o vereador que mora lá deputado Léo, lá em Jaci-Paraná que é cobrado todos os dias essa situação para ser regulamentada. E com isso o projeto está nas nossas mãos, eles querem que aprove, nós já temos um período, eu penso que é um dos projetos que mais demorou nesta Casa para que a gente chegasse num consenso e realmente pudesse fazer alguma coisa por aquelas famílias. E com isso nós podemos atender Bandeirantes, com esse projeto que hoje eles tiveram a oportunidade de fazer este encaminhamento oficializado na Presidência, e eu levo essa proposta aos colegas deputados daqui a pouco para que a gente chegue num acordo, deputado Jean que é da Comissão do Meio Ambiente, para que a gente possa realmente.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Quando Presidente? Hoje?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – É discutir ainda hoje...

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Presidente fala uma coisa aqui. Questão de Ordem? Presidente vou falar uma coisa para Vos-

sa Excelência, respeito muito a sua pessoa, todos os Parlamentares nessa Casa, o projeto desse que tem 95% que foi informado agorinha pelo deputado Adelino Follador, informação do Ministério Público que não fez as devidas compensações, que não fez o plano de mitigação, querer passar um projeto desse aqui? Eu vou chamar é agora todo mundo para dentro dessa Casa, isso é uma afronta ao município de Porto Velho, isso é uma afronta aos Parlamentares que aqui se encontram. Esse projeto não tem condições de passar aqui ainda, não tem condições mínimas de ser aprovado, inclusive já era proposta de muito tempo de ter uma CPI nessas usinas com a forma que foi conduzida. Cacoal recepcionado, todas as compensações foram levadas para o município de Cacoal, e por que quê Porto Velho foi esquecida? Cerca de cinco mil pessoas foram afetadas com essa situação dessas usinas, malditas usinas. Não tem acordo Presidente, enquanto não houver, não houver a devida chancela, informações pertinentes com aval do Ministério Público que tem ações ingressando pode parar essas usinas, pode mandar, eu não quero nem saber, o problema é deles, problema deles, eles não têm que vim falar que estão fazendo acordo, que vai fazer asfalto. Olha só, e não é só distrito de União Bandeirantes, de Jaci-Paraná que está afetado não, são várias pessoas que estão afetadas, são várias pessoas que estão praticamente vidas destruídas e a gente aqui novamente aprovando projeto de lei para compensar área para usina, já estão falando até com o Deputado Lazinho, o Deputado Lazinho já falou também que tem mecanismo para a gente parar isso, eles tem que vir aqui e discutir com a gente, fazer o termo de acordo em cima de lei, aprovar, mostrar quais foram as compensações que foram feitas, quais foram as ações, mas pautar isso aqui hoje ainda? Isso é mais do que inaceitável.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só para esclarecer aqui o documento que eu recebi hoje do Ministério Público onde ele grifou bem claro aqui, **'Inclusive, a posição deste Ministério Público Federal é no sentido que o IBAMA não autorize aumento da cota, ainda mais não havendo segurança técnica para tanto, sem o cumprimento pela usina de diversos dispositivos ambientais, sociais, licenciamento ambiental, principalmente aqueles, mas não só, que já se encontram judicializados'**. Então esse projeto está sobrestado e nós na Comissão de Constituição e Justiça fizemos um acordo que se não cumprissem eu acho que é uma responsabilidade muito grande a gente analisar esse projeto nessas condições. Eu fui lá em Jaci-Paraná, Jaci-Paraná está desesperada, o Deputado Maurão falou muito bem que Porto Velho está tendo prejuízo, que as usinas estão tendo prejuízo, mas essas pessoas que tem mais prejuízos ainda, essas pessoas estão demolindo as casas, estão caindo as casas, estão no meio do, então não tem condições. Então nós recebemos este ofício, já comuniquei no começo da sessão do Ministério Público onde tem 11 itens aqui que não foram cumpridos e ainda desmentindo que eles tinham falado que tinham

cumprido 90%. O Ministério Público Estadual, eu estive com o Dr. Airton, também se posicionou, então jamais. Hoje cedo estivemos conversando com o prefeito, o prefeito me chamou, ele falou que está perdendo e eu mostrei a documentação e ele concordou que pode discutir, mas que tem que ter uma garantia, porque na comissão e nas audiências públicas que foram feitas aqui eles não aceitaram nem vim discutir, eles só estão discutindo agora porque eles precisam do documento. No momento eu não concordo.

O SR. LÉO MORAES – Deixa eu concluir aqui o pensamento, este projeto está sobrestado dentro da Comissão de Constituição e Justiça onde o relator é o Deputado Adelino Follador e nós não iríamos avançar se não tivesse a devida contrapartida e compensação que não foi dada à população. Há muito tempo nós estamos falando em terras arrasadas, distritos sem mais produtividade alguma, Joana D'Arc, Jaci-Paraná e tantas outras regiões, eu nem faço questão que eles venham aqui, eu quero que eles resolvam na Justiça com a presença do Ministério Público porque já demonstraram mais de uma vez que eles não respeitam a Assembleia. Eu mesmo fui proponente de várias audiências públicas, eles sequer pisaram neste parlamento para discutir as melhorias ou pelo menos dar satisfação, então não se discute dentro da CCJ que é soberana que vá aprovar um projeto enquanto eles não...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só gostaria de pedir o seguinte, nós estamos numa pauta de votação, vamos fazer o seguinte, este projeto vai ser polêmico, eu sugiro que a gente reúna, Deputado Maurão, eu só gostaria de encerrar essa discussão que não é pertinente ao momento da sessão, vamos reunir ali no fundo para a gente discutir essa questão dos projetos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu quero a palavra agora porque o Presidente da Assembleia veio aqui e se posicionou...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só gostaria de pedir questão de ordem se vamos suspender a sessão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pela ordem e questão de ordem, me desculpe, senhor Presidente Edson Martins, mas o Deputado Maurão usou da prerrogativa dele de presidente utilizou a tribuna e disse o que disse e ele tem que ouvir o que os outros parlamentares pensam, eu peço a V.Ex^a que esse é o momento do nosso trabalho que V.Ex^a possa nos ouvir. Porque é muito grave, é muito grave a proposição que a usina tem, as usinas têm esse costume de querer enganar a população de Rondônia ao longo do tempo e agora o Presidente Maurão esteve recebendo por educação recebendo parceiros, recebendo as usinas para poder conversar sobre a questão de negociar o projeto de lei que está aqui. Não existe possibilidade de negociação se eles não cumprirem o passivo que já está no passado, não adianta eles prometerem nada do futuro porque eles não cumpriram o passado e não vão cumprir o futuro. Então qual é a proposição que eu faço, são 290 famílias hoje sem-terra com condição de vida precária, eles não têm que apresentar mais gastar em asfalto, gastar nisso, gastar naquilo, eles têm que pegar os itens acordados lá no começo com o

Estado de Rondônia e cumprir. E outra coisa, para eles fazer esse acordo em cima daquilo lá que eles não vão cumprir, senhor Presidente, eles não vão cumprir de uma hora para outra. A sugestão que eu faço é que seja vinculado ao pagamento que eles recebem a dívida que eles têm com o Estado. Porque aí nós não vamos ter dependência nenhuma. Entenda o que eu estou dizendo. Nós não podemos ele cumprindo tudo o que está ali, não adianta achar que eles vão fazer asfalto, não, eles têm é que ser debatido no que eles recebem do estado, no debito que tem com o Estado. Porque aí eu acredito que ainda possa ser cumprido. Mas deixar para eles fazerem, Presidente, não vão fazer.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, pela Ordem. Eu só queria fazer uma colocação a seguinte. Primeiro que eu assisti toda esta história da implantação destas Usinas. E todos os filmes que eles nos apresentaram nas audiências públicas são como se o céu viesse a terra. Nós fomos engripados, nós fomos enganados, porque todos os filmes que eles passavam aqui eu me recordo muito bem. Um deles pegava uma Rondônia escura e daí vinha a construção das usinas e daqui a pouco começou a acender aquelas lâmpadas e o Estado de Rondônia estava às claras. E na realidade isto não aconteceu, nós nem sequer temos o direito de usufruir da energia que nosso Estado de Rondônia produz, porque a corrente é contínua e não alternada e é o que nós não deveríamos ter deixado acontecer. O segundo caso grave é que eu vejo a AROM se manifestando, Presidente, através de todos os Prefeitos de Rondônia que querem justiça para os municípios de Rondônia porque hoje ele não tem o direito de usufruir da geração de impostos que a Usina através da geração de energia gera. Então Rondônia não ganha com isso. Terceiro quando se falou aqui das compensações das Usinas o que eles nos apresentaram aqui é como se Porto Velho não teria mais problemas na Saúde, não teria mais problemas de estrutura, infraestrutura, não teria mais problemas de saneamento básico, de água tratada. Foi tanta coisa e que na verdade nada aconteceu. A gente vai às cidades que eles criaram para remover as pessoas, hoje as cidades são cidades fantasmas, não tem mais ninguém lá. Não tem uma fonte de renda para a população. E se não bastasse tudo isso que quero declarar aqui que o meu voto para o aumento destas Cotas é contrário, independente do dia e do que se apresentar. Porque de tudo o que se está se propondo destas compensações nós não estamos medindo uma coisa mais grave do que todas, Deputado Léo, Deputado Jesuíno, Deputado Ribamar que são de Porto Velho, Deputado Jean, enfim, todos os deputados, e o risco que estas Usinas estão trazendo nós estamos vendo os banheiros aqui e o comportamento da natureza do antes e o pós-usinas. E como é que nós vamos autorizar aumentando as Cotas sendo que nós já estamos sofrendo um grande impacto aqui abaixo das usinas. E acima das usinas não é diferente, nós temos enchentes e vários distritos os que margeiam a BR364. E imagina se nós autorizarmos o aumento das Cotas. Então eu particularmente não aceito. E mais do que isso, dentro do aumento destas Cotas nós estaremos extinguindo, Deputado Neidson, três Parques, três Reservas, sendo que hoje um pequeno agricultor de Rondônia muitas vezes tem problema quando tira uma árvore. O Departamento de Estradas e Rodagens tem problemas, ou as Prefeituras, quando tira

uma árvore para fazer uma ponte. E aí nós vamos autorizar as usinas destruírem três Parques Ecológicos? Por isso o meu posicionamento é extremamente contra. Nós não podemos trocar umas míseras compensações por uma vida humana, ou milhares de vidas humanas que essas Usinas podem tirar, no caso de um rompimento. Então este é o meu posicionamento em relação a questão das usinas.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, Presidente. Estou aqui na vez, gostaria de falar.

(Às 18h14min, o senhor Presidente Edson Martins passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Laerte, só um minutinho. Só para fazer um esclarecimento. O Presidente da Assembleia, Maurão de Carvalho, fez uso da palavra aqui solicitando a votação de um projeto, mas aí Presidente, eu peço para que Vossa Excelência entenda o anseio de cada colega aqui. Nós sabemos da vontade da votação deste projeto por conta dos recursos que estão se prejudicando através royalties, não é de ICMS, não é de outra natureza, é dos royalties. Isso foi uma solicitação do Prefeito de Porto velho. Mas eu quero aqui, Presidente, dizer que ninguém aqui é capaz de advogar para essas Usinas. Com certeza absoluta. Pelo tanto de mal que esta usina causou para a população de Rondônia, especialmente para a população de Porto Velho. Neste momento o Prefeito traz uma situação nova. Solicito que se faça discussão uma reunião com a presença dos órgãos de controle, para que a gente possa debater algo que possa ter motivação para a aprovação do Projeto, por quê? Porque nós temos aqui uma fase nova nessa situação, uma nova fase, onde nós temos um Prefeito recém-eleito, que solicita a aprovação dessa matéria após uma reunião com o consórcio, então que a gente possa deliberar isso juntamente com o Prefeito, com o Governador e com os Órgãos de Controle para que tragam a maior transparência, a maior lisura dessa reunião possível, por quê? Porque é um Projeto de extrema importância, nós não temos como dizer que não, mas é a oportunidade encontrada por cada um aqui que ocupa esse Parlamento, de repor o dano causado por essas Usinas. Então, eu conversando com o Prefeito de Porto Velho, ele salientou que era possível um acordo, especialmente para o Distrito de Jaci-Paraná que foi o maior afetado pela Usina, de que poderia se fazer um trabalho lá, de recuperação daquele Distrito e evidentemente de outras localidades em Porto Velho. Então eu solicito a Vossa Excelência, realmente o trâmite de votar já hoje, no atropelo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vossas Excelências entenderam errado viu Deputado Jean. Eu pedi para uma reunião depois que terminasse a Sessão, para que a gente pudesse discutir. Não era uma reunião aqui, nem por votação, e essa reunião era justamente para que a gente pudesse debater e depois convidarmos os órgãos de controle para que pudessemos estar juntos, o Prefeito também, porque estamos no final do ano, só tem mais duas Sessões, viu Deputado Jean,

só tem mais duas sessões e outra coisa, este Projeto está aqui há quase um ano já.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas eles não cumpriram nada do que eles...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então nós temos que chegar numa discussão, nós temos que ter...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Presidente, só para encerrar uso da minha palavra aqui Presidente, vamos frisar que tem... Jesuíno, tem fato novo. O que é o fato novo? Existiu a provocação do consórcio até o Prefeito e o Prefeito até nós, para a aprovação deste Projeto, então existe um fato novo. E esse fato novo tem que ser discutido; o fato novo é discutir a compensação.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente é uma Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – o Deputado Hermínio, depois o Deputado Líder. Eu só queria que fosse rápido porque...

O SR. HERMÍNIO COELHO - não, vai ser rápido, uma pessoa não pode fazer discurso numa Questão de Ordem. Dizer o seguinte: Deputado Jean, não adiante o Prefeito vir com conversa de Prefeito, sabe por quê? Foram feitas Audiências Públicas nesta Assembleia e a Assembleia se comprometeu que só discutiria esse Projeto na hora em que fossem resolvidas todas as pendências com a população que foi atingida e afetada pelas Usinas. Não é questão de compensação não, é questão de indenização de todos os que tiveram prejuízos com essas Usinas, com toda a população, não é negócio de Prefeito ou Governador não. Prefeito e Governador é outra coisa, o compromisso que esta Casa tem com todos os afetados, com todos os trabalhadores, com a população afetada, é que só votaríamos esse Projeto depois que a população chegasse à Assembleia e dissesse está ok, o Consórcio veio aqui quitou com a gente, pode votar. O que está acertado com a Comissão de Constituição e Justiça, conosco aqui em Audiência Pública é isso, e é isso que a gente tem que defender. Não pode vir com esse negócio de fato novo de Prefeito. Por falar em Prefeito só quero aqui aproveitar, porque eu nunca falei bem desse Prefeito, dizer para ele que ele está de parabéns por não perseguir nossos taxistas, deixar nossos taxistas fazerem o trabalho de taxi compartilhado, ou alternativo ou de lotação na nossa Cidade. Obrigado Prefeito por deixar os trabalhadores trabalharem em paz.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, Presidente, é a minha vez agora? Se nós amanhecemos aqui...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vamos dar seguimento porque o Projeto não está em pauta, o Projeto só foi para pedir uma reunião.

O SR. LAERTE GOMES - Só para contribuir, primeiro antes de iniciar a votação, mas agradecer os elogios do Deputado Hermínio ao Prefeito do nosso Partido aqui de Porto Velho, o PSDB, Prefeito democrático, parabéns Deputado Hermínio. E só dizer Presidente, que Vossa Excelência simplesmente não citou em nenhum momento que iria colocar o Projeto em votação ou que estava pensando nisso. Vossa Excelência quer marcar uma reunião para discutir a matéria e Vossa Excelência tem todo o direito de fazer isso, eu acho que esta Casa tem que discutir mesmo. Então só para colocar, que foi o debate, a preocupação dos nobres Deputados também ela é válida, mas o que Vossa Excelência disse aí, é que é para marcar uma reunião para discutir o Projeto, se chegar num entendimento, se avança, senão se aguarda.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. AIRTON GURGACZ – O Projeto não está aqui para ser votado hoje, então vamos deixar para amanhã ou depois, vamos parar um pouco com essa conversa aí, porque senão nós vamos ficar nesse bate boca e o Projeto não está para ser votado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem Presidente. Eu queria dizer que hoje cedo eu estive por uma hora e pouco com o Prefeito. Ele falou, insistiu em atropelar junto com o advogado da Empresa. Eu falei para ele: não faça isso porque vocês vão atrapalhar. Vocês primeiro façam um documento. E eu cheguei aqui e fui surpreendido com esse ofício do Ministério Público já comprovando aquilo que eu imaginava. Aí chegamos aqui e já chegou... Então é eu acho que tem que discutir na Comissão, tem que ser amadurecido e tem que trazer um jeito dessa Empresa cumprir com os compromissos. Então eu acho que houve um entendimento e esse ano eu falei para ele que não tem jeito...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – agradecer aí a presença do Bandeirante. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não concordamos e ficou acertado que nós iríamos discutir esse assunto desde que cumpra os compromissos assumidos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Gente, agradecendo as Lideranças do Bandeirante que acompanharam os Projetos as discussões.

Solicito ao Deputado Adelino para emitir parecer pelas Comissões pertinentes. Projeto de Lei 820/17, com Emenda.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei, é uma Mensagem 266 de Modernização e Governança. Projeto de Lei 820/17/Mensagem 266 do Poder Executivo. Dispõe sobre o Programa de Modernização e Governança das Fazendas Municipais do Estado de Rondônia e do Desenvolvimento Econômico-Sustentável dos municípios e dá outras providências.

Nós temos aqui uma Emenda do Deputado Jesuíno, onde está acrescentando o § 5º. O § 5º fala o seguinte: A Coordenação Geral e Coordenação Executiva dispostas nos incisos I e II, do artigo 5º desta Lei, serão avaliados pelo Tribunal de

Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, considerando a atuação pedagógica, proativa e indutora de boas práticas junto aos seus jurisdicionados definida através da Lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a quem cabe elaborar e assinar os termos de cooperação ou outro congênere com os municípios e órgãos parceiros para implantação de todas as ações necessárias. Então essa Emenda, nós estamos dando o parecer favorável, o Projeto é muito bom, foi discutido, é o § 5º no art. 1º, está acrescentando.

Esse Projeto foi discutido com os Prefeitos em Ji-Paraná, nós discutimos em Ariquemes no Tribunal de Contas e com certeza, vem colaborar muito com o Estado de Rondônia, principalmente, com os municípios.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, com Emenda, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o parecer do Deputado Adelino Follador, com Emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei 820/17, com Emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai a 2ª votação.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 185/17 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA/OFÍCIO Nº 0926/17. Autoriza o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a conceder incentivo financeiro à pessoa física, nacional ou estrangeira, que desenvolva ou atue em programas ou projetos de inovação na gestão pública apoiados pelo TCE-RO e dá outras providências.

(Às 18 horas e 23 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passa a Presidência ao Sr. Ezequiel Junior)

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Projeto de Lei Complementar Nº 185/17 tem Emenda, mas, encontra-se sem parecer.

Pedir ao Deputado Adelino Follador para emitir parecer em Plenário.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente, Questão de Ordem?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Foi feita uma Emenda, inclusive, está aí, essa Emenda ela não foi ainda acrescentada, tem que ser verbal, é só o §, salvo engano, o art. 7º, a leitura que foi, inclusive, acordado, a Emenda está aí, foi acordado, aí pode ser lida.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei Complementar 185/17 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Autoriza o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a conceder incentivo financeiro à pessoa física, nacional ou estrangeira, que desenvolva ou atue em programas ou projetos de inovação na

gestão pública apoiados pelo TCE-RO e dá outras providências.

Nós somos favoráveis com uma Emenda ao art. 7º onde se acrescenta: observadas as Legislações Estadual e Federal.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É uma Emenda acrescentando no art. 7º. Então, nós somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, com Emenda.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O parecer emitido pelo Deputado Adelino Follador está em discussão. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. Está aprovado o parecer.

Lembrando que a votação é nominal, atenção Srs. Deputados.

Deputado Jesuíno, com a palavra.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Enquanto todos os Deputados votam, parabenizar o Tribunal de Contas por essa iniciativa, que também altera a Lei Complementar 194 que permite o § Único do art. 2º utilizar dos seus Fundos 40% para custeio e a questão de investimentos na busca de melhorar a questão dos municípios e nós temos Deputado Hermínio, cerca de setecentos e oitenta e oito milhões de Fundos, ou mais que estão praticamente ali suspensos, sem poder utilizar, devido algumas ações ou entendimentos no próprio Tribunal. Hoje, nessa aprovação dessa norma, acreditamos que podemos alterar as devidas ações desses Fundos, a exemplo, do DETRAN, que inclusive o Deputado Ailton Gurgacz, responde ação, o Deputado Ailton pode falar que foi Diretor do DETRAN, ele responde algumas ações porque autorizou que o Fundo pagasse a Folha, e se não me engano remanejou para Folha, para pagamento e custeio na questão do DETRAN. Então, a gente também vai alterar a legislação dos Fundos, e esperamos também investimentos nessas outras áreas, viu Deputado Hermínio. Então, a gente já acordou com o Presidente Edilson, conselheiro, inclusive parabenizar, hoje foi a sua posse do outro biênio; o Conselheiro Benedito, o Conselheiro Francisco, estavam os três conselheiros aí para gente ter praticamente a chancela aí e o entendimento deles que não haverá, caso haja legislação alterada; poder fazer esses investimentos em outras áreas; da saúde, da educação e da segurança pública. Era isso que eu queria falar Deputado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Deputado Jesuíno. O painel está aberto, atenção Senhores Deputados, aberto para votação. Dez parlamentares somente registraram o seu voto até o presente momento.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Ailton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do SINGEPERON	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim

- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Proclamando o resultado então. Projeto de Lei Complementar 185/17 está aprovado com 15 votos favoráveis e nem um voto contrário. O Projeto vai à segunda discussão e votação.

Quero aqui registrar a presença e agradecer a presença do Vereador Cosmo Cocó, vereador atuante do município de Espigão d'Oeste e também o popular Vereador Marquito, da região lá também. Obrigado pela presença.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Requer à Mesa Diretora na forma regimental, realização de Sessão Solene no dia 14 de dezembro de 2017, às 15:00 horas, para entrega de Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia, ao senhor, Dr. Mauro Nazif Rasul.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem Senhor Presidente. Quero registrar aqui na galeria desta Casa, o Prefeito do Vale do Paraíso, o Prefeito Charles, prefeito, um abraço, seja bem-vindo na galeria desta Casa.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Requerimento de autoria do Deputado Cleiton Roque está em discussão. Discussão única e votação. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI 817/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 263. Altera a redação do § 1º e revoga o inciso II, do artigo 2º da Lei nº 2.030, de 10 de março de 2009, que “Institui o Programa de Incentivo à Industrialização do Café em Rondônia – PROCAFÉ - Indústria; extingue o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal – FUNDAGRI e cria o Fundo de Apoio à Cultura do Café em Rondônia – FUNCAFÉ/RO”.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em votação a Redação final ao Projeto de Lei 817/17 de 2017 de autoria do Poder Executivo. Votação simbólica. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovada a Redação Final. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 210/17 DO DEPUTADO LÉO MORAES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao senhor Elson Ferreira de Souza, popularmente conhecido como Elsinho, jogador de futebol profissional do KAWASAKI FRONTEAL, pelos relevantes serviços realizados ao esporte do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão única e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 210/17. Está sem parecer o presente projeto. Quero pedir aqui ao Deputado Marcelino Tenório que possa emitir o parecer pelas comissões pertinentes. Agradecendo a presença do Prefeito Charles Gomes, do Vale do Paraíso.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Decreto Legislativo 210/17 de autoria do Deputado Léo Moraes. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao senhor Elson Ferreira de Souza, popularmente conhecido como Elsinho, jogador de futebol profissional do KAWASAKI FRONTEAL, pelos relevantes serviços realizados ao esporte do Estado de Rondônia.

Senhores Deputados, senhora Deputada, dentro da legalidade, constitucionalidade do projeto, o meu parecer é favorável pela tramitação do projeto, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o parecer emitido pelo Deputado Marcelino Tenório. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o Parecer.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo 210/17. Discussão única e votação. Está em discussão, está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 838/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 286. Cria o Programa Guaporé de Educação Integral – PGEI nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental de 6º ao 9º ano, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Projeto também se encontra sem Parecer, pedindo novamente ao Deputado de Ouro Preto do Oeste e de toda Rondônia, Deputado Marcelino Tenório, que possa emitir o Parecer em plenário.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, pela ordem, antes do Parecer do Deputado Marcelino, só registrar a presença e cumprimentar o Prefeito Nilton Caetano, do Município de Espigão d'Oeste, ele está aqui em Porto Velho hoje acompa-

nhado do Vice Walzinho Lara, o Vereador Genézio Mateus Rega, Presidente da Câmara o Zonga o Joveci, a Vereadora Lirvani enfim o Vereador Cocó, está aqui. Então, agradecer pela presença, nosso companheiro lá tem feito um grande trabalho à frente de Espigão do Oeste.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei 838/17 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 286. Cria o Programa Guaporé de Educação Integral – PGEI nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental de 6º ao 9º ano, e dá outras providências.

Senhores Deputados, diante da legalidade e constitucionalidade do Projeto, meu Parecer é favorável pelas Comissões Pertinentes, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, esse Projeto, eu quero compreender ele. Porque aportou nesta Casa, um Projeto que eu acredito que era para discutir a implantação de várias escolas no município o qual foi feito o estudo, foi feita uma série de ações por parte da SEDUC, e agora, eu me recordo que tem um monte de escola em Cacoal, local, eu quero pedir da SEDUC as informações e os estudos. E também eu tive informações agora do Deputado Hermínio, que o Presidente Maurão, vai lá ao Governo pedir que revogue o Decreto de militarização da Escola Capitão Cláudio. Agorinha tinha um monte de aluno aqui, que eu não sei autorizado pelos professores junto com um elemento aqui chamando, proferindo palavras de baixo calão, escolas militarizadas que estão sendo referência no Estado de Rondônia. E é por isso que peço vista nesse Projeto, para analisar de forma mais complexa tal matéria. Eu peço deferimento, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está concedido o pedido de vista do Deputado Jesuíno Boabaid.
Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 836/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 284. Dispõe sobre o direito do contribuinte para realizar a compensação de débitos tributários e não tributários com o Estado de Rondônia, inscritos em Dívida Ativa, com créditos objeto de Precatório Judicial, conforme a Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O presente Projeto encontra-se sem Parecer, pedindo mais uma vez ao Deputado Marcelino Tenório que possa emitir parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei 836/17 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 284. Dispõe sobre o direito do contribuinte para realizar a compensação de débitos tributários e não tributários com o Estado de Rondônia, inscritos em Dívida Ativa, com créditos objeto de Precatório Judicial, conforme a Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

Diante da legalidade e constitucionalidade do Projeto e pelas Comissões Pertinentes senhor Presidente, meu Parecer é favorável pela aprovação no Projeto.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão o Parecer emitido pelo Deputado Marcelino Tenório. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está em discussão Projeto de Lei nº 836/17 de autoria do Poder Executivo. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, aliás, vamos votar primeiro o Parecer. Não houve quem quisesse discutir o Parecer, Parecer emitido pelo Deputado Marcelino, está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o Parecer.

Está em discussão o Projeto de Lei 836/17 Poder Executivo. Dispõe sobre o direito do contribuinte para realizar a compensação de débitos tributários e não tributários com o Estado de Rondônia, inscritos em Dívida Ativa, com créditos objeto de Precatório Judicial, conforme a Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Quem foi o relator dessa matéria senhor Presidente?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Marcelino, acabou de emitir.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O senhor analisou essa proposta?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Emitir o Parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Só uma Questão de Ordem Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – O Deputado Jesuíno, pediu vista de um Projeto da Escola Tempo Integral, Projeto Guaporé, importante que vai levar a Escola Tempo Integral a mais municípios de Rondônia, hoje temos em Porto Velho, temos em Ji-Paraná, outras comunidades vão ser atendidas Jaru, então, tem cinco em Porto Velho, e alguns municípios vão poder ser contemplados. Então, Deputado Jesuíno, com a sua sensibilidade que Vossa Excelência tem que é sua isso, gostaria de pedir para Vossa Excelência para tirar o pedido de vista.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu tenho compromisso então com o líder do Governo conversar com o Secretário de Educação, que não revogue a situação da Escola Militarizada Capitão Cláudio. E inaceitável que a gente aceite que venha aqui um grupo de alunos autorizados pelo..., e o Maurão Presidente da Casa se... Ah! Pelo amor de Deus. Vai pegar e vai aceitar agora qualquer pressão?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado nós já conversamos Excelência...

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Laerte...

O SR. LAERTE GOMES – Vossa Excelência vai liberar a Vista?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu vou autorizar um pedido seu, e do deputado Cleiton Roque eu estou abrindo mão.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Esta matéria está superada, ele pediu vistas, a Mesa já concedeu, matéria superada.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem Presidente? Eu só queria Presidente Ezequiel...

O SR. LAERTE GOMES – Presidente ele liberou o pedido de vistas, ele liberou a vista da matéria Presidente. Vossa Excelência traz a pauta novamente.

O SR. CLEITON ROQUE – Presidente gostaria de fazer um pedido a Vossa Excelência que se possível coloque esse projeto na pauta...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Presidente atendendo um pedido dele que o senhor deferiu, a justificativa dele que não tem nada a ver do projeto, e que não vai haver essa revogação tácita por parte do Governo para ser aprovado aqui, o senhor por gentileza pode, eu abro mão da vista e o senhor coloca aí na pauta, por gentileza.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pedir então que o projeto seja colocado de volta a Ordem do Dia para apreciação. Está em votação o Projeto de Lei 836/17. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Presidente?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Deputado Hermínio grande líder. Vai à segunda discussão e votação.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente eu só queria com todo o respeito que eu tenho a Vossa Excelência admiração, eu queria dizer a Vossa Excelência que não é corrida de cavalo, vai mais devagar porque está votando projeto, esse projeto do precatório mesmo tem que ter uma discussão, não teve discussão nenhuma. Sempre onde tem precatório a gente tem que ter muito cuidado, isso é perigoso.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Deputado Hermínio e deputado Jesuíno eu li esse projeto agora aqui mesmo, ele adéqua, nós votamos a lei 94, acho que se não me engano, é 2015, já dando essa condição e agora tem que ser feito novamente para você, deputado Hermínio e deputado Jesuíno e demais deputados, você tem um precatório a receber a partir de 2015, aliás a partir de agora, ou é de 2015 até 2019 que você possa ter o precatório para pagar suas dívidas tributárias, e não tributárias. Um exemplo, deputados, se você está devendo para o Estado, um exemplo um milhão de reais, e o deputado Lazinho da Fetagro tem dois milhões de reais receber de precatórios, então ele pode, você pode abater dívida. Por que todo ano sai do cofre do Estado deputado Hermínio aproximadamente cem milhões de reais para pagar os precatórios e como o Estado tem a receber de débitos de pessoas que devem ao Estado, você pode fazer essa composição pagar com os precatórios.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Marcelino a minha preocupação é exatamente isso, sempre o que acontece? Por exemplo, o cara deve para o Estado, por exemplo, aí cara compra um precatório lá barato de alguém que tem para quitar a dívida do Estado. Essas coisas, por isso que é perigosa...

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Deputado Hermínio, mas qual é a vantagem desse projeto? É que o Estado, ao invés do Estado desembolsar esse montante todo ano deputado, um exemplo, você tem que desembolsar cem milhões e ele conseguiu receber dos precatórios que ele ia pagar esses cinquenta milhões, sobrou cinquenta milhões no caixa...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É uma permuta da dívida pelo recebimento é isso? É uma compensação, uma permuta...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Exatamente, e deixo só eu ler aqui na íntegra e são prazo para pagamento integral dos precatórios inscritos a partir de 25 de março de 2015, e previsto para o último, ter os créditos em precatórios que poderão ser compensados pelo regime devem estar incluídos em orçamento para pagamento até 1º de julho de 2019. Então todos esses precatórios que estão aí está só regularizando a emenda que já tinha a emenda federal já, que está regularizando a emenda 2016, que é a Emenda Constitucional nº 94.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado pela explicação.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (secretário Ad Hoc) – PROJETO DE LEI 838/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 286. Cria o Programa Guaporé de Educação Integral – PGEI nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental de 6º ao 9º ano, e dá outras providências.

Esse que o deputado Jesuíno tinha pedido vistas, mas já foi dado o parecer positivo e só votação.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – O Deputado Jesuíno havia feito o pedido de vista e retirou e o parecer não tinha sido votado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente eu só queria constar foi muito rápida a votação, não teve uma discussão, o voto no projeto do precatório, que fala no precatório que colocasse o meu voto contrário.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Então que fique registrado no projeto anterior o voto contrário do deputado Hermínio Coelho. Está em votação o parecer que já foi emitido em plenário pelo deputado Marcelino Tenório ao Projeto de Lei 838/17 de autoria do Poder Executivo. Cria o Programa Guaporé de Educação Integral – PGEI nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental de 6º ao 9º ano, e dá outras providências. Em discussão e votação o parecer. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer. Em discussão o Projeto de Lei 838/2017. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai a Segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 837/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 285. Institui auxílio de atividade de educação profissional aos servidores do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP, e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - O projeto também encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador que emita o parecer em plenário pelas comissões pertinentes.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, antes do Deputado Adelino dar o parecer ao projeto, tinha como alguém do Governo explicar um pouco o que é o projeto?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 837/2017, Deputado Laerte quer explicar? Projeto de Lei 837/2017 do Poder Executivo/Mensagem 285. Institui auxílio de atividade de educação profissional aos servidores do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP, e dá outras providências.

Fica instituído R\$ 1.200,00 reais aos servidores em exercício de atribuições do nível superior, R\$ 600,00 reais para exercício de atribuições de nível médio e de ensino fundamental, auxílio referido ao caput não se incorpora a remuneração para qualquer fim, inclusive de natureza previdenciária. O auxílio referido no capítulo será reajustado nas mesmas datas do índice de adequação aplicáveis aos servidores efetivo Estadual de Rondônia a título de revisão geral. Então é...

O SR. CLEITON ROQUE – Deputado Adelino, deixa eu só explicar esse projeto, eu acompanho de perto, que é para sanar a dúvida do Deputado Hermínio, esse projeto é porque a maioria dos servidores hoje que estão no IDEP muitas vezes o local de trabalho é fora da cidade, vamos pegar um exemplo: o Instituto Abaitará, os servidores saem de manhã e voltam no final da tarde, então essa gratificação é justamente para esses servidores, e não é só o caso específico do Instituto Abaitará, mas de todos do IDEP que muitas vezes se deslocam, permanecem do período da manhã até a tarde é essa gratificação para esses profissionais, geralmente professores.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É o mesmo que foi para as escolas integrais que nós já aprovamos, só que o valor era um pouquinho diferente.

O SR. CLEITON ROQUE – Exatamente.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Mas as 10 escolas de tempo integral já tiveram.

Nós somos de parecer favorável, senhor Presidente, pelas comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sr. Presidente, para discutir o parecer. Eu analisando essa proposição, quero parabenizar o Deputado Cleiton Roque, aos demais parlamentares, criar essa ajuda de custo para o Instituto Abaitará, e analisando a mesma proposição que tem a gente hoje está vendo aprovação de projetos tão importantes que pode mudar inclusive o cenário e trazer uma melhoria para o cidadão rondoniense. Hoje os militares trabalham em escalas exaustivas além do serviço que ele presta ordinariamente eles são escalados na sua folga de 48, 72 horas e não recebem nada para isso, trabalham em locais que não existe o Poder exemplo Legislativo, exemplo o próprio Judiciário e o Ministério Público, então essa lei dá gua-

rida também, traz uma guarida para a gente poder tratar um incentivo, ou seja uma compensação aos militares. O Projeto já está lá no Governo a qual os militares irão ganhar um valor financeiro para trabalhar em escalas que é disciplinada pelo Executivo uma gratificação, então a gente busca também uma intervenção por parte do Governo que analise essa questão porque trabalhadores aqui tem que ser valorizados, estão sendo valorizados pelo Executivo e porque também excluir os policiais, os Bombeiros Militares que já cumprem com suas escalas ordinárias.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em discussão e votação o parecer. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão o Projeto de Lei 837/2017. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai a Segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Sr. Presidente, requero à Mesa nos termos do Parágrafo Único do artigo 199 do Regimento Interno seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos projetos: Projeto de Lei Complementar 185/2017, Projeto de Lei 820/2017, Projeto de Lei 826/2017, Projeto de Lei 836/2017, Projeto de Lei 837/2017, Projeto de Lei 838/2017.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está em votação o Requerimento aqui lido pelo Secretário. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Requerimento.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias, senhor Presidente, encerradas as matérias.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra por vinte minutos com direito a apertes o ilustre Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente em Exercício Ezequiel Junior; nobres colegas deputados. Venho a essa Tribuna para fazer alguns esclarecimentos e também agradecimentos.

Eu quero aqui agradecer ao DER por atender ao nosso pedido deixando a máquina recicladora, o Estado, salvo engano tem duas unidades, são máquinas importadas de grande valia para o DER, são disputadíssimas a nível de Rondônia. Em todas as rodovias que trafegamos algumas delas em péssimo estado, e a recicladora é uma máquina que faz um trabalho formidável fazendo a recuperação da malha viária. Nós fizemos uma solicitação ao Diretor Geral Ezequiel Neiva, para que esta máquina terminasse o trabalho já começado na RO-010 que liga Rolim de Moura ao município de Pimenta Bueno, ao Distrito de Nova Estrela. E esta máquina ela muito disputada, estava com um compromisso já firmado com o município de Theobroma, diante de uma solicitação nossa para que a conclusão do serviço fosse feita houve um impasse da nossa solicitação com o anseio da população de Theobroma. Estou

aqui para esclarecer que nós não trabalhamos contra a população de Theobroma, nós simplesmente fizemos uma intervenção pelo erário público, pela boa utilização do recurso público e solicitamos que esta máquina terminasse o serviço para que ela não tivesse a necessidade de ir à Theobroma e voltar a Rolim de Moura. Mas eu quero aqui dizer a população de Theobroma a qual eu fui criticado em alguns grupos do WhatsApp que este deputado que tem sua base de atuação naquela região de Rolim de Moura e na capital nossa cidade de Porto Velho. Nós estaremos fazendo uma intervenção junto ao DER demonstrando nosso respeito pelo município de Theobroma, município de Rondônia que nós vamos fazer esta intervenção no sentido de acelerar que esta máquina vá até o município para que a gente possa ter esta máquina trabalhando e restaurando o centro da cidade de Theobroma. Então a minha resposta ao cidadão de Theobroma, o nosso empenho a partir de hoje, já estive pela manhã com o Diretor Geral do DER solicitando celeridade. A máquina desde sexta-feira se encontra na residência de Jarú, a residência de Jarú ela está passando por uma manutenção de rotina onde está sendo feita substituição por materiais de desgaste. E após esta revisão de rotina nós teremos a máquina pronta e habilitada para continuar o serviço e atender a população de Theobroma. Então eu quero dizer a toda população de Theobroma, reafirmar aqui, que nós estaremos imbuídos para que a recuperação desta malha viária seja feita o mais rápido possível. Conto com a parceria do Diretor Geral do DER e com o empenho de todo Governo do Estado para que a sociedade e a população de Theobroma tenha melhores resultados no centro da cidade, na rodovia que corta este município importante de Rondônia.

No mais, Presidente, muito obrigado. Fica aqui o meu esclarecimento e os meus agradecimentos ao DER, por atender Rolim de Moura e por agora estar atendendo um pedido meu e do Deputado Lúcio Mosquini para a recuperação da Rodovia que cruza o município de Theobroma.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado Deputado Jean Oliveira.

Só lembrando aos nobres Parlamentares que nós teremos na sequência uma sessão extraordinária para apreciarmos em segunda discussão e votação as matérias que foram votadas nesta sessão.

Encerrado, portanto, o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Liderança. Com a palavra por vinte minutos com direito a apertes o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, em seu nome eu cumprimento a todos os Parlamentares presentes nesta Casa de Leis; cumprimentar a todas as pessoas que se encontram na galeria; cumprimentar a todos os Jornalistas; serventários.

Vim falar um pouco de alguns pontos, eu iria comentar na sessão passada, mas não tive oportunidade, pois estava ao lado dando entrevista à rede aqui de um canal de televisão. Ontem, na minha página, eu recebi uma imagem de um evento que ocorreu da SESA, um evento este de grande porte que me chamou a atenção. Vários servidores estavam sendo condecorados com medalhas, com troféus e com outras condecorações. E, aí, eu comentei, eu fiz o comentário de onde eu iria fazer o requerimento vou fazer o requerimento para ser lido amanhã, um requerimento que vai ser encaminhado à SESA para saber de onde veio esse financiamento deste grande evento. Tem mais de não sei quantos, cento e sessenta comentários, não sei quantos compartilhamentos, uns defen-

dendo, outros falando totalmente contrariados, e aí eu pergunto ao senhor Secretário Pimentel, Pimentel o Secretário, eu acredito que ele deva estar lá em Londres ou em outro País, analisando a saúde de lá; porque o Deputado Só na Benção que está constantemente lidando com os problemas de saúde pode afirmar que ainda nós não temos 100% de melhora na saúde. O João Paulo tem pessoas jogadas até o presente momento, no chão, em colchões. A lista de pessoas que foi apresentada aí, por parte do sistema que existe de controle de consultas, de exames, de inclusive, teve pessoas que foram a óbito lá em Guajará-Mirim que estavam aguardando cirurgias, exames; vir fazer um evento desses é dar um tapa na cara da sociedade. E, se vocês, eu não sei se algum Deputado foi convidado, mas era noite de gala, uma noite de gala que foi dado medalhas, troféus, eu não vi o evento, só tenho a foto, inclusive está na minha página, amanhã eu posso trazer e mostrar para vocês.

O SR. AIRTON GURGACZ - Deputado Jesuíno, o senhor pode me dar um aparte? Eu estive hoje lá na SESA e aí eles estavam me explicando que foi feita uma cotização entre todos os funcionários para fazer esta grandiosa festa, onde não envolveu dinheiro do Estado, do Governo, e até falaram que talvez Vossa Excelência tivesse sabido de outra forma e aí me explicaram que todo mundo pegou dois mil, três mil ali os mais graduados, os médicos, fizeram um arrecadação e fizeram uma festa, mas nada a ver com o dinheiro público do Governo do Estado. Então eu só quero esclarecer porque a Conceição até que falou, não foi nem o Secretário Pimentel e nem o doutor Maiorquin, mas cada um ali deu dois mil, outro deu três mil, foram me explicando, me deram a relação e me mostraram; agora eu não sei se tem mais alguma coisa sobre isso, mas a verdade é que me falaram e que eu estou lhe transmitindo e transmito a todo público aqui que está presente, a todos os Deputados, que isso foi o que aconteceu na Talismã 21 e que não houve dinheiro público envolvido nessa festa, onde eles tentaram dar uma injeção nos funcionários do Estado, no pessoal da Saúde, que a Saúde não é brincadeira, a saúde tem problemas seriíssimos e a gente sabe disso, a fila é grande para que todos sejam que consigam ter aí os seus atendimentos; você sabe que a saúde no País e no Estado não está fácil. Então é essa a explicação, só que eu queria contribuir e corroborar aí com o seu pronunciamento, muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, mas a gente vai encaminhar obrigado viu Deputado Airton pela sua contribuição. Eu vou aguardar que ele responda de forma oficial, só vinte e um mil reais eu acredito que é o aluguel da questão lá... Talismã 21, então foi o evento em?! Mas tudo bem, nós não temos o pagamento de insalubridade, periculosidade aos servidores, o plano de cargos e salários dos servidores da Saúde até hoje está engavetado. Tem uma situação precária que nós vivenciamos em vários hospitais de responsabilidade do Estado; e aí, essa situação de fazer um evento desse, temos que analisar. Então, quando chegar à documentação vou publicar e vou informar, como falei que ia informar a todos: olha, foi feito, não teve recurso público, não teve nenhuma interferência por parte do Secretário, que é o gestor, o ordenador de despesas. Quero saber se teve empresas que participaram dessa colaboração, se tem algum vínculo com a própria Secretaria de Saúde, espero que não, isso não vai ocorrer, espero que não. Então, sobre este ponto a gente vai chamar primeiro, pedir informa-

ção, todas as informações. Falar para o Governo do Estado de Rondônia, hoje nós estivemos reunidos junto com o Governador do Estado de Rondônia, Deputado líder do Governo – Deputado Laerte e Deputado Cleiton Roque; a pauta minha foi que, cerca de setecentos policiais militares que foram transpostos devido a uma ação judicial da entidade Aspometrom para o quadro da União, está retornando para o IPERON, o custeio por parte do Estado. A nossa preocupação Deputados, esses servidores irão causar um problema seriíssimo perante o pagamento, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal poderá ser afetada. A minha procura foi buscar junto com a bancada Federal, essa bancada inerte, essa bancada que não teve condições mínimas, condições mínimas de manter uma Emenda, uma Emenda numa PEC que garantiu o Estado do Amapá e de Roraima serem transpostos até o ano de 1993, essa bancada inerte que para mim não tem articulação mínima, mesmo tendo Senador da República, Senador Valdir Raupp – PMDB, Governador Confúcio Moura – PMDB, Presidente da República – PMDB, eu quero responsabilizar essa bancada, os três, não conseguiram avançar e manter essa Emenda. E trezentos e sessenta servidores que o Deputado Adelino está falando, que estão retornando; então são setecentos mais trezentos e sessenta. Então a gente pede ao Governo do Estado de Rondônia, ao Procurador Juraci que peticione, que informe a Ministra Carmem Lúcia, ou quem seja que está sobre a, responsável dessa causa, que uma situação vai inviabilizar o Estado, pode causar um caos. Vamos nos unir na busca de recuperar essa decisão judicial, esses trabalhadores, servidores policiais e bombeiros, eles são efetivados, foram efetivados até 15 de março de 1987, 15 de março de 1987. Tem o direito que está consagrado nas Emendas Constitucionais ora vigente, tem o direito, inclusive, com a mesma ação que teve cerca de 400 ou 300 servidores de uma ação de 2013 eles são de uma ação de 2014. Buscar o Governo rever essa situação.

Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Questão de Ordem. Quero parabenizar Vossa Excelência pela sua luta, determinação. Quero dizer que Vossa Excelência me orgulha muito fazer parte desta Casa e que por onde eu ando pelos quatro cantos do Estado Vossa Excelência tem ali os seus fãs e as pessoas que lhe admiram muito viu! Parabéns Deputado Jesuíno pela sua luta, determinação e vontade.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Obrigado. Obrigado Deputado Geraldo.

Então, fica aqui o meu, o Deputado Laerte Gomes e demais Deputados já tem o compromisso do Governo buscar a bancada, buscar o próprio Governador para marcar uma Audiência com a Ministra para a gente tentar rever essa situação de 700 Policiais Militares, 700 Policiais Militares que não são soldados, são Coronéis, são Patentes Oficiais, são Sargentos, na maioria Subtenentes, temos que nos preocupar em não permitir, ou seja, mobilizar e sensibilizar que eles não retornem para a folha.

Deputado Cleiton Roque.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, aproveitando a fala do Deputado Jesuíno acompanhei durante o dia de hoje essa discussão de uma reunião que tivemos logo pela manhã, Governador Confúcio Moura, onde estava presente, Deputado Jesuíno e o Governador demonstrou a preocupação com essa situação, com essa decisão do STF e o Deputado Laerte, ele logo depois, Deputado Jesuíno, ele dialogou com o Procurador

Geral do Estado o Dr. Juraci, sobre a necessidade de uma ação urgente por parte do Governo do Estado junto ao Ministro da Justiça e deve ser marcado nos próximos dias, inclusive, o Deputado Laerte solicitou que nessa agenda, Deputado Adelino, fosse incluído o representante da Assembleia Legislativa que está à frente dessa pauta que é o Deputado Jesuíno Boabaid. Então, nós nos solidarizamos a essa demanda de Vossa Excelência, Vossa Excelência tem o compromisso do Governo do Estado, Vossa Excelência tem o compromisso do líder do Governo nesta Casa, o Deputado Laerte Gomes, junto conosco de nós próximos dias articular essa agenda porque é um tema urgente e precisa ser feita alguma coisa porque com certeza, além de prejudicar esses 700 pais de famílias que já estavam cientes desse benefício que tem direito, é legal, por outro lado também coloco o Governo do Estado através de nós estarmos com uma perspectiva muito boa com a questão da melhoria do efetivo da Polícia Militar do nosso Estado, principalmente, Deputado Jesuíno, graças ao seu trabalho nesta Casa, na defesa da categoria e agora fica impossibilitado Deputado Adelino com essa situação dessa decisão judicial. Decisão a gente sabe que a gente não questiona, a gente cumpre. Agora, cabe sim, uma articulação bem feita, é legal, está dentro da Legislação e quem perdeu com a decisão é principalmente o povo do Estado de Rondônia. Estamos juntos Deputado Jesuíno.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, só uma Questão de Ordem?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só registrar a presença aqui do Esteban Vera, que é do município de Vilhena, que é o Secretário Municipal de Comunicação da Prefeitura e também Osias Labajos que é proprietário do site Jornal Folha de Vilhena em nome do Osias eu cumprimento a toda família e imprensa que se faz presente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quero parabenizar o Deputado Jesuíno por trazer essa preocupação, não são só os militares, inclusive tem não sei se são 360 ou 380 Professores que já voltaram para a folha, ficaram um mês sem receber porque o Estado, o IPERON demorou absorver e o Governo Federal parou de pagar de imediato. Então, parabenizar por trazer esse assunto e com certeza tem que se preocupar que 360 mais 800 e pouco vão dar mais de 1.000 e vai dar um impacto muito grande na Folha do IPERON e esses servidores já estavam recebendo com salário de federal, agora voltar a receber o salário que eles recebiam antes, um impacto muito grande, um desrespeito, com certeza merece todo empenho para gente poder tentar reverter essa situação.

A bancada federal deveria ter evitado isso, ter visto isso antes de acontecer, mas, ainda está em tempo para tentar reverter.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Obrigado Deputado Adelino. Finalizando sobre esse ponto, tem outros pontos. Falar que já teve até Policiais Militares que foram a óbitos, falar também que por conta disso, nós iremos inviabilizar o Governo para novas contratações, isso é uma situação muito séria, temos que ter muita cautela, temos que unir esforços para tentar rever essa questão no Judiciário. Se não tiver essa reversão, infelizmente, várias ações de Governo ficarão prejudicadas, prejudicadas.

Dizer para os Deputados que agora a pouco nós debatemos a situação das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em especial o Projeto de Lei que tramita aqui para as compensações dessas áreas. Senhores, ANEEL deferiu já o aumento na conta de energia elétrica na tarifa de energia elétrica de 8.41; mesmo tendo 03 usinas, eu falo de grande porte: Samuel, Jirau e Santo Antônio. Ele vem, não conseguiram aumentar a devida tarifa, no caso da bandeira vermelha; agora querem aumentar e já foi deferido o aumento de 8.41. Pensando nisso e analisando toda a legislação nossa quanto à questão de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, já apresentei perante esta Casa o Projeto de Lei que: “Altera alínea “f”, inciso I, do artigo 27, da Lei Complementar nº 688, de 27 de dezembro de 1996, para alterar a alíquota de ICMS incidente sobre a energia elétrica”.

E como ficará a questão? A alínea “f”, inciso I diz que: A classe residencial com consumo mensal de até 220 Kwh, será de 11%. Hoje é de 17%. Terá uma redução aí de 6%. Classe residencial com consumo mensal de 220, será também reduzido para 12%. O industrial ficar 17%. O rural 13%. E a classe, no caso, as demais classes 12%. Lembrando que, hoje todos são de: 17, 20, 17, 17 e 20; haverá uma redução significativa para os consumidores do Estado de Rondônia. Então, vou pedir em momento oportuno que todos os parlamentares aprove a devida proposição. E deixe que o Governo entre com as ações pertinentes de inconstitucionalidade e discuta isso nos tribunais superiores. Lembrando que, já tem o entendimento dos tribunais superiores que não é matéria exclusiva do senhor executivo, senhor Governador do Estado de Rondônia. Então, é matéria que pode nascer nesta Casa. Então, vamos partir para essa discussão muito acalorada.

E por último, informar a toda comunidade rondoniense que já ingressamos com requerimento de criação de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI com objeto de investigar e apurar a crise instalada na Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia. O requerimento já tem algumas assinaturas e esperamos aí o compromisso do líder do Governo, do vice-líder do Governo, buscar uma solução para retirada da senhora Iacira Azamor, da Presidência da CAERD. Esta senhora não tem mais condições mínimas e moral para estar à frente dessa CAERD, elas não têm condições. Se o Governo hoje quer ter uma paz nesta Casa, quer ter os parlamentares, como está tendo uma forma de administrar e coordenar o Governo dentro do diálogo, dentro de uma forma republicana, que ele exonere a Dona Iacira. Porque pode ter certeza, se nós conseguimos as 08 assinaturas, eu vou para rádio, eu vou para televisão, eu vou para todo lugar, a partir de hoje eu vou fazer a peregrinação em todos os locais, em toda mídia pedindo que os parlamentares assinem essa comissão aqui, que aí a gente vai tirar a caixa preta que existe dentro da CAERD. Eu não estou preocupado que aconteceu por A, B, C ou D, a gente quer elucidar, trazer a luz, o que aconteceu de fato e de direito com esse problema que hoje vivencia a CAERD; a gente tem que conhecer tudo que aconteceu nesse curso que foi entregue para Sindicato, não, a gente tem que conhecer tudo. CPI é o melhor momento para esta Casa passar a limpo o que está acontecendo na CAERD. Ou o Governo exonera, que isso aí é um ato, um ato muito grandioso por parte do senhor Governador, que o município de Porto Velho, que eu vou falar pelo município de Porto Velho, o cidadão portovelhense hoje vive um caos perante a CAERD. A CAERD hoje ela não presta um mínimo de condições, a sua prestação de serviço é totalmente inadequada, é totalmente inaceitável da forma que ela está sendo conduzida e vejo que é por picuinha, picuinha da Dona

Iacira, por conta desta Presidente que se encontra presente até agora. Então, o requerimento já está feito, as assinaturas, já têm boas assinaturas, vou aguardar alguns Deputados que estão viajando para gente dialogar e quem sabe semana que vem, ou até antes, seja lida aí a CPI da CAERD. E por último, falta um minuto e cinquenta e dois segundos; essa situação aí do Presidente Maurão discutir, Deputado Hermínio, esse projeto, a gente vai ter que discutir mesmo e discutir e debater e chamar muitas Audiências e chamar esse pessoal de Santo Antônio, porque no dia que ele aprovar, no dia que a gente aprovar esse documento, esse Projeto de Lei, podem ter certeza que nunca mais haverá uma oportunidade da gente dialogar com eles; vão patrolar a gente. Eu não tenho nem um tipo de espécie de amores e paixão por parte dessa usina, o meu voto já é totalmente contrário. Se não tiver o consenso em eles rever esses prejuízos que trouxeram para o povo de Rondônia, em especial para o portovelhense também que foram afetados. Ah! Meu amigo, a gente vai fazer, eu vou mobilizar nem que eu tenha que mobilizar a minha classe, nem que eu tenha que mobilizar, lotar isso aqui ó, mostrar que a gente consegue articulação para manter esta Casa cheia, para não ter aprovação desse Projeto. Porque, eu já falei com o Presidente Maurão, a gente tem que dialogar com todos os parlamentares, isso quando tiver madura a matéria apresenta, mas, discutir, eu entendi que seria pautado hoje, inclusive até eu entendi dessa forma, por isso que foi meu levante aqui daquela forma. Então, se debater matéria que ele tem competência qualquer parlamentar pode debater qualquer assunto e proposição. E o Governo, inclusive tem uma matéria aí da reforma, falei com o Governo hoje, o Governador, ele falou que ia mandar tirar a SEJUS, ia tirar algumas Secretarias, algumas Superintendências, e o que eu vejo foi só a FAPERÓ, FAPERON, FAPERÓ, eu acho que é uma fundação que tem aqui, que passem senhores, eles ganham, só um momento, só para terminar. Esses Presidentes dessas Fundações recebem a mesma coisa que um Secretário. Rapaz, isso aí é dar um tapa na cara da gente, e a gente vai ter que rever o total de CDS que estão sendo levantados para cada Secretaria e analisar essa reforma que está sendo encaminhada, que foi a reforma da reforma novamente alterada que pode trazer prejuízo a toda a classe no caso os trabalhadores, poderá, eu não sei vai trazer; poderá trazer algum prejuízo para a classe trabalhadora, e é isso que é a nossa preocupação. Obrigado a todos, tenham uma boa noite.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Ainda nas Comunicações de Lideranças, com a palavra por vinte minutos com direito a apartes Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu vou ser rápido que o pessoal do Tribunal está aí aguardando a segunda votação num Projeto importante. Eu não podia deixar de falar aqui, parabenizar o Deputado Marcos Rogério, por ter entrado sustando o reajuste da tarifa de energia elétrica de 8.27, eu estou vendo a matéria aqui e com certeza a população de Rondônia, não aguenta mais os aumentos Deputado Edson, todo momento aumento nas tarifas. Parabenizar Deputado Marcos Rogério, tomara que ele tenha sucesso e que seja suspensa, porque nós, essas usinas estão trazendo muito transtorno. Eu vejo as usinas, hoje conversando com o Prefeito aqui de Porto Velho, onde junto com o pessoal das usinas, eu falei lá no Sul, ou em qualquer lugar aqui do Brasil que você vai nessas usinas está todo mundo satisfeito, todas as compensações realizadas, conferidas, as hidrelétricas parece que elas vêm aqui e só ficam colhendo,

e não trazem não se preocupam em conviver com a sociedade. Então, a gente vê aqui tudo feito pela metade, às obras que foram feitas sem manutenção aquilo que foi feito mal zelado, também muitas vezes não é por parte deles, mas, por parte dos órgãos que a Prefeitura de Porto Velho, também o Governo do Estado. Mas, eu quero deixar, dizer que eu fiquei abismado fui a Jaci-Paraná Deputado Edson, e eu fui lá para conversar com a Associação, alguns convidados, e eu cheguei lá, fui surpreendido por a população em peso trazendo e mostrando as casas, nós filmamos as casas aonde tempiscina, a água estourou a piscina para cima, onde tem azulejo lugar mais alto os azulejos estão soltando tudo porque a água já aflorou, as fossas desbarrancando. Então, Jaci-Paraná, é muito difícil, tem que de repente mudar aquelas casas todas, está indenizando aquelas duzentas casas que eles querem indenizar, escolhendo um pedaço, deixando uma casa no meio, indenizando os dois lados e deixa a pessoa numa ilha e diz que ele não tem direito porque a casa dele está boa lá no meio, no meio do matagal. Então, nós precisamos nesta Casa, analisar com carinho, não é porque eles vão prometer um asfalto, porque eles vão prometer isso, que eles já desrespeitaram esta Casa por várias vezes em Audiência Pública, na Comissão que nós chegamos até convidar e convocar e não deram nem satisfação. Então, hoje, eles estão vindo desesperado porque eles precisam, porque eles venderam e querem entregar uma coisa e deixar o pepino para nós aqui no Estado de Rondônia. Então, essa população, ela clama, ela falou para todo o pessoal que estava lá, todo mundo se posicionou pedindo misericórdia para nós não aprovarmos para que eles vão lá e resolvam a situação deles. Hoje o estudo que está sendo feito que provavelmente vá entregar em março, abril, até lá pode ter uma ideia de quanto vai avançar esses oitenta centímetros. Então, nós temos que ter essas usinas, nós estamos dando energia para o Brasil, mas, nós estamos pagando muito caro, então, nós temos que aproveitar esse momento para tentar exigir que eles cumpram os compromissos já assumidos e também a pactuação. Não podia também deixar hoje de falar sobre um assunto que nós estamos hoje está tendo formatura do PROERD no Estado todo. Um recurso de uma emenda aprovada nesta Casa, e foi feito uma emenda nossa, foi aprovada por todos os Deputados no orçamento passado, e hoje está fazendo a formatura em todas as escolas estaduais. Eu me sinto muito satisfeito de ter ajudado resgatar esse Projeto, o primeiro orçamento que foi usado para comprar material gráfico, mas os uniformes foi uma economia desta Casa no outro mandato ainda, mandato passado, e nós compramos e agora o ano passado deputado Cleiton Roque, aquele apoio lá na Comissão de Finanças aonde nós conseguimos incluir aqueles quatrocentos e oitenta mil comprou e hoje todas as Escolas estaduais estão sendo feitas as formaturas. Aqui em Porto Velho mais de três mil alunos vão estar se formando agora, em Ariquemes está formando mil alunos agora, em todos os municípios estão sendo formados. Então isso é um fruto do trabalho dessa Casa, uma emenda nossa e a gente tem que registrar, e esse ano nós entramos com mais quatrocentos mil com o apoio do deputado Cleiton que é o relator já de comum acordo com o Secretário de Educação, com o Secretário de Planejamento e já para poder garantir o recurso esse ano também. E eu estou também usando as emendas individuais para priorizarmos os Municípios todos da região lá do vale do Jamari aonde o pessoal precisa também fazer o convênio com a Polícia Militar. Nós precisamos cuidar das crianças, nós precisamos cuidar dos jovens porque é muito difícil depois tratar, correr atrás do pro-

blema depois das pessoas viciadas. Então nós temos que investir na prevenção e quero parabenizar todos os deputados dessa Casa que ajudaram a aprovar esta emenda e hoje está sendo fruto no Estado todo e com certeza está sendo muito útil. Então essas são as minhas palavras senhor Presidente, lá na região de Ariquemes é o Tenente Valentim que está fazendo essa, está coordenando aqui em Porto Velho esse material, foi comprado tudo com o Tenente Antunes que é o que Coordena o PROERD, o carro que ele tem aqui foi eu que comprei com uma emenda nossa, lá em Ariquemes também foi uma emenda nossa que compramos um carro, porque a educação falava que não podia liberar que usava 25% da educação, não podia usar recurso, a Segurança Pública a Polícia não podia ceder carro por que não pode usar dinheiro da Segurança Pública. Então nós compramos um carro com emenda nossa, tanto para a Coordenação aqui como lá na região para poder atender e dá andamento num programa tão importante junto com a Polícia Militar, junto com o Governo do Estado, junto com a SEDUC e com certeza com o apoio desta Casa e apoio nosso. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Encerrada as Comunicações de Lideranças, passemos as Comunicações Parlamentares, não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida a fim de apreciarmos em segunda discussão e votação as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 21 minutos).

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 773, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM **Luiz Carlos da Rocha Júnior**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM **LUIZ CARLOS DA ROCHA JÚNIOR**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de dezembro de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 774,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM **Elvis de Oliveira Godoy**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM **ELVIS DE OLIVEIRA GODOY**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de dezembro de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 775,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM **Marcos de Oliveira**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM **MARCOS DE OLIVEIRA**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de dezembro de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 776,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM **Carlos Eduardo Lucena de Souza**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado PM **CARLOS EDUARDO LUCENA DE SOUZA**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de dezembro de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº2561/2017-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

DESIGNAR

A servidora **JACQUELINY BORGES DE LOURDES**, matrícula nº 200162393, como Gestora da Ata de Registro de Preços nº 025/2017/ALE-RO, conforme Processo Administrativo nº 12576/2017-82, a contar de 14 de dezembro de 2017.

Porto Velho, 15 de dezembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2418/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

DESIGNAR

Os servidores relacionados, como Gestor do Contrato nº 025/2017/ALE/RO, entre a Assembleia Legislativa/RO e a Empresa M.A. Eletrônicos LTDA, conforme Processo Administrativo nº 14481/2017, a contar de 28 de novembro de 2017.

Nome: ROXANE SILVA DE OLIVEIRA
Matricula: 200161369
Nome: TEREZINHA BLANCO
Matricula: 200161884

Porto Velho, 30 de novembro de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto/RO